

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



DISSERTAÇÃO

**Centralidade do papel educativo e organizativo do Técnico
Social na realidade camponesa:
Assentamento Conquista da Liberdade**

Thaís Gonçalves Saggiomo

Pelotas, 2011

THAÍS GONÇALVES SAGGIOMO

Centralidade do papel educativo e organizativo do Técnico Social na realidade camponesa:

Assentamento Conquista da Liberdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a Conceição Paludo.

Pelotas, 2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881

S129c Saggiomo, Thaís Gonçalves

Centralidade do papel educativo e organizativo do técnico social na realidade camponesa: Assentamento Conquista da Liberdade/ Thaís Gonçalves Saggiomo; Orientador: Conceição Paludo. – Pelotas, 2012. 133f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas.

1. Técnico Social. 2. Atribuição/trabalho. 3. Educação. 4. Assentamento da Reforma Agrária. I. Paludo, Conceição, orient. II. Título.

CDD 370

Banca Examinadora

Profª. Drª. Conceição Paludo (Orientadora)
Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

Profª. Drª. Marlene Ribeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

Prof. Dr. Luiz Fernando Minasi
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Prof. Dr. Gomercindo Ghigi
Universidade Federal de Pelotas/UFPEL

Agradecimentos

Permito-me neste espaço dispensar a forma estrutural para expressar sentimentos e dedicar este trabalho aos sujeitos, que para além da materialidade deste trabalho, fazem parte da minha caminhada, como presentes que me trouxeram até aqui.

Meu esforço resume-se em registrar parte do meu ser, que há muito não é só meu, mas nosso! Sobre a crença de que me constituo por indivíduos e coletivos, que conhecidos ou não, formam-se e me formam na complexa experiência da vida. Pessoas que já receberam o título de mestres-pesquisadores, no qual seu trabalho tem por objeto a vida. Trabalho que se encontra registrado no tempo e no espaço vivido e suas grandes contribuições pontua a categorização da experiência, sob a riqueza das relações e a beleza do ser, sentir e agir no movimento da história.

Assim, dedicar e agradecer na minha compreensão encontram-se como sinônimo de (re)conhecer. Processo tão único, que me sinto incapaz de pensá-lo articulado a lógica que fragmenta a unidade das palavras emanadas pelo coração. Sentir que me permite afirmar que este trabalho não é meu, mas de tantos quantos na estrada da vida construíram cada linha deste e de tantos outros trabalhos que me foram possível realizar. Sendo eles;

Os desesperançados da vida, que ensinaram a dura realidade deste sistema;

Os menores infratores e abandonados, que me deram a alegria da esperança;

Os professores (as), que pacientemente me direcionaram a leitura, a política e a pedagogia;

Os pescadores, que apaixonados pelo balanço da maresia me ensinaram o ritmo da vida;

Os agricultores e agricultoras, que me mostraram a fertilidade da terra quando adubada com solidariedade, amorosidade e fé;

Os militantes, que com garra e coragem me conduziram a luta pela educação;

Os amigos e amigas, que em noites frias se fizeram presentes como anjos prontos a me socorrer nos momentos mais difíceis;

Os meus não tão amigos, que como grandes instrutores me oportunizaram o aprendizado sob as dores de minhas próprias ações;

Os amores, que ao enfrentar os meus medos, não desistiram da tarefa de me ensinar o valor do cuidar e ser cuidada;

Os que me aceitaram e os que me detestaram, pois com estes aprendi que agradar a todos é quase sempre uma tarefa dolorosa;

As chefias e os colegas de trabalho, que me garantiram o sustento e a viabilidade de poder ser simplesmente, assim como sou;

A velha e nova família, que se encontram e desencontram em uma grande unidade;

A Conceição, orientadora e amiga que topou o desafio deste trabalho, dedicando-se à tarefa de qualificar cada análise, de superar cada limite para consolidarmos novas sínteses;

O meu pai, que ausente ou presente sempre esteve junto de mim, apoiando as decisões, me fortalecendo diante dos fracassos e vibrando nas conquistas;

Os meus anjos eternos, que como mestres permanecem firmes no ensinamento;

E, certamente o grande arquiteto do universo, que ao me acompanhar nas minhas aventuras e desventuras neste mundo, incansavelmente permanece ao meu lado, oportunizando-me os ensinamentos necessários, para que nesta caminhada de tantas trapalhadas, enraizadas na ignorância, na arrogância e no egoísmo de ser, criar condições de aprendizado e arrependimentos, que se traduzem na busca pelo sentido da existência humana. Deus!

*Se eu pudesse deixar algum presente a vocês;
Deixaria acesso ao sentimento de amar a vida dos seres humanos;
A consciência de aprender tudo que o foi ensinado pelo tempo a fora...
Lembraria os erros que foram cometidos, para que não mais se repetissem.
A capacidade de escolher novos rumos.
Deixaria para vocês se pudesse,
O respeito àquilo que é indispensável:
Além do pão, o trabalho.
Além do trabalho, a ação.
E, quando tudo mais faltasse, um segredo:
O de buscar no interior de si mesmo,
A resposta e a força, para encontrar a saída.
Mahatma Gandhi*

*A melodia da pesquisa...
Nos leva a dançar músicas desconhecidas; no início o
estranhamento, que logo se dissipa para dar lugar a leveza da
harmonia. Movimento da alma diante do desafio de darmos o
próximo passo.
Neste momento não dançamos mais com a unilateralidade
da razão, pois somos tomados pela unidade do sentir, pensar e
agir. Neste encontro se estabelece o ritmo da práxis criativa e
revolucionária.
Thaís Saggiomo.*

Resumo

SAGGIOMO, Thaís Gonçalves. **Centralidade do papel educativo e organizativo do Técnico Social na realidade camponesa:** Assentamento Conquista da Liberdade. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Este trabalho investiga que contradições existem no trabalho técnico social, mediado pela correlação de forças entre Estado e MST, a partir da experiência vivenciada pelos técnicos e pelas famílias assentadas no desenvolvimento das atribuições/trabalho no assentamento Conquista da Liberdade, objetivando contribuir para a formulação das atribuições/trabalho do técnico social junto à comunidade pesquisada, tendo como horizonte a emancipação política e humana dos assentados. Também desafia-se a denunciar os limites que se apresentam no cotidiano dessas relações e anunciar possibilidades de superação dos mesmos. O aprofundamento da investigação sustenta a análise sobre as diferentes perspectivas que situam a proposição/compreensão sobre o trabalho, bem como a historicidade das contradições que condicionam a realidade dos assentamentos e dos sujeitos desta pesquisa. Assim, esta dissertação estrutura-se teoricamente enraizada nas bases do materialismo histórico dialético, tendo como referência os autores Stedile (2005), Gramsci (2001), Freire (1983 e 1987), Vásquez (2007) e Marx (1989). Como diretriz metodológica foi utilizada a pesquisa qualitativa e o método de estudo de caso. A distribuição da análise dos dados encontra-se em três capítulos, que se organizam respectivamente na seguinte lógica: historicidade da questão agrária no Brasil e aprofundamento do contexto de pesquisa; análise das contradições do técnico social no cotidiano dos assentamentos da reforma agrária e aprofundamento das categorias do trabalho educativo junto às famílias assentadas. Entre os resultados encontrados, verifica-se que as atribuições/trabalho do técnico social se traduzem no desdobramento da centralidade educativa e organizativa, comprometida com o projeto do coletivo que constituem os assentamentos da reforma agrária.

Palavras-chave: Técnico social. Atribuição/trabalho. Educação. Assentamento da Reforma Agrária.

Abstract

SAGGIOMO, Thaís Gonçalves. **Centrality of the educative and organizative role of the Social Technician in the peasant reality:** Assentamento Conquista da Liberdade (Settlement Conquer of the Freedom). 2011. 128 sh. Dissertation (Master Degree) – Graduate Program in Education. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This work investigates the contradictions that do exist in the technician work, mediated by the correlation of forces between State and MST (Movement of the workers without land) from the experience lived by technicians and by the families settled in the development of the attributions/work in the settlement Conquista da Liberdade (Conquer of the Freedom) aiming to contribute for the formulation of the attributions/work of the social technician with the researched community, having as horizon the political and human emancipation of the settled ones. Also challenges itself in order to expose the limits that appear in the daily life of these relations and announce possibilities of overcoming it. The deepening of the investigation sustains the analysis about the different perspectives that locate the proposition/comprehension about the work, as well as the historicity of the contradictions that conditions the reality of the settlement and of the subjects of this research. So, this dissertation is structured theoretically rooted on the bases of the dialectic historic materialism, having as reference the authors Stedile (2005), Gramsci (2001), Freire (1983 e 1987), Vásquez (2007) and Marx (1989). As methodological directive it was used the qualitative research and the case study method. The distribution of the data analysis is found in three chapters that are organized respectively in the following logic: historicity of the agrarian question in Brazil and deepening of the research context; analysis of the contradictions of the social technician in the daily life of the settlements of the agrarian reformation and deepening of the categories of the educative work with the settled families. Among the results found, we verified that the attributions/work of the social technician are translated into the unfolding of the educative and organizative centrality, committed to project of the coletivo that constitute the settlements of the agrarian reformation.

Keywords: Social technician. Attribution/work. Education. Settlement of the agrarian reformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Figura comparativa entre as categorias que constituem a análise do desenvolvimento do método de trabalho junto às comunidades na proposição de ações de cunho manipulador ou emancipatório.....	113
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

Assistência Técnica Econômica, Social e Ambiental - ATES

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Região Sul – COOPERSUL

Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos - COPTEC

Cooperativa Sul-Rio Grandense de Laticínios Ltda. - CONSULATI

Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA

Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA

Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Instituto Nacional de Imigração e Colonização - INIC

Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - INDA

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - MIRAD

Movimento dos Agricultores Sem-Terra - MASTER

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST

Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER

Programa da Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC

Programa de Consolidação de Assentamentos – Assentamento Piratini – PCA
Piratini

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER

Rio Grande do Sul - RS

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

Serviço Social Rural - SSR

Superintendência de Política da Reforma Agrária - SUPRA

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTABS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O MAPA RURAL E AS NASCENTES QUE CONDICIONAM A CONJUNTURA CAMPONESA NO BRASIL	21
1.1 A questão agrária e o acirramento das disputas ideológicas na historicidade do contexto brasileiro	21
1.2 A luta por um projeto de reforma agrária do povo e a mediação estatal no território brasileiro	29
1.3 As porteiras do Rio Grande do Sul e a fertilidade do solo piratiniense	31
1.3.1 O desequilíbrio socioambiental e as possibilidades de transformação do espaço ocupado: Assentamento Conquista da Liberdade	47
2 O CAMPO PRODUTIVO, NA COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE A PROPOSTA ESTATAL E O COTIDIANO DO ASSENTAMENTO: PROGRAMA DA CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTOSSUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS RESULTANTES DA REFORMA AGRÁRIA (PAC)	55
2.1 As diretrizes do trabalho técnico e a vulnerabilidade dos programas estatais	56
2.2 O Programa da Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC)	65
2.3 As contradições no cotidiano do trabalho técnico social: encontros e desencontros entre as perspectivas e possibilidades de trabalho	78
3 O CULTIVO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO HORIZONTE DO TRABALHO TÉCNICO	100
3.1 A emancipação popular como categoria central no encontro entre os sujeitos do/no campo	100
3.2 O técnico social e a polarização metodológica: um desafio coletivo na construção teórica/prática do trabalho social	106
3.3 A práxis social como eixo central no desenvolvimento das comunidades assentadas	114
CONCLUSÕES	118

REFERÊNCIAS 123

APÊNDICES 127

INTRODUÇÃO

As reflexões que motivaram esta pesquisa científica em torno do trabalho técnico social, no contexto dos assentamentos da reforma agrária, estão presentes na caminhada de formação teórica/prática da pesquisadora que, ao se encontrar enquanto sujeito desta pesquisa, situa-se, neste momento, frente ao desafio de sistematizar e analisar as contradições que constituem o trabalho do técnico social no cotidiano do assentamento Conquista da Liberdade.

Tal proposta se viabiliza na concretude profissional que, ao longo das experiências, com a organização dos trabalhadores, foi se consolidando como compromisso social e político enquanto pesquisadora neste espaço acadêmico. Assim, as motivações que sustentam este trabalho encontram-se na necessidade de dar respostas aos sujeitos que, de alguma forma, sustentam os investimentos desta grande estrutura a qual, estando atrelada à lógica da hegemonia do capital, pouco contribui para o amadurecimento e desenvolvimento dos projetos que expressam o desenvolvimento teórico/prático das possibilidades de emancipação da classe popular.

A partir desta premissa é que a temática deste estudo científico enraíza-se a inquietações que se articulam à objetividade das pesquisas acadêmicas, ao distanciamento destas da realidade social, e ainda à fragilidade de formação de intelectuais capacitados para uma intervenção teórica/prática comprometida com a transformação deste projeto de sociedade que exclui, aliena e explora a classe trabalhadora.

Assim, a proposição desta pesquisa situa-se em um desafio para além da caminhada particular, enquanto pedagoga e técnica social, no assentamento onde foi desenvolvido este estudo, mas compreende-se num processo de reflexão

histórica da luta dos trabalhadores camponeses¹ pelo direito à existência da produção humana no campo e às possibilidades de contribuição técnica nestes espaços já conquistados.

Assim, a partir desta compreensão é que objetivamos, nesta dissertação, responder à questão balizadora desta pesquisa: Que contradições existem no trabalho técnico social mediado pela correlação de forças entre Estado e MST a partir da experiência vivenciada pelos técnicos e pelas famílias assentadas no desenvolvimento das atribuições/trabalho no assentamento Conquista da Liberdade?

A proposição desse questionamento de pesquisa teve por objetivo central o de contribuir para a formulação das atribuições/trabalho do técnico social, junto à comunidade pesquisada, tendo como horizonte a emancipação política e humana dos assentados bem como situarmo-nos no desafio de denunciar os limites que se apresentam no cotidiano dessas relações e anunciar possibilidades de superação dos mesmos. No que se refere aos objetivos específicos, espera-se ter contribuído:

- na sistematização e reflexão de categorias que possibilitem avaliar criticamente o papel do técnico social;
- no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para assessoria técnica camponesa, de forma que se aproximem das reais necessidades existentes nas comunidades assentadas;
- na aproximação entre o *quefazer* do técnico social e as possibilidades de transformação da realidade existente a partir do tempo e do espaço dos sujeitos camponeses;
- no processo reflexivo acadêmico sobre a importância de contemplar, no currículo formativo desses profissionais, ferramentas que lhes possibilitem a atuação no contexto agrário.

Para tanto, a metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa

¹ É importante salientar que ao nos remetermos aos trabalhadores camponeses estamos nos referindo a todas as famílias responsáveis pelo manejo da agropecuária de pequena propriedade, portanto não faremos distinção conceitual entre o pequeno agricultor e o camponês assentado, por entender que ambos se caracterizam pelo trabalho enraizado num sistema produtivo pautado na produção da sustentabilidade familiar, distinguindo-se por sujeitos que estabelecem em suas unidades produtivas relações a partir da força de trabalho familiar e solidária, estando esses com o domínio dos meios de produção, porém condicionados à lei de mercado.

situa-se na proposta de pesquisa qualitativa e participativa por esta melhor alicerçar-se no enfoque do Materialismo Histórico Dialético. Por compreendermos que “para esse enfoque a produção do conhecimento vincula-se ao objetivo principal de transformar a realidade estudada” (TRIVIÑOS, 1987, p. 125).

Nesse movimento é que estabelecemos a proposição de contribuir no processo de transformação da realidade do estudo, ação que não se estabelece numa relação hierárquica, mas que toma corpo no encontro da pesquisadora com a totalidade que envolve a realidade dos homens e mulheres que interagem no local de estudo. Para esse trabalho, objetivou-se nesta pesquisa a perspectiva do *estudo de caso*, sob a orientação dos autores Triviños (1987), Lüdke (1986) e Bardin (1977).

A coleta de dados foi realizada por meio dos seguintes instrumentos: 36 questionários semi-estruturados respondido pelas famílias que constituem o assentamento; uma entrevista coletiva, com a direção do assentamento, estando representado por dois dirigentes (A e B) e uma dirigente (C); uma entrevista com o técnico administrativo do INCRA/RS, que respondia pelas atividades do PAC no período de análise da pesquisa (2004 a 2009); uma entrevista com o técnico social que atuou no assentamento Conquista da Liberdade no período de 2004 a 2006; análise de documentos e bibliografias.

O reencontro com a comunidade assentada representou um movimento de retorno a uma série de questões que se articulam ao contexto agrário, e em especial ao cotidiano dos assentamentos. Dentre elas, a mais importante encontra-se na relação de solidariedade e acolhida que estas famílias carregam em sua cultura. Assim, conforme estabelecido no cronograma de coleta de dados, em fevereiro de 2011, ao chegar para acompanhar a distribuição dos questionários às famílias do assentamento, a partir de uma proposta de três dias, o que significava a média de 16 questionários/dia, contabilizou-se que no 1º dia haviam sido distribuídos e respondidos apenas sete, no 2º dia aumentou para oito e no 3º dia essa média caiu para quatro. Resumindo, no final do cronograma proposto totalizaram-se 19 questionários respondidos.

O atraso no cronograma justifica-se pelos mais adversos motivos, dentre eles o tempo de afastamento entre a pesquisadora e as famílias, o que resultou em um tempo de reencontro; a irresistível cultura da boa comilança, que faz parte das

relações de afeto dessas famílias; a participação em reuniões com a comunidade para explicar a pesquisa; a produtiva roda da 'picunha' sobre os acontecimentos atuais etc. O fato é que, para darmos conta de finalizar essa etapa, foi realizada no 3º dia de coleta uma oficina de duas horas, para os integrantes do grupo Força Jovem, na qual foram ensaiados os procedimentos para o acompanhamento da distribuição dos instrumentos de pesquisa, constantes no final deste trabalho, e também distribuímos a demanda dos 17 questionários que ainda precisavam ser respondidos.

Assim, os primeiros dados coletados por meio desse instrumento, junto às famílias do assentamento, foram realizados pela pesquisadora, porém os demais ficaram sob responsabilidade dos adolescentes do assentamento. Consideramos esse procedimento bem peculiar e, ao mesmo tempo, altamente instrutivo, principalmente quando se obteve o retorno desse trabalho, que foi desenvolvido com a devida seriedade e competência de jovens em cujo currículo formativo consta a responsabilidade e o comprometimento com as tarefas que lhes são destinadas.

Ainda sobre o questionário, cabe salientar que este foi elaborado com a seguinte lógica: 1) questões objetivas que apresentavam dados socioeconômicos e culturais que caracterizam o assentamento e 2) questões abertas que objetivaram a provocação dessas famílias sobre para quê serve o técnico social no assentamento, quais os limites para o desenvolvimento do trabalho social nos assentamentos e qual deveria ser o método de trabalho desse profissional. A segunda parte desses questionários foi utilizada como balizadora das entrevistas realizadas nesta pesquisa. Sendo assim, tanto a direção do assentamento quanto o técnico administrativo do INCRA e o técnico social responderam às mesmas questões e foram ampliando o diálogo a partir da complexidade que cada segmento foi apresentando em suas reflexões.

Quanto a esse movimento, a primeira entrevista foi realizada em abril, com a direção do assentamento, depois de se ter sistematizados todos os questionários. Assim, através de um encontro entre os dirigentes e a pesquisadora, na sede da Associação Conquista da Liberdade, ao longo de 4 horas de diálogo, fomos percorrendo a caminhada da assistência técnica, as contradições que emergem neste período e, ainda, revisitando as informações que foram sistematizadas, na coleta de dados com as famílias, com a intenção de aprofundar as reflexões.

A segunda entrevista foi realizada com o Técnico Administrativo do INCRA, também no mês de abril, na sede do INCRA/RS, com duração de três horas. Cabe o registro que, ao buscarmos o suporte desse profissional, em nenhum momento se observa alguma resistência à participação nesta pesquisa, percebendo-se total disponibilidade e interesse para com o aprimoramento desta temática. Ainda sobre este técnico, é importante citarmos que ele não se encontra mais responsável pela assistência técnica nem pelo desenvolvimento do PAC mas, por acharmos apropriado, decidimos dar continuidade aos diálogos com tal servidor, uma vez que as experiências de análise desta pesquisa tinham como orientação e acompanhamento esse profissional e ainda por reconhecer o empenho que sempre foi dedicado às atividades do técnico social por parte do mesmo. Nesse encontro, num primeiro momento, foi lançado o desafio sobre a reconstituição da história do PAC e as relações deste no âmbito estatal, passando à centralidade das questões já mencionadas anteriormente somente num segundo momento da entrevista.

A terceira entrevista foi realizada com o técnico social, em setembro do corrente ano, o que corresponde a um grande atraso no cronograma de análise de dados, fato que se deve à necessidade de amadurecimento sobre as experiências empíricas e o desenvolvimento de leituras, para dar conta dos achados nas duas entrevistas anteriores, e, também, à necessidade de reestruturação e afastamento da interlocutora das coletas, uma vez que esta vivenciou, por aproximadamente três anos, a condição de técnico social, exatamente no período de análise. Esse processo desencadeou uma série de reflexões e interrogações que foram tendo que ser superadas para que se obtivesse um movimento de pesquisa efetivamente científico e desprovido de impressões confusas, que poderiam negligenciar as análises dos dados por causa do alto nível de envolvimento particular no contexto de pesquisa.

A partir desse universo de dados coletados, inicia-se um novo movimento: o da sistematização e análise, no qual foram sendo articulados os encontros e desencontros entre as reflexões dos sujeitos respondentes aos instrumentos já mencionados, o que significa admitir que nem todas as informações compuseram a estrutura deste texto, fato determinado por dois motivos: 1) o envolvimento da pesquisadora nesse contexto, o que permitiu um profundo desvelamento coletivo, no qual se evidenciam particularidades que não fazem parte diretamente desta

proposta de pesquisa; e 2) a tentativa de análise da totalidade dos dados implicaria na não correspondência ao tempo disponibilizado por esta instituição para a conclusão desta pesquisa.

Assim, o filtro utilizado para a análise foi a evidência das contradições tanto nas reflexões como nos documentos que regem o objeto de análise desta pesquisa, tendo como referencia a resposta às três questões que permearam o trabalho de coleta, o que significa compreender que ao longo deste estudo primamos pela relação denúncia/anúncio, que se articulam diretamente com a problemática das atribuições/trabalho do técnico social no cotidiano do assentamento Conquista da Liberdade, sendo registrado para possíveis pesquisas futuras um material que corresponde à historicidade de contradições específicas, tanto do MST quanto do Estado, bem como algumas particularidades da formação e experiência do técnico social, situação essa que também justifica a não-indexação dos dados em sua integralidade como apêndice deste trabalho.

Todos limites e avanços, no percurso desta proposta de pesquisa, são elementos que constituem a organização de uma lógica estrutural que expressa na distribuição em três capítulos o delineamento histórico das relações que são travadas no contexto agrário, a partir de uma ordem que busca a compreensão mais geral dessas problemáticas até a particularidade das contradições específicas do técnico social no contexto do assentamento Conquista da Liberdade.

Assim, o primeiro capítulo denominado “O mapa rural e as nascentes que condicionam a conjuntura camponesa no Brasil” constitui-se de um aporte teórico que visa ajudar na compreensão sobre a correlação socioeconômica, política e cultural, no contexto dos assentamentos da reforma agrária, partindo da análise da questão agrária no Brasil, avançando sobre o desenvolvimento da reforma agrária até a particularidade do Rio Grande do Sul e do assentamento Conquista da Liberdade. Para tais reflexões, foram utilizados os seguintes autores: Stedile (2005); Ribeiro, M. (2010); Ribeiro e Ferraro (2001); Fernandes (2008); Sader *et al.* (2006); Sader (2009); Andrade (1986); Ribeiro, D. (1995); Löwy (1995); Lucas (2001); Marx; Engels (1978); Soares (1998) etc.

No desenvolvimento da análise dos achados desta pesquisa, o segundo capítulo, denominado “O campo produtivo na complexidade das relações entre Estado, assistência técnica e o cotidiano do assentamento: Programa da

Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC)”, apresenta reflexões em torno das problematizações sobre o histórico dos programas de assistência técnica nacional, buscando a compreensão do processo que se forma na execução dos programas de ATER/ATES/PAC, sob análise das bibliografias e documentos oficiais que os constituem, avançando sobre a discussão referente à particularidade do PAC, chegando à análise sobre as contradições do trabalho do técnico social no contexto dos assentamentos. Os referenciais teóricos que sustentam essas reflexões situam-se em Dias (2004), Ferraro e Ribeiro (2001), Ribeiro, M. (2010), Ministério do Desenvolvimento Agrário, PNATER (2007), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, NE 39 (2001), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ATES (2008), Herlein, (2006), Rahnema, (1992), Escobar (1992), Gramsci (2001), Freire (1983 e 1987), Vásquez (2007), Ciandrini (2010) etc.

Os anúncios deste trabalho centralizam-se no desenrolar do capítulo três denominado “O cultivo da emancipação humana como horizonte do trabalho técnico”, no qual objetivamos a organização do diálogo com as famílias sobre as possibilidades de trabalho do técnico social, a partir da lógica que estrutura a própria formação dos sujeitos que constituem o assentamento, buscando um aprofundamento teórico das categorias que foram sendo evidenciadas na análise dos capítulos anteriores, sendo elas: *emancipação humana*, *educação popular* e *práxis social*. Sobre o aporte teórico desse capítulo identificam-se Marx (1989), Freire (1987 e 1983), Fernandes (2008), Paludo (2011), Frigotto (2000), Kosik, (1976), Vásquez (2007) etc.

Assim, o movimento de análise e os achados desta pesquisa sustentam a conclusão de que o sentido das atribuições/trabalho do técnico social, no contexto da reforma agrária, constituem-se de prerrogativas que se manifestam numa proposta educativa e organizativa, sendo estas confirmadas na materialidade do fenômeno estudado. Essa concretude também nos possibilita anunciar as necessidades de reorganização da luta por uma assistência técnica de qualidade e a emergência de uma revisão teórica/prática sobre as bases que sustentam os trabalhadores do campo, enquanto sujeitos históricos no processo de transformação social.

1 O MAPA RURAL E AS NASCENTES QUE CONDICIONAM A CONJUNTURA CAMPONESA NO BRASIL

A análise da realidade socioeconômica, política e cultural no território² rural brasileiro precisa estar situada na totalidade da história das relações entre os seres humanos e a natureza, as quais se enraízam em condições de constante disputa entre os projetos societários, que se diferenciam na dualidade dos modos de produção da existência humana: o desenvolvimento do capital no campo e as bases socialistas que compõem a luta de resistência do campesinato. Ainda, sobre estes projetos, é possível anunciar que, de um lado, encontram-se as estratégias e competências do sistema capitalista articulado em nível global e potencializado pela mediação estatal e, de outro, a tomada de consciência contra-hegemônica por parte do povo e os projetos de transformação que se originam na organização da classe trabalhadora. Essa engrenagem sustenta as nascentes políticas que constituem e modificam os condicionamentos da conjuntura camponesa, na esfera particular e global das fronteiras históricas, e expressa a contradição universal da luta de classes no modo de produção do capital.

1.1 A questão agrária e o acirramento das disputas ideológicas na historicidade do contexto brasileiro

A questão agrária apresenta-se como uma problemática histórica muito analisada por diversos estudos ao longo do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista. Afirma-se, em nossa pesquisa, a necessidade de

² Cabe salientar que o conceito de território brasileiro encontra-se enraizado na compreensão da constituição das relações sociais no campo, a partir de territórios demarcados pela história da questão agrária, que se desenvolve, atualmente, nas contradições das diferentes formas de organização do campesinato e do agronegócio. Segundo Fernandes (2008, p.40), “[...] Temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de forma distinta, a partir de diferentes relações sociais. [...] Enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território primeiro para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida.”

nos situarmos nesse contexto, sem a pretensão de análise exaustiva na temática, para a qual se indicam as leituras que subsidiam as reflexões ao longo do texto para maior entendimento e aprofundamento da análise.

A partir de pesquisa bibliográfica é possível afirmar que o sistema econômico, na história do território rural brasileiro, desenvolve uma materialidade que o sustenta, encontrando-se nela a exploração da força de trabalho, a mercantilização humana e a concentração de terras, como centralidade do projeto de desenvolvimento do capital, sob o modelo agroexplorador (STEDILE, 2005; RIBEIRO, M., 2010). Tal materialidade produz a essência da questão agrária, que se traduz como um problema estrutural do modo de produção capitalista (FERNANDES, 2008). Assim, a questão agrária é resultante de “um conjunto de problemas gerados pelo processo de acumulação capitalista e pelo desenvolvimento da agricultura e pecuária” (SADER *et al.*, 2006, p.47). Em particular, na América Latina, esta problemática relaciona-se com “a estrutura fundiária intensamente concentrada e com os processos de expropriação e exclusão dos camponeses nas diversas modalidades em que produzem suas condições de sobrevivência” (idem).

As relações anunciadas por Sader *et al.* (2006) não se apresentam diferenciadas no Brasil onde, em termos quantitativos, o cenário rural constitui-se da presença de, aproximadamente, 29.852.986 sujeitos no campo (IBGE, 2010)³ e, geograficamente, encontra-se organizado numa extensão de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de terra. Essa extensão equivale a 850 milhões de hectares (ha) de terra, sendo que 78,58% expressam uma produção comprometida com a lógica voltada à exportação e plena exploração dos recursos naturais, representando um bloco histórico de relações associadas ao desenvolvimento do capital (CARVALHO e AAGGE, 2011). Esse dado faz parte de uma estrutura sistêmica que anuncia, em sua nascente, o aprimoramento das relações de trabalho, voltadas para o acúmulo de renda e desordenadas explorações naturais nas grandes propriedades de terra.

Em contraponto, nesse mesmo cenário situa-se a ocupação de aproximadamente 21,42%, com extensão de menos de 10 a 100ha pela presença do modo de produção familiar, que caracteriza os manejos agrícolas viáveis à

³INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Primeiros dados divulgados. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php>. Acesso em: 10 jun. 2011.

resistência dos pequenos agricultores e assentamentos da reforma agrária no campo. Esses coletivos se desafiam ao desenvolvimento da produção da existência camponesa no meio rural e marcam a resistência do povo organizado, sob os condicionamentos das contradições do sistema capitalista, geradas pela sua própria lógica desenvolvimentista (CARVALHO e AGGE, 2011) pois, se de um lado o sistema exclui, explora e desumaniza, ele também é o gerador do encontro e do fortalecimento da organização camponesa, movimento que consiste no acirrar dos conflitos agrários, que ocorrem nas disputas, em dimensões sócioeconômicas e ideológicas, entre os trabalhadores rurais e os detentores dos meios de produção.

Esses conflitos, atualmente, se constituem no Brasil, e no mundo, para além das delimitações de fronteiras produtivas, compreendendo a lógica de subordinação do campo ao projeto desenvolvimentista idealizado, financiado e outorgado pela burguesia global (SOARES, 1998). Esse projeto, que desde a invasão do território brasileiro pela coroa portuguesa, sob o regime da sesmária, estabelece em suas linhas de ação a destruição da cultura local, a exploração da força de trabalho, a concentração e a mecanização dos meios de produção, em detrimento do avanço das forças produtivas. Segundo Stedile (2005, p. 19),

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica, militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia Burguesa. No processo de invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às leis e à sua cultura.

A partir dessa referência, se estabelece o marco histórico/geográfico dos conflitos agrários no território brasileiro, apresentando-se, num primeiro momento, forjados por meio da violência direta e 'naturalizada', nos conflitos travados no processo de colonização e desenvolvimento produtivo do país. Esse processo resultou no desaparecimento de inúmeras tribos indígenas e na transformação e implementação de novo modelo produtivo, sendo adotado pelos colonizadores o *plantation*, ou o modelo agroexportador, como organização das novas unidades produtivas, modelo que para Stedile (2005, p. 21) se caracteriza por

[...] organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se em um único produto, destinando-o a exportação, seja ele a cana de açúcar, o cacau, o algodão, gado, etc., utilizando mão-de-obra escrava.

Ainda sob esse contexto produtivo, compreende-se que, por estarem direcionadas ao mercado externo, as áreas de ocupação centralizaram as unidades produtivas próximas aos portos e registra-se, nesse modelo, a utilização de tecnologias avançadas no processo produtivo (STEDILE, 2005). Esses aspectos, para o autor, permitem a afirmativa de que os europeus desenvolveram uma boa forma de exploração das terras brasileiras, dando conta de suas necessidades de consumo com baixo custo, através da utilização de mão-de-obra escrava, com o desenvolvimento de produção de subsistência para os trabalhadores escravizados e qualificação da mão-de-obra para fabricação e reparo de instrumento de trabalho e baixos custos com transporte.

As contradições estabelecidas, tanto no modelo produtivo quanto nas políticas de colonização, outorgadas pela coroa portuguesa, resultam no acirramento do conflito agrário em, aproximadamente, mais de cinco séculos, nos quais se evidencia a organização do povo em diferentes estágios de conflito⁴. Esse processo avança, no passar dos anos, com a formação de um novo quadro social brasileiro, constituído de homens e mulheres camponeses que se caracterizam como um grupo de pessoas pobres, estabelecidas em terras não juridicamente apropriadas ou em terras apropriadas, mas com um consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento (ANDRADE, 1986).

Essa nova configuração de sujeitos do campo tem origem na metade do século XIX, com o consentimento do Império, como forma de evitar a reorganização dos trabalhadores, ex-escravos, no território rural. É nesse período, também, que se cria a primeira Lei da Terra, a Lei nº 601 de 1850, que instaura a lógica da propriedade privada nas terras brasileiras. Sob esse regimento, para obter a posse da terra, o proprietário deveria pagar um determinado valor à Coroa. Dessa forma, foi possível evitar que os trabalhadores se tornassem proprietários de terra, pois, como escravos, libertavam-se sem nenhum bem material, o que impedia a possibilidade de compra de pequenas propriedades. Segundo Stedile (2005), essa lei batiza o latifúndio no país, pois ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e apresenta-se como base legal, até os dias de hoje, para a injusta estrutura de propriedade de terras no Brasil.

⁴A resistência indígena contra o processo de colonização em 1500; a luta dos negros contra o regime escravagista até 1888; os Movimentos, como Canudos no sertão da Bahia, de 1870 a 1897; o Contestado em Santa Catarina de 1912 a 1916 e as Ligas Camponesas, em Pernambuco, em meados de 1930.

A lei que, de um lado, normatizou a propriedade privada, somada à declaração da abolição da escravidão em 1888, também gerou a crise no modelo produtivo agroexportador, que se sustentava na mão-de-obra escravizada e deu início à formação das pequenas propriedades (STEDILE, 2005; RIBEIRO, M., 2010). Sem dispor da força de trabalho escrava, a saída encontrada pela Coroa e a elite brasileira, “[...] foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha, e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século XIX na Europa” (STEDILE, 2005, p.25).

Ainda, de acordo com autor, a história registra que, no período de 1875 a 1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa migraram para o Brasil, sendo estes a base da formação do novo sujeito nos campos brasileiros. STEDILE (2005, p. 25) relata que,

[...] parte dos migrantes foram para o sul do país, pela disponibilidade de terras e pelo clima, “recebendo” lotes de 25 a 50ha; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigados a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado colonato⁵.

Em meio a esse processo, a I Guerra Mundial, de 1914 a 1918, se estabeleceu como fator principal tanto para o declínio do modelo agroexportador como para o processo de migração dos camponeses no país pois, naquele período, além de se interromper o comércio entre as Américas e a Europa, também se impediu o uso de navios para transporte dos migrantes.

Data-se então, no início do século XX, a devida formação do campesinato⁶ brasileiro por duas vertentes: a primeira, que se refere aos camponeses que migraram para o país, dos quais uns tornaram-se pequenos proprietários de terra,

⁵“O regime de produção sobre forma de colonato, [...] foi o estabelecimento de relações sociais específicas na produção de café, entre os fazendeiros e os colonos, não se tendo notícias de sua adoção em outro país. Por esse sistema, os colonos recebiam a lavoura de café pronta, formada anteriormente pelo trabalho escravo, recebiam uma casa para moradia e o direito de usar uma área de aproximadamente dois hectares por família, para o cultivo de produtos de subsistência, e de criar pequenos animais logrando, assim, melhores condições de existência. Cada família cuidava de determinada quantidade de pés de café e recebia por essa mão-de-obra, no final da colheita, o pagamento em produto, ou seja, em café, que poderia ser vendido junto ou separado com o do patrão” (STEDILE, 2005, p. 25).

⁶Cabe situar que sobre este conceito existem divergências teóricas no processo de categorização dos sujeitos que se constituem como trabalhadores e pequenos produtores no território rural brasileiro. Martins (1983 *apud* RIBEIRO, M., 2010) compreende que ‘camponês’ e ‘campesinato’ são termos importados porque não correspondem à realidade brasileira em que os trabalhadores rurais são chamados de caboclos, caipiras, caiçaras... Entretanto há uma conotação política de classe, de enraizamento histórico nas lutas camponesas e de unidade dessas lutas. Apesar desse conteúdo político de classe, esses termos não podem ser usados como foram empregados em outros contextos agrários.

comprada na região sul do país, e outros constituíram as massas trabalhadoras rurais na região central. A segunda, que compreende a população mestiça que foi se formando ao longo de 400 anos de colonização, caracterizando-se por filhos de migrantes nascidos no Brasil e de ex-escravos que já não se submetiam à lógica de trabalho sob o modelo agroexportador, se desafiou a migrar para as regiões centrais.

A formação dessa nova categoria camponesa, somada à crise do modelo produtivo, desencadeou outra forma organizativa da economia brasileira, que se compreende na grande virada política e institucional, que provocou a queda da Monarquia e o estabelecimento da República, realizada por meio de um golpe militar do próprio exército da Monarquia. “E, em 1930, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, e fazem uma ‘revolução’ política por cima, tomando o poder da oligarquia rural exportadora e impõe um novo modelo econômico para o país” (STEDILE, 2005).

O modelo instaurado pela nova burguesia nacional consiste na reorganização das relações de dependência do país para com os projetos da burguesia internacional, sem que se estabeleça uma relação de rompimento com o modelo anterior (RIBEIRO, D., 1995), processo que se atribui ao fato de que a nova burguesia republicana é resultante das relações do campo: são os filhos da oligarquia rural que apostam no desenvolvimento industrial como nova forma organizativa do campo⁷. Assim, esta fase origina-se na produção agrícola aliada à indústria, tendo como referência atender às necessidades do capitalismo dependente, que se enraíza na Europa e nos Estados Unidos⁸ através da compra de maquinário adequado para a modernização da produção.

Parece importante explicitar que, nesse período, o quadro político e econômico do país não modificou suas relações de dependência aos projetos da burguesia internacional, readequando-se às novas tendências produtivas, sem uma modificação no quadro de distribuição de terra. Nesse processo, a produção de

⁷ Stedile (2003, p.14) aponta essa situação como determinante nos processos de desenvolvimento da questão agrária. Assim, ele afirma: “As elites brasileiras passaram 400 anos formadas no modelo agroexportador, ou seja, nossa sociedade se gerou numa sociedade agrária e exportadora. Ao contrário do que ocorreu na Europa e nos países do hemisfério norte, onde a industrialização remonta as origens da revolução industrial de 1750, aqui, a rigor, o processo de industrialização começou a se desenvolver a partir da revolução de 1930”.

⁸ Sobre a formação dessas políticas de desenvolvimento agrário nos Estados Unidos, ver Welch, Cliff. **Agronegócios e a agricultura familiar nos Estados Unidos**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocioscite.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

monocultura para exportação continuou como modelo produtivo hegemônico, ficando a cargo dos pequenos agricultores a responsabilidade de produção para o sustento do novo quadro de operários no Brasil.

Ainda sobre a conjuntura histórica produtiva, Martins (1980 *apud* RIBEIRO, M., 2010, p. 115)

[...] traz os conceitos de terra trabalho e terra negócio, nos conflitos que ocorrem no campo brasileiro, [...] colocam-se em confronto dois regimes de propriedades, o da propriedade capitalista e o da propriedade familiar. O primeiro desempenha a função de explorar a força de trabalho. Enquanto isso, a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador.

Daí que, dos anos de 1930 a 1980, a conjuntura brasileira se estabeleceu numa relação de acelerado desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, desenvolvimento do regime da propriedade capitalista. Para tal, observa-se o intenso investimento financeiro de organismos internacionais nas áreas de infraestrutura, como estradas, ferrovias, maquinário e pacotes químicos para o desenvolvimento da agricultura, instaurando uma nova articulação produtiva, conhecida pelas chamadas “Revoluções Verdes”⁹. Esses anos, também, desencadeiam uma série de revoltas e articulações entre campo e cidade, organizadas pelo encontro dos trabalhadores rurais que já não possuíam mais espaço no campo para o desenvolvimento da agricultura voltada ao comércio interno e dos operários que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho nas fábricas.

Tal processo foi compreendido pelos intelectuais marxistas como resultado da lógica estrutural do sistema capitalista, pautado numa proposta de desenvolvimento desigual e combinado; fenômeno que, em linhas gerais, compreende a unilateralidade desenvolvimentista, imposta pelo capitalismo internacional aos países periféricos, primando pelo acelerado crescimento

⁹ A chamada Revolução Verde, segundo Guterres (2006, p.99), “Foi o principal veículo para impulsionar a tecnificação da agricultura [...] nos países em desenvolvimento. Desde os anos de 1950 foi um componente central de praticamente todos os programas e projetos de desenvolvimento agropecuário, baseado no aumento da produção e da produtividade a qualquer custo econômico, sem considerar os prejuízos ambiental, social e cultural dos povos e das regiões. [...] No Brasil esse projeto desenvolveu-se como política pública agrícola casada com os interesses dos organismos internacionais e das corporações multinacionais dos Estados Unidos e Europa, sendo estas responsáveis pelos processos de industrialização e mecanização do campo, nos anos 70 e 80, pelo fortalecimento das indústrias bioquímicas com os incentivos de produção da monocultura transgênica, nos anos 90, e atualmente pela globalização dos mercados agrícolas e pela retirada do Estado na execução dos programas rurais”.

econômico, em desconformidade com os estágios de desenvolvimento destes. Sobre este debate Trotsky (1962 apud LÖWY, 1995, p. 77) compreende que,

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitamento de necessidades exteriores, a vida retardatária é estrangulada a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas.

A análise abordada nessa teoria apresenta o cerne da realidade histórica do desenvolvimento da questão agrária no Brasil, assim como em todos os países em desenvolvimento, e nos possibilita, ainda, compreender que a lógica estrutural de todo o desenvolvimento das forças produtivas se estabelece a partir de necessidades externas, negando os processos internos, que se encontram, em níveis diferenciados, em cada território. Assim, o mapa agrário brasileiro configura-se por diversas categorias socioeconômicas, políticas e culturais em uma relação de prerrogativas organizacionais diversificadas na relação histórica entre território e modo de produção. Esse mapa, atualmente, é explicitamente demarcado por comunidades oriundas de quilombos, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, que se ramificam culturalmente pelos processos migratórios; os assentados, que se caracterizam pela lógica organizativa da luta pela terra; e os latifundiários, herdeiros do processo de colonização do país, que nas últimas décadas se articulam com o capital estrangeiro, garantindo a expansão do agronegócio¹⁰.

¹⁰ “O conceito de agronegócio (agrobusiness) surgiu em meados do século XX nos Estados Unidos. A ideia era construir uma política para incrementar a participação do pequeno produtor no mercado. A ênfase no mercado tornou-se a prioridade, destituindo-se assim a importância das outras dimensões do desenvolvimento. [...] O agronegócio representa a mais recente fase do capitalismo na agropecuária, marcada pelo controle estratégico do conhecimento, da produção e do mercado, com o uso de tecnologia de ponta (p. 54). Na segunda metade do século XX, o campo latino-americano sofreu profundas alterações causadas pelo modelo de desenvolvimento. [...] Com o avanço da industrialização da agropecuária, o tradicional sistema latifundiário, [...] passou por mudanças técnicas e tecnológicas. A territorialização das corporações norte-americanas e européias ampliou seus domínios com a expansão de seus sistemas de produção. Esse conjunto de mudanças intensificou as formas de exploração do modelo agroexportador e aprofundou a expropriação dos camponeses e indígenas, gerando pobreza e miséria. Na década de 1990, com o avanço das políticas neoliberais, consolidou-se o processo de territorialização das empresas multinacionais norte-americanas e européias, que expandiram seus domínios e aumentaram seu controle sobre os principais produtos primários [...] Nesta fase o controle político-territorial também foi ampliado. Em processos de compra ou fusão com empresas nacionais, as corporações multinacionais passaram a controlar mercados, tecnologias e patentes, concentrando poder e conhecimento. [...] Estes processos consolidaram o modelo de desenvolvimento da agricultura que ficou amplamente conhecido como agronegócio. (p.49). [...] Agronegócio, de fato, é apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista” (SADER et al, 2006, p. 54).

Assim sendo, são estes os sujeitos que constituem o histórico das relações de desenvolvimento, representam as faces que expressam a disputa ideológica no contexto da questão agrária e se articulam aos limites do desenvolvimento de um efetivo processo de reforma agrária. Nesse movimento, de um lado da ‘trincheira’, encontra-se o levante popular, em defesa de um projeto societário consolidado em outras condições de produção da existência no campo; e, do outro, o fortalecimento da resistência da burguesia agrária, articulada ao poder estatal que, por meio de políticas de concessão e práticas de violência contra o povo, outorga uma lógica de resistência à efetiva implementação da reforma agrária, enraizada nos interesses das forças produtivas do capital no campo.

1.2 A luta por um projeto de reforma agrária do povo e a mediação estatal no território brasileiro

A partir da análise da questão agrária no Brasil, podemos afirmar que o primeiro indício de reforma agrária se deu ainda no Brasil Colônia, a partir dos interesses do capital e do desenvolvimento industrial, tendo como marco histórico a lei de terras de 1850. Outro fator importante é que a questão agrária, no país, entrelaça-se a uma série de particularidades históricas, políticas e culturais que resultam em limites concretos na consolidação ou desenvolvimento de um projeto de reforma agrária, diferenciando-se das experiências realizadas em países da Europa, ou como nos Estados Unidos¹¹, que encontraram na reforma agrária uma alternativa de incluir o campesinato no processo de desenvolvimento do capital no campo.

No desenrolar desses fatores, evidencia-se uma historicidade de conflitos, conforme anunciamos na análise anterior. Mas, sob o foco analítico desta pesquisa, cabe delinear o movimento desencadeado pelo campesinato brasileiro, com intencionalidade de reorganização do território camponês no país, que segundo Lucas (2001), pode ser datado pela organização de três grandes movimentos, no

¹¹ Segundo Evelyn e Loyola (2007), Stedile afirma, em entrevista para Revista Época, que “A reforma agrária clássica foi feita na maior parte dos países da Europa, nos Estados Unidos, no Japão, depois da Segunda Guerra Mundial. É um projeto que está combinado com um projeto de desenvolvimento da indústria nacional para desenvolver um mercado interno. O Brasil perdeu quatro oportunidades históricas de fazer esse tipo de reforma agrária: no fim da escravidão, em 1888; na implementação da industrialização pela Revolução de 1930; em 1964, como o governo Goulart, deposto pelo golpe militar; e em 1988, no governo Sarney, quando havia um clima favorável no PMDB para viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional. Da década de 90 para cá, nosso país e as elites brasileiras abandonaram o projeto nacional. O que está em curso é um projeto popularmente conhecido como neoliberalismo, que subordina a economia brasileira ao capital internacional e financeiro”. Disponível em: <<http://alainet.org/active/18432>>. Acesso em: set. 2011.

período de 1950 a 1964: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS), em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro; as Ligas Camponesas, na Zona da Mata, que nasceram da luta dos Engenhos em Pernambuco; e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul.

Segundo a mesma autora, estes levantes são resultados do aumento do número de camponeses advindos das experiências, somadas ao longo dos anos, luta após luta, configurando-se em uma organização que passou a concentrar as forças de mobilização. Ainda, de acordo com a autora, esses movimentos tornaram a luta mais clara, não se tratando apenas de terra para plantar, mas reivindicando mudanças mais amplas a nível nacional. Eles exigiam que “[...] todos tivessem o direito de sobreviver dignamente, sem discriminação social, com uma estrutura fundiária justa no país, através da reforma agrária” (LUCAS, 2001, p.93).

Nesse contexto, os princípios que movimentam as relações estão dialeticamente articulados na luta de forças entre a organização popular e os interesses da burguesia. Nessa luta, tanto a organização dos camponeses, quanto o capital e o Estado tomam novos rumos políticos, de acordo com o processo em curso, o que requer a leitura sobre a natureza e o papel do Estado, no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista.

No dicionário do pensamento marxista (BOTTOMORE 1983, p.133), o Estado é definido como a “instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”. Assim, é acentuada a natureza de classe do Estado quando se trata de burguesia agrária, assumindo efetivamente o papel de “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1978, p.96).

Daí que, sobre as relações entre o movimento camponês e o Estado, Andrade (1986) e Ribeiro, D. (1995), em suas análises sobre as lutas camponesas no território brasileiro, denunciam o Estado como mediador dos interesses da burguesia. Explicitamente, nesse contexto, “o proprietário, para garantir seu poder, controlava os cargos públicos locais, e mantinha estreitas relações com as autoridades em nível de província, posteriormente de Estado, a fim de utilizar o poder público contra os seus dominados” (ANDRADE, 1986, p.18).

Tais práticas, ao longo da história, são registradas de norte a sul do Brasil, situando uma discussão em torno da reforma agrária como um projeto de mediação e inserção de novas políticas de desenvolvimento rural. Independentemente do

contexto geográfico e suas especificidades, é possível encontrar, no centro deste cenário, um único projeto a nível nacional: a garantia do fortalecimento das relações do capital no contexto agrário – pela força ou pela concessão (ANDRADE, 1986; RIBEIRO, D. 1995). Vê-se que esse objetivo se manteve no cerne da questão, sem praticamente nenhum retrocesso em sua implementação, pelo menos até o final do século XX.

A violência da burguesia e as concessões do Estado estiveram em ação em todo movimento de luta como estratégia de opressão camponesa. Apesar do histórico da força do Estado atuar frente à violência contra os movimentos do povo, observa-se que, de acordo com os interesses, este também se utiliza de concessões em resposta às reivindicações dos trabalhadores rurais, a começar pela tolerância sobre a formação de Ligas Camponesas no Nordeste e de sindicatos rurais em todo o Brasil, como citado anteriormente, fato que, segundo Andrade (1986, p.20),

[...] se deve à necessidade da expansão do capitalismo e da modernização agrária, que beneficiava diretamente a classe dominante, com o incentivo à implementação de indústrias e expandindo consideravelmente as redes rodoviárias ligando os mais diversos pontos do país.

Nesse processo de modernização¹², no regime liberal populista, pós-Estado Novo, foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, responsáveis

¹² Sobre a historicidade estatal no quesito da questão agrária, anuncia-se uma trajetória organizacional, que responde a cada tempo histórico e político da organização do Estado brasileiro, na qual em “5 de janeiro de 1954, a Lei nº 2.613/54 criou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), cuja atribuição era assistir e encaminhar trabalhadores rurais, migrantes e imigrantes, dentro de um programa nacional de colonização que orientasse para os trabalhos agrícolas. O INIC absorveu várias repartições na época, dentre elas o Conselho de Imigração Colonização, o Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, assim como a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura.[...] Depois veio a Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1960, que criou o Serviço Social Rural (SSR), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, com atribuições que visavam exclusivamente o social no meio rural e com a intenção de fixar o homem à terra e assim evitar o êxodo rural, incrementando a produção agrícola e promovendo atividades sociais com o fito de administrar a produção e a economia das pequenas propriedades. Em seguida, em 11 de outubro de 1962, surgiu a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) (1962-1964), a qual absorveu o SSR, e o INIC. As atribuições da SUPRA eram as seguintes: a) colaborar na formulação da política do país; b) planejar, promover e executar a reforma agrária e, em caráter supletivo, a medida complementar de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária. [...] O INCRA surgiu de uma fusão entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA). Entretanto, acredito que os primeiros passos institucionais para a reforma agrária no país foram dados nos anos 1950. O IBRA era uma autarquia vinculada à Presidência da República e surgiu com advento da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas atribuições eram as seguintes: zoneamento, cadastro e tributação rural; distribuição de terras em áreas consideradas prioritárias, promoção agrária e assistência financeira. A mesma Lei criou também o INDA, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e com atribuições voltadas para o desenvolvimento rural através das atividades de colonização, extensão rural e cooperativismo. Em 9 de julho de 1970, o Decreto da Lei nº 1.110, absorvendo o IBRA e o INDA, criou o INCRA, com a finalidade de estruturar a reforma agrária no país, promovendo tanto o desenvolvimento rural quanto coordenando e executando a colonização” (MATTZA, 2006, p.53-55).

pelo fortalecimento das políticas de industrialização, de obras de infraestrutura e de modernização da agricultura, o que repercutiu para a reforma agrária,

na valorização das terras e na espoliação das massas trabalhadoras, uma vez que aproximou as terras do mercado de matérias-primas e do mercado consumidor, ampliou a capacidade produtiva das indústrias de beneficiamento agrícola, aguçando a sede de terras por parte das empresas (ANDRADE, 1986, p.21).

A inserção de governos populistas, no período dos anos de 1950 a 1964, e a intensa reivindicação dos trabalhadores rurais pelo desenvolvimento de um projeto de reforma agrária efetivo, como se registra nos lemas dos movimentos camponeses que clamavam “Reforma Agrária na lei ou na marra”, obrigaram o poder público a uma nova concessão frente à classe organizada que, em 1963, ficou conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural da Terra.

Esse Estatuto, em linhas gerais, foi sustentado pelo Estado em debates com a burguesia agrária sob duas: a de desarticular os movimentos que se acirravam com o avanço capitalista no campo e a de regularizar os processos de contratação de mão-de-obra camponesa nas áreas mais industrializadas (ANDRADE, 1986). A contraponto das práticas de negligência contratual por parte da burguesia, nas áreas em que o movimento encontrava-se mais solidificado, o campesinato organizado manteve a luta junto ao judiciário para prevalência dessa lei, proporcionando ao trabalhador melhores condições de trabalho.

Tal processo sustenta a lógica organizativa socioeconômica e política daquele período, que em essência representa os ideários da liberal democracia, que se expressa por tempos de reformas. Nesse contexto, tanto o Estado como a direção dos movimentos sociais consideravam suas políticas a partir de uma proposta de melhorias de condições de vida dentro da lógica desenvolvimentista da modernização do país. Vivencia-se no Brasil um período de fortalecimento de projetos¹³ que visam atenuar a unilateralidade econômica contida nas políticas internacionais, numa conjuntura de enfrentamentos e ‘diplomacia’ intelectual que se desafia a desenvolver esforços para a implementação de uma política estrutural capaz de diminuir os impactos do processo de industrialização.

¹³ No governo de João Goulart vivenciou-se no Brasil um período de proposição de reformas de base que, sob a bandeira de unificação, estabelecia a implementação de uma reforma estrutural que abrangia os setores educacional, fiscal e agrário. Cabe salientar que esse projeto não saiu do papel devido ao golpe militar em 1964.

Porém, as resistências estabelecidas no âmbito estatal somadas à conjuntura global apresentam um novo quadro estrutural do Estado, no qual as políticas para a questão agrária, a partir do golpe militar de 1964, alicerçam as tendências neoliberais. Nesse contexto, a reforma agrária constitui-se como um retrocesso nacional frente a suas conquistas. Os militares, com sua força autoritária frente ao povo, estabelecem um novo olhar sobre a área agrária e deliberam o Estatuto da Terra, sob a Lei nº 4.504¹⁴, de 30 de novembro de 1964, que, dentre suas disposições, regula a função social da terra e os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola.

No setor agrícola, esse processo resultou no fortalecimento de práticas articuladas à lógica de manejo proposta na Revolução Verde, conforme já anunciado anteriormente, desencadeando-se em desordenada escala, através de intensos subsídios econômicos e políticos, comprometidos com a efetivação de estratégias de convencimento dos produtores, no processo de absorção do novo manejo agropecuário, apresentando-se como ‘pano de fundo’ dos esforços do Estado em consolidar essa lógica, fortalecendo-a no país por meio de políticas de crédito para investimento, produção e assistência técnica que, a partir dos anos 1980, resultaram no cerne do endividamento dos pequenos produtores e, por consequência, no acirramento do êxodo rural.

A partir de uma breve análise histórica, podemos pontuar como esse projeto foi se construindo ao longo dos anos e os reais interesses que o sustentam como meio de desenvolvimento para os países que, a partir dessa proposta, passam a ser definidos como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Conjuntamente, situamos nesta análise a afirmativa que a intencionalidade consiste na maturação das relações de subordinação socioeconômica, política e cultural desses países ao capital globalizado.

Tendo sua abertura inicial com o golpe militar, podemos indicar as fragilidades dessa proposta no Brasil, no período dos anos 1970 e 1980, sob a denúncia de uma política de desenvolvimento unilateral, apresentando-se,

¹⁴ A Lei 4.504/64, em seu art. 2º, caput 1: a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais, que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

evidentemente, conforme já analisado anteriormente, o desequilíbrio social contido em uma relação de investimentos pautados, unicamente, para o crescimento econômico.

Os impactos dessas políticas apresentam-se como eixo de reorganização do campesinato que, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, anuncia o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Segundo Lucas, (2001, p.93) este

[...] é composto por diferentes grupos de trabalhadores rurais, de acordo com a sua participação na produção, tais como parceiros, arrendatários, posseiros, assalariados rurais, pequenos agricultores, filhos de pequenos agricultores e atualmente também constituem o MST trabalhadores desempregados que vivem nas periferias da cidade.

Retomando os aspectos da análise sobre os anos 1980, é importante salientar o endividamento do país somado à crise que se estabelece em todos os setores, quando é vivenciada uma difícil relação com o Banco Mundial, ficando o país até oito anos sem conseguir captar recursos. Nesse processo, “[...] o Brasil assinou o primeiro acordo de estabilização com o FMI e se enquadrou nas exigências do Banco Mundial, adotando uma política recessiva voltada para o ajustamento às necessidades de pagamento da dívida externa” (SOARES,1998, p.33).

Essa situação fragiliza ainda mais as relações entre o Estado e os agricultores, resultando na diminuição de investimentos nas pequenas áreas de produção rural, tanto no que se refere à infraestrutura quanto no âmbito de financiamento econômico, com a escassez de verba para subsídio agropecuário. Os resultados dessas fragilidades tem, como uma consequência, o aumento do êxodo rural, seja pela falência de pequenas propriedades, seja pelo estabelecimento do desemprego em larga escala.

No Governo Collor teve-se o aprofundamento das reformas políticas, com a implementação de diversos programas de estabilização, acentuando as desigualdades no Brasil. Esse governo “[...] cortou os gastos públicos, renegociou a dívida externa, promoveu abertura comercial, flexibilizou e estimulou diversos programas de incentivo e controle de preços, aumentou exportações, além de ter desmantelado os serviços e as políticas públicas” (SOARES, 1998, p.36).

No contexto de um quadro economicamente desfavorável ao povo, nos anos de 1990, vivenciamos a brusca queda da renda per capita, chegando ao patamar

inferior de 5,3% referente a 1979; o aumento da concentração de renda, numa realidade em que os 10% mais pobres, que em 1981 detinham 0,9% da renda nacional, chegaram em 1989 com apenas 0,7%; e o alastramento da pobreza e da exclusão social no país, com o aumento de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza, que totalizavam, em 1980, 29% da população e passaram para 39%, nos anos de 1990 (idem).

Ainda em Soares (1998), podemos observar que o governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade às reformas liberalizantes, ampliando o processo de abertura econômica, intensificando o processo de privatizações e aprovando uma série de mudanças constitucionais que abriram caminho para o aprofundamento das reformas. Nesse contexto, o setor da agricultura amplia os incentivos para o capital estrangeiro, com a entrada dos transgênicos nas lavouras, ampliando consequentemente ainda mais o endividamento da agricultura familiar. No âmbito da reforma agrária houve um processo de assentamento dos Sem-Terra em todo país, baseado numa perspectiva de distribuição de terras, sem o mínimo de condições de produção ou de sobrevivência nesses espaços. Pontua-se, também, a implementação da política do Banco da Terra¹⁵, que resultou no assentamento de muitas famílias que iniciavam sua vida no campo articulada ao endividamento com o Estado.

Esse movimento estatal que se compreende como mais uma proposta de concessão, com o objetivo de silenciamento do povo frente à consolidação da globalização, acabou resultando num levante do MST, que reestrutura sua pauta de luta frente ao governo e passa a exigir que se compreenda a reforma agrária na totalidade de sua proposta, colocando-se contra a perspectiva governamental que se consolidava, aparentemente, na simples distribuição de terras produtivamente degradadas e/ou confinadas por dívidas estatais.

Permeado por esse movimento, há um esforço de reorganização das políticas de assistência técnica a nível nacional, que passa a incorporar, nesse período, os projetos de desenvolvimento da reforma agrária gerenciados pelo

¹⁵ Segundo Bortoloti (2009), O Banco da Terra é uma política de financiamento, implementada no período de final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, para o desenvolvimento da reforma agrária, fundamentada na lógica de mercantilização da reforma agrária, que compreende a terra como mercadoria e apresenta-se como uma política de desarticulação da luta camponesa.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁶. Num primeiro momento, focado na produtividade, com a inserção de veterinários e agrônomos, passando, nos anos seguintes, à inserção dos técnicos sociais no contexto dos assentamentos e, seguindo a cartilha do Banco Mundial, no surgimento do primeiro projeto piloto de consolidação destes assentamentos por meio do Programa da Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC).

Ratifica-se, nesse movimento, a veia de subordinação estatal às políticas do Banco Mundial, como já citado anteriormente, sob a possibilidade de configurar-se num processo que caracteriza a essência da implementação de políticas que se articulam à necessidade de uma série de procedimentos, sendo estes responsáveis por desencadear a “reciclagem e aprimoramento”¹⁷ de propostas que atendam ao que, atualmente, chamam-se Políticas Estatais Globalizadas.

É nesse processo de luta, repressões e ajustes que se pontua a historicidade do projeto de reforma agrária do país, que movimenta o levante do povo, através da organicidade do MST¹⁸, sob a exigência do desenvolvimento de uma proposta pensada pelo povo, com princípios, objetivos e estratégias que partem do compromisso com a produção da existência no campo bem como com a existência da humanidade, uma vez que do campo depende a sanidade da necessidade básica da vida humana – a produção de alimentos saudáveis.

¹⁶ Segundo Mattza (2006, p.56), “Em 16 de agosto de 1982, o Decreto nº 87.457, que trata da instituição do Programa Nacional de Política Fundiária, criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, com o qual o INCRA se vinculou. Quase dois anos depois, a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, transferiu competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, visando principalmente à área do desenvolvimento rural. A partir daí e com o advento do Decreto nº 91.214, de 30 de abril de 1985, que criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o INCRA passou por vários decretos, dentre eles o de nº 912.766, de 10 de outubro de 1985, que aprovava o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja meta fundamental era o assentamento de um milhão e quatrocentas mil famílias. Depois veio o Decreto nº 94.234, de 15 de abril de 1987, que autorizava o INCRA a contratar até 1.250 profissionais. Enquanto isso, o Decreto-Lei de nº 2.328, de 5 de maio de 1987, promovia alterações na estrutura organizacional do INCRA. Assim, através de vários decretos, a aventura da reforma agrária no país continuava a alimentar ideais e estes não sucumbiam diante das dificuldades institucionais”.

¹⁷ Esses processos se desenvolvem sobre a conceituação das políticas de ajuste estrutural que, segundo Soares (1998, p.23), demonstram “o objetivo dos programas de ajuste [...] assegurar o pagamento da dívida e transformar a estrutura econômica dos países de forma a fazer desaparecer características julgadas indesejáveis e inconvenientes ao novo padrão de desenvolvimento (neoliberal): protecionismo, excesso de regulação, intervencionismo, elevado grau de introversão, entre outras.”

¹⁸ O estudo desta proposta parte dos registros publicados nas cartilhas do MST e das discussões que nos foram possíveis travar ao longo da nossa experiência junto à organização do assentamento Conquista da Liberdade.

Contrária aos discursos midiáticos¹⁹, a proposta de reforma agrária do MST se fundamenta na organização de uma nova sociedade, baseada em princípios de igualdade, solidariedade e humanidade, ecologicamente sustentável. Tendo como ponto de partida a transformação de estruturas de produção e de relações entre homens/mulheres e a natureza, para que se possa materializar o rompimento com a exploração, exclusão e alienação ideológica, apontando, assim, um novo quadro de possibilidades, no qual se acredita no “trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas e no restabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza” (CARTILHA DO MST, 2006, pg. 20).

Tal proposta não se encontra limitada a perspectivas ideológicas, mas se constitui de especificidades fundamentais para que se estabeleça um novo espaço no campo, no qual se propõe a erradicação da pobreza rural, por meio do combate à desigualdade social e à degradação da natureza, da garantia de trabalho e de soberania alimentar para toda população brasileira, e, principalmente, no desenvolvimento de condições que garantam a melhoria de vida para todas as pessoas bem como o acesso às oportunidades de trabalho, renda, educação e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial para a juventude.

No decorrer das estratégias organizadas no projeto desse movimento, observamos a importância da culminância na democratização dos bens naturais, dos que são fruto do trabalho e dos oriundos das tecnologias, que devem estar sob domínio consciente da humanidade. Isso se entrelaça na organização social, tanto sob a orientação política quanto científica, de forma que essas potencializem sua produção a partir de práticas fundamentadas na cooperação e na viabilidade do fechamento da cadeia produtiva enraizada na perspectiva agroecológica. Assim, se estabelece a necessidade de qualificação do manejo agropecuário, desde as práticas produtivas até o desenvolvimento de métodos capazes de manter o equilíbrio entre o trabalho humano e a natureza.

Contando dessa forma com a mediação direta do Estado na totalidade do território produtivo, compreende-se na organicidade propositiva do MST que, para

¹⁹ Os discursos midiáticos consistem numa leitura social burguesa, constituindo-se, atualmente, como um império midiático, que assume o poder de informar, transformar ou alienar a veracidade das problematizações na sociedade, manipulando, conforme seus interesses, as pautas que denunciam a realidade social na atual hegemonia socioeconômica e política, no Brasil e no mundo. Sobre esse tema ver Guareschi, Pedrinho A. e Biz, Osvaldo. *Mídia e Democracia*. Porto Alegre: Evangraf. 2005.

além de financiamentos no âmbito do desenvolvimento produtivo, é necessária a garantia de espaços educativos e sociais, de forma que possibilitem o aprimoramento subjetivo/objetivo do coletivo, o que justifica os esforços políticos do movimento para realizar um processo educativo capaz de resgatar a cultura da historicidade camponesa, fortalecendo, assim, as bases formativas, a promoção da criticidade dos camponeses no seu pensar e agir no mundo. É importante salientar que a compreensão de um Estado capaz de atender essas necessidades apresenta-se acompanhada de uma iniciativa fundamental, que passa por mudanças imediatas na forma de funcionamento das instituições públicas, que atuam na agricultura e em todos os ministérios que estabelecem relações com os serviços públicos, tanto para o meio rural como para toda sociedade civil.

Essas perspectivas fundamentam-se no estabelecimento de um triângulo essencial: conscientização e organização das famílias, subsídio estatal e rompimento com o modelo produtivo convencional²⁰. Essas relações atualmente se reconfiguram e se desenvolvem na diversidade que constitui o mapa rural brasileiro, sendo este projeto do povo, que situam os bastidores quantitativos sistematizados pelo atual Governo Federal.

Nesse quadro, segundo pesquisa realizada pelo INCRA²¹, que compreende o levantamento de dados a partir de um processo de amostragem, das 906.878²² famílias assentadas no país, constitui o universo desta pesquisa a representação de 805.107 famílias. A definição do universo de pesquisa encontra-se vinculada ao período em que as famílias foram assentadas, compreendo os anos de 1985 (I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA) a 2008, em todo território brasileiro e o número de respondentes é de 16.019 famílias distribuídas em 1.164 assentamentos. Nesta pesquisa avalia-se que o PNRA garantiu para essas famílias o direito a moradia, a produção e a articulação comercial, entre parceiros, por meio de associação ou cooperação. Garante também o acesso a escola, saúde,

²⁰ Sobre o modelo produtivo convencional compreendem-se as práticas agrícolas desenvolvidas sob a lógica capitalista, que atendem à subordinação da produção aos modelos químicos e tecnológicos estimulados pelas chamadas Revoluções Verdes, nas quais encontramos a essência do endividamento da agricultura familiar e a degradação da natureza, resultando nos fenômenos de empobrecimento da agricultura familiar e do êxodo rural.

²¹ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Retrato da Reforma Agrária no País. 2010. Disponível em: <<http://pqra.incra.gov.br/dashboard>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

²² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Prestação de contas ordinária anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2009. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 16 set. 2011.

infraestrutura etc. Entretanto, também evidencia o foco de análise sobre o que compreende como desenvolvimento, limitando-se a uma análise linear e quantitativa sobre as conquistas do povo.

Tais conquistas se forjam na luta organizada dos camponeses, daí que nos importa anunciar que, sob a leitura dos gráficos apresentados nesta pesquisa, as políticas de desenvolvimento do PNRA, as quais resultam em todas essas garantias, articulam-se em uma totalidade qualitativa e histórica de relações de denúncias e reivindicações e das aspirações do projeto de reforma agrária do MST. Esse movimento toma expressão prática quando adentramos nos resultados desta pesquisa a nível nacional e identificamos que, das linhas de investimento de responsabilidade direta do Estado, os avanços são bem limitados, como podemos averiguar, sobre as condições de acesso a saúde. Totaliza-se mais de 50% dos assentados com acesso a essa área qualificada como péssimo e ruim. No quesito crédito, quase 50% dos entrevistados não acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), linha de crédito especial para a agricultura familiar. No que se refere à estrutura como água e energia elétrica, 22% dos entrevistados ainda não dispõem de recurso que atenda às necessidades da unidade familiar e mais de 30% tem energia intermitente. Ao referir-se à qualidade das estradas, identifica-se que 58% das famílias as classificam como péssimas e/ou ruins. Tais estruturas são de fundamental importância para o desenvolvimento produtivo. Esses dados anunciam que ainda temos no Brasil aproximadamente 400 milhões de famílias assentadas no campo com dificuldade de produção por não dispor de uma estrutura mínima que garanta o fechamento da cadeia produtiva, o que significa o impedimento delas de consolidar uma autonomia relativa sobre a totalidade do processo produtivo.

Daí que o acesso às linhas de crédito fica quase indisponível, pois se a unidade produtiva não dispõe de infraestrutura capaz de garantir a produção e nem destes sujeitos escoarem o pouco que se produz, como sustentar investimentos produtivos? Tal problemática não se distancia das reflexões, sobre as políticas públicas apresentas por Ribeiro e Ferraro (2001, p.90) compreendendo que estas “[...] podem ser construídas socialmente de modo a ampliar os espaços de participação daqueles grupos sociais, como os agricultores familiares, que tradicionalmente têm estado excluídos das políticas sociais”.

No enfrentar dessas contradições é que podemos situar a historicidade da organização dos trabalhadores e seu projeto de reforma agrária, pois a única justificativa dessas famílias para permanecerem no campo é a adesão a uma lógica de autocooperação e de desenvolvimento da produção para sustentabilidade desses coletivos, articulados à identidade com o meio rural e às possibilidades de sobrevivência nesse espaço.

Nos seus bastidores, também, podemos anunciar que na última década o índice de distribuição de terra caiu bruscamente, conforme afirmam Carvalho e Aggege (2011), ao passo que tivemos aumento nos investimentos do Estado para os assentamentos já organizados, tanto que é possível evidenciar no Plano Safra 2011/2012²³ a disponibilidade de 16 bilhões destinados à agricultura familiar e, a contraponto, 107,21 bilhões para o subsídio econômico da pecuária, cana-de-açúcar e agroenergia, o que representa uma diferença de seis vezes mais no aumento dos investimentos para as áreas voltadas ao agronegócio.

Tal lógica distributiva permite-nos afirmar que, não distante de outras políticas de reforma agrária, no Brasil ainda vivenciamos a proposta de desenvolvimento socioeconômico do contexto agrário, voltado à lógica de desenvolvimento do capital no campo, e, ainda, nos é possível registrar, a partir da análise histórica da questão agrária, que, em nível bem mais organizado do que em outros governos, a administração governamental do Partido dos Trabalhadores, implementou com muito mais 'competência' as políticas de ajuste estrutural sugeridas nas propostas de globalização econômica.

Assim, apesar das plataformas de governo²⁴ e da articulação do Partido dos Trabalhadores com os movimentos sociais, conforme registra Stedile (2011, p. 27), nesse governo não há perspectiva de reforma agrária. Essa afirmativa nos impulsiona à reflexão de que a administração do governo petista também não rompe com o 'processo desenvolvimentista', apesar de apresentar particularidades em suas políticas de governo que articulam concessões no contexto da agricultura familiar com políticas de reestruturação dos créditos, abono de dívidas produtivas,

²³ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/planoagricola>>. Acesso em: nov. 2011.

²⁴ Sugestão de leitura: CARVALHO FILHO, José Juliano. Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100031>. Acesso em: set. 2011.

ampliação do quadro de assistência técnica, incentivos à produção agroecológica, programas de aquisição de alimentos etc.

Tal processo encontra seu limite na própria historicidade das relações entre dois projetos de desenvolvimento do campo e ratifica o antagonismo de classe, que se assegura na ação estatal. Evidenciam-se, claramente, as ‘migalhas’ de concessão e o silenciamento dos movimentos sociais no âmbito da agricultura camponesa sob uma lógica de consolidação que só beneficia a classe dominante com a diminuição de custos com a reforma agrária ao passo que se fortalecem as áreas gerenciadas pelo agronegócio, facilitando a entrada do capital estrangeiro e aliando-se através de incentivos políticos e financeiros ao projeto de estabelecimento desse modelo em território nacional.

Segundo as análises de Sader (2009), aos governos petistas é possível fazer três críticas centrais: a primeira, que ele não rompeu com a hegemonia do capital financeiro em sua modalidade especulativa; a segunda, que esse governo aliou-se ao grande capital exportador, em especial o do agronegócio; e a terceira consiste nesse governo estabelecer relações com os Estados Unidos, desconsiderando todos os danos que causam à humanidade, a começar por suas políticas de ‘guerras infinitas’.

Ainda sobre esse governo, no que tange ao desenvolvimento do projeto de reforma agrária, é importante salientar que este permaneceu/permanece entrelaçado ao desenvolvimento econômico e que, cada vez mais, percebemos a ‘invasão cultural’ que se estabelece nas relações de um mundo globalizado. Reafirma-se, então, a continuidade de um projeto de reforma agrária unificado às políticas de desenvolvimento, pautadas na associação de conceitos de crescimento, evolução e maturação, ao mesmo tempo em que se anuncia a tentativa de equalizar esses processos através de políticas capazes de diminuir os impactos sociais que historicamente condicionam as massas trabalhadoras.

1.3 As porteiras do Rio Grande do Sul e a fertilidade do solo piratiniense

O registro central, que se evidencia na vasta bibliografia sobre a formação do MST no Rio Grande do Sul²⁵, situa seu marco histórico no ano de 1985, com a

²⁵ Cabe anunciar que não há consenso entre os autores que escrevem sobre a formação do MST, pois para alguns sua formação é um processo que inicia, em 1979, no Paraná, desde a organização das lideranças e as primeiras formações de base, passando pelos encontros e ocupações no período

ocupação da antiga fazenda Annoni. Processo que não se dá ao acaso, mas articula-se no contexto de um Estado que se caracteriza no cerne das contradições no campo, oriundas das grandes extensões de terras, gerenciadas pelo latifúndio improdutivo.

No contexto estadual, a historicidade da Luta pela reforma agrária e por condições dignas de vida no campo não difere daquela do contexto nacional, marcada por uma série de acontecimentos que denunciam a exploração no campo e as condições desumanas de reprodução do campesinato além de estabelecer a resistência do povo, no limite das práticas de violência da burguesia local. As conquistas dessa luta se expressam na multiplicação de assentamentos no Estado; atualmente, no INCRA/RS, registram-se 188 assentamentos sob responsabilidade federal, 136 de responsabilidade estadual e 9 de responsabilidade particular e municipal, totalizando 13.615 famílias assentadas, com média de 20 a 25 hectares de terra por unidade produtiva²⁶.

Tais conquistas se desenvolvem na correlação de força entre os projetos para o campo que, neste estado, nas últimas décadas, acirram. Tenciona-se no cenário agrário a reestruturação da luta, redimensionando-a ao enfrentamento contra a expressiva entrada do capital estrangeiro no contexto da reforma agrária. Assim, como já analisamos nas reflexões anteriores, aqui também se vivencia a transformação gradativa dos interesses especulativos da burguesia agrária em interesses do capital estrangeiro que, desde 2005²⁷, tem ocupado o pampa gaúcho com imensuráveis áreas de plantação de eucalipto²⁸.

de 1979-1984, e para outros sua formação enraíza-se no primeiro congresso em 1984 e no primeiro processo de luta massiva que acontece no Rio Grande do Sul.

²⁶ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Rio Grande do Sul. Informações sobre os assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul [dados internos]. 2011. Acesso em: 16 set. 2011.

²⁷ Sobre o processo de 'reflorestamento' sugere-se a leitura do artigo de Frei Sérgio. Deserto Verde: o Latifúndio do Eucalipto. 2006. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/Monoculturas/dossie_deserto_verde.pdf>. Acesso em: out. 2011.

²⁸ Este contexto articula-se às análises sobre a entrada do capital estrangeiro, no contexto do município de Piratini, dentre as quais se denuncia a infiltração desse projeto nos espaços da reforma agrária principalmente entre as famílias que ainda encontravam-se resistentes aos processos de adaptação produtiva. Como nos anúncios midiáticos, a possibilidade de sustentabilidade econômica, na realidade camponesa, através do processo de 'reflorestamento', representou na organicidade do MST a inviabilidade da sustentabilidade das famílias, que se submeteram ao desenvolvimento das propostas realizadas pela empresa ARACRUZ, nesse quadro verificam-se dois movimentos: a falência das famílias, que acabaram desistindo do lote e retornando aos acampamentos ou aos centros urbanos, e o cancelamento dos contratos com a empresa mediante ciência da inviabilidade desse modelo produtivo.

Isso também representou um esforço do MST no resgate de seu projeto para os assentamentos, uma vez que eles também foram apontados como referência de interesse para o desenvolvimento da monocultura de árvores ou, como mais específico no caso da região sul do estado, 'cadeia produtiva de celulose'. Tal projeto desarticulou muitos espaços conquistados, sendo eles atingidos pela lógica desenvolvimentista do projeto do agronegócio. Ao referir-mo-nos a essa realidade, percebemos que a luta contra o agronegócio não traduz o horizonte apenas no antagonismo de classe, mas apresenta-se como um enfrentamento complexo, no que tange aos projetos para o campo, uma vez que anuncia, conjuntamente, a intencionalidade do MST como uma organização que se desafia ao enfrentamento dos condicionamentos do tempo histórico, tanto sob fatores externos quanto internos.

Os resultados desses enfrentamentos são mais ou menos positivos para os camponeses, de acordo com os limites estruturais dos assentamentos. No estado do Rio Grande do Sul, segundo pesquisa realizada pelo INCRA (2011) entre os assentamentos da reforma agrária, aproximadamente 25% das famílias não têm acesso a água suficiente para as necessidades da unidade familiar e 6% não têm acesso a energia, cabendo-nos registrar que, do total de famílias que dispõem de energia elétrica em seu lote, 43% acessa energia intermitente, dados que se espera terem sido superados com o desenvolvimento do programa Luz para Todos²⁹. No que se refere à avaliação das condições de estradas, aproximadamente 30% das famílias entrevistadas as classificam em condições péssimas ou ruins.

Assim, a análise sobre as condições produtivas nos espaços da reforma agrária das famílias assentadas no Rio Grande do Sul, em linhas gerais e de acordo com estes dados, indica que em torno de 70% delas reúnem em sua unidade produtiva as condições básicas para o desenvolvimento da agropecuária. Também é possível verificar, nesta pesquisa, que as famílias assentadas avaliam melhoras nas condições de acesso a saúde, educação, alimentação, moradia, lazer e renda, em

²⁹ Segundo informações do Ministério de Minas e Energia, o Programa luz para todos teve por meta inicial, "levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, ampliando-se até 2011, para atender novas demandas do programa". O objetivo deste é transformar a realidade do mapa da exclusão elétrica no país, que revela a ausência de acesso à energia, majoritariamente, nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: nov. 2011.

média, expressando o mesmo nível percentual de satisfação no que tange a esses indicadores, identificando-se variações consideráveis nas avaliações negativas, que se referem aos quesitos saúde e lazer.

Diante desses dados, cabe a reflexão de que o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária, na perspectiva da concepção do povo³⁰, neste estado, tem avanços que se expressam na melhoria das condições de vida das famílias assentadas, ratificando o papel do Estado na garantia das estruturas básicas nas unidades produtivas. Além disso, ainda sob o resgate da própria história de luta desses assentados, é possível verificar que a proposição dessa garantia avança em níveis diferenciados, de acordo com cada realidade, compreendo como categorias fundamentais a organização e historicidade das famílias assentadas, tanto no período de acampamento quanto de assentamento.

Outro fator de relevância encontra-se na estrutura socioeconômica, política e cultural dos municípios que recebem os assentamentos, abrangendo o dimensionamento das forças produtivas locais e a qualidade endofoclimática de cada assentamento, o que se articula conjuntamente ao conhecimento técnico para ‘adequação’ das famílias às possibilidades de produção a partir das culturas locais.

Nesse processo, atualmente, o município de Piratini estrutura seu território com a demanda de quinze assentamentos da reforma agrária³¹ organizados na região com mais de 400 famílias assentadas. Oriundas de diversos espaços produtivos no estado do Rio Grande do Sul, estas compreendem-se num processo de adaptação ao quadro estrutural do solo piratiniense, caracterizado pelo baixo nível de fertilidade, com qualidade pedregosa e desgastado pelo histórico manejo de práticas produtivas pautadas na lógica de pacotes químicos. Assim, segundo Ferraro e Ribeiro (2001, p.76),

[...]a questão cultural constitui-se em problema a ser enfrentado tanto pelos agricultores quanto pelos poderes públicos. Um mesmo assentamento reúne famílias de quase vinte municípios e entre os agricultores podem encontrar-se afrodescendentes e descendentes de italianos, alemães e indígenas.

³⁰ É importante salientarmos que dentro deste contexto, também, situa-se a disputa ideológica, resultando na interrogativa sobre o interesse da qualificação dos espaços de reforma agrária, pois a garantia de infraestrutura potencializa os dois projetos: para o agronegócio garante as bases necessárias para o desenvolvimento e para a agroecologia estabelece maiores possibilidades de implementação.

³¹ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Rio Grande do Sul. Número de assentamentos [dados internos]. 2011. Acesso em: 16 set. 2011.

Além dos processos de adequação dos agricultores às possibilidades locais, a questão cultural também expressa os processos de transição da historicidade produtiva para uma lógica agroecológica, por parte dos assentamentos, movimento que tem se consolidado como uma conquista dos assentados junto à assistência técnica, resultando na caracterização dessa região como uma bacia leiteira. Esse processo inicia a partir dos anos 1990, com a organização dos primeiros assentamentos na região, e vai se constituindo entre as famílias como uma alternativa viável de equilíbrio socioeconômico entre os sujeitos.

Nesta trajetória, em mais de 20 anos de produção, salientamos a superação das famílias no processo de adaptação relativas ao manejo das práticas de campo, repercutindo numa melhoria tanto na qualidade quanto na quantidade da produção. Tal processo desenvolve-se a partir de uma longa caminhada de lutas e reivindicações com as entidades do poder público de esfera municipal, estadual e federal, num esforço realizado por parte das famílias de superar os limites de relações fundamentadas no preconceito e na ausência de políticas e de estrutura socioeconômica e política do município. Processo este que se soma à reorganização produtiva para além da lógica já estabelecida, que se afirma organizada sob o manejo pecuário no âmbito da produção do gado de corte, suínos e ovinos. Ainda em algumas áreas, percebemos a produção da monocultura, de eucalipto e também de soja.

Segundo Ferraro e Ribeiro (2001, p.74), “alguns assentamentos foram realizados em terras de “pedra, mato e morro”, características de solo impostas pelas estruturas geográficas da região e que resultam na fragilidade de sustentabilidade da cadeia produtiva de culturas de grãos e demais modalidades produtivas, que exigem profundidade e fertilidade de solo. Essas condicionantes traduzem enfrentamentos a serem realizados pelas famílias assentadas, no qual se garante no encontro da produção leiteira uma alternativa viável economicamente, mesmo que esta ainda se compreenda entre significativas dificuldades tanto para manter a quantidade como a qualidade da oferta de alimentos para o plantel, ocasionando uma queda drástica na produtividade.

Isso acaba por fragilizar o equilíbrio da cadeia produtiva, uma vez que onera a produção para as famílias, devido à necessidade de suplementação alimentar, e, tratando-se de produção primária, articula-se à desvalorização de mercado. Outro fator de desequilíbrio que se encontra é a comercialização da produção, que se

submete à lei do mercado de 'oferta e procura', resultando na variação do valor de comercialização do produto. Esse contexto acaba por sustentar a necessidade de se trabalhar com diferentes linhas produtivas, em pequenas escalas, de forma a garantir a diversidade de culturas, tanto para o sustento direto das famílias como para a comercialização do excedente no mercado local. Para superação dos limites apresentados, Ferraro e Ribeiro (2001) apontam que os assentados anunciam a necessidade de encontrarem alternativas para a diversificação produtiva, aliada à consolidação de agroindústrias gerenciadas pelas famílias, no interior dos assentamentos.

No âmbito das relações sociais, cabe enfatizar que atualmente os filhos dos assentados contam com a disponibilidade de escolas de ensino fundamental e médio, sendo garantido transporte para viabilidade do acesso a educação. Porém, a questão da alfabetização dos filhos dos assentados ainda se apresenta em grande conflito para estas comunidades. Sendo evidenciado que as práticas de educação nesses espaços limitam-se às lógicas estruturais do sistema do capital, entrando em constante contradição com o projeto que se busca efetivar no interior dos assentamentos. Assim, segundo Lucas (2001), mesmo atendendo aos filhos do campo, as escolas ainda apresentam uma estrutura urbana, "a concepção tradicional de ensino, muito comentada pelos assentados, esta ligada à questão metodológica e didática, desenvolvidas pelas escolas nos dias de hoje, como fruto de um sistema estruturado para manter o controle e o poder nas mãos de uns poucos em detrimento de uma formação mais ampla do ser humano" (Lucas, 2001, p.99).

No que se refere ao acesso à saúde, o município ainda apresenta precariedade no atendimento desse serviço, não só às famílias assentadas, mas a toda comunidade piratiniense, o que resulta em maior gravidade para as comunidades da reforma agrária, por se localizarem distantes do centro urbano ou das rodovias de acesso ao transporte público, tendo limites reais de deslocamento em tempo hábil para dispor de atendimento médico. O mesmo se verifica para os demais acessos de serviços de responsabilidade do Poder Público.

Esse contexto resulta na ausência dos direitos previdenciários, por parte dos assentamentos, bem como justifica o resgate de práticas de medicina alternativa entre as famílias assentadas e os esforços do MST em desenvolver a formação dos assentados em áreas de saúde comunitária. Sobre estas condições, observa-se em

Ferraro e Ribeiro (2001, p.73) que “Poder Público Municipal, assentados e professores são unânimes, em seus depoimentos, em denunciar a inexistência de uma política de reforma agrária no país”.

Sob a análise das estruturas de moradia e produção, Ferraro e Ribeiro (2001) anunciam que, apesar desse município caracterizar-se por um grande contingente de assentamentos, é fato que ainda encontramos comunidades da reforma agrária sem acesso a energia e água suficiente para as unidades produtivas. Esses condicionamentos, somados à precariedade das estradas de acesso aos assentamentos, resultam em limites concretos no processo de reprodução da existência camponesa, situação que, nesses espaços, apresenta-se acentuando as fragilidades do projeto de reforma agrária estabelecido pelo governo brasileiro devido a ausência de articulação de políticas públicas adequadas às necessidades dos assentamentos.

Assim, vislumbramos que, sob as porteiras do Rio Grande do Sul, o quadro da reforma agrária apresenta as suas particularidades, mas, em linhas gerais, articula-se à totalidade dos condicionamentos da questão agrária no contexto brasileiro. Ainda, sob o foco do município de Piratini, é possível afirmar que, mesmo diante das dificuldades estruturais do projeto de reforma agrária, as famílias assentadas enraizadas na lógica da organização do MST criam e recriam alternativas em seu cotidiano como forma de resistência da cultura camponesa, encontrando fertilidade nesse solo no desafio de superar as fragilidades impostas na ausência de políticas estatais.

1.3.1 O desequilíbrio socioambiental e as possibilidades de transformação do espaço ocupado: Assentamento Conquista da Liberdade.

A área que compreende o atual assentamento Conquista da Liberdade, segundo as famílias assentadas, é resultante do processo de endividamento da antiga fazenda ‘Cica’. Nessa unidade produtiva desenvolvia-se, na extensão de 1.232ha, produção de pêssego para conserva e criação de gado de corte para comercialização na região, sob a lógica do manejo convencional. As crises econômicas e as sucessivas perdas de produção por pragas e degradação do solo resultaram no recolhimento das terras por parte do Estado como forma de pagamento das dívidas adquiridas por inadimplência de impostos (KUNZLER, 2009).

Ainda em conversa com as famílias, anuncia-se que, mediante o acirramento da crise ambiental e no fervor das discussões sobre a necessidade das áreas de proteção ambiental no Estado, o INCRA, em 1992, sinalizou a possibilidade de transformação dessa área em assentamento da reforma agrária sob uma série de condições que deveriam ser assumidas pelo coletivo assentado. Dentre essas, que as famílias se organizassem coletivamente através da lógica cooperativada, compreendendo o compromisso de não explorar as áreas de proteção ambiental do assentamento de forma a viabilizar a utilização das terras por todas as famílias cadastradas para o local, o que significava assentar aproximadamente sessenta famílias numa área que não comportava, devido às características do solo, nem a média de extensão de terra por família definida no PNRA.

Daí que sempre se revive nos espaços de comemoração dos aniversários do assentamento, bem como em outros momentos de reflexão sobre a totalidade do desenvolvimento desse assentamento, místicas que retratam as dificuldades enfrentadas pelas famílias no processo de conquista da terra, sendo registrados, ainda que em segundo plano, os limites enfrentados por esse coletivo, mesmo nos dias atuais, pela má distribuição geográfica das unidades produtivas. O que resulta em conflitos históricos que enraízam as relações internas no assentamento que, em linhas gerais, situam as fragilidades produtivas pela diversidade da qualidade do solo, pela desconsideração das diferenças culturais existentes no coletivo do assentamento e, principalmente, pela dificuldade de se projetar futuro para a juventude, uma vez que esse espaço não contempla a possibilidade de ampliação das unidades produtivas.

Assim, se materializam as ‘portei ras abertas’ do assentamento Conquista da Liberdade, situado no 2º distrito de Piratini/RS e constituído, atualmente, por 48 famílias, oriundas do norte do estado do Rio Grande do Sul, que se encontram assentadas há mais de 19 anos. Essas famílias são reconhecidas em nível estadual pela notável lógica de desenvolvimento socioeconômico através de manejos ecológicos nas práticas de produção agropecuária na região.

Esse processo se estabeleceu ao longo do histórico do coletivo dessas famílias, marcado pelo ingresso ao acampamento da reforma agrária conhecido como Pinheirinhos³² em 1989 sendo elas tomadas, de forma geral, pelo desejo de

³² Esse nome ficou marcado popularmente como apelido do acampamento Boa Vista do INCRA, que se caracterizava por uma área de conservação florestal do Governo com extensão de 70ha repletos

romper com as relações de exploração³³ e alienação, latentes no modo de vida em terras alheias, buscando, através dessa organização, uma alternativa material de produção em terras de domínio próprio.

Nesse contexto, em paralelo à caminhada de luta, foram (re)alfabetizados e, por sua vez, ampliaram suas concepções de mundo, possibilitando, assim, o rompimento não só com as condições imediatas de exploração, mas também com as amarras que, historicamente, os condicionaram ao estranhamento de sua classe social: a classe trabalhadora.

Assentadas em fevereiro de 1992, essas famílias iniciaram a construção de um novo espaço social, no qual homens, mulheres, crianças e jovens desfrutassem de possibilidades e oportunidades de desenvolvimento humano, considerando o respeito ao equilíbrio das relações homem/natureza e ao desenvolvimento de uma consciência crítica entre os sujeitos que, por meio do trabalho³⁴, auxiliaram no aprimoramento desse espaço. Tal projeto não se pensa isolado de uma caminhada de lutas, reflexões e estudos coletivos, que se concentram no desenvolvimento social em sua plenitude, em sua humanização.

O que se sabe é que os assentamentos, na organização do MST, não se configuram como o final de uma luta, mas sim como um novo estágio da luta. Nessa perspectiva, é preciso “ocupar a terra improdutiva e resistir aos limites do capital, para que se possa produzir uma nova existência social, política e econômica³⁵”.

de *pinus* – pinheiro americano – na qual as famílias foram submetidas a um processo de qualificação para o trabalho na terra (referência explicitada conforme o relato das próprias famílias do assentamento).

³³ Essa relação “[...] caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da ‘vendabilidade’ (isto é, a transformação de tudo em mercadoria): pela conversão do seres humanos em ‘coisas’, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a ‘reificação’ das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em ‘indivíduos isolados’ [...] que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, ‘em servidão à necessidade egoísta’, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.” (MÉSZÁROS, 2006, p.39).

³⁴ Sobre a transformação do meio natural, por meio do trabalho humano, Lukács, em sua reflexão sobre a possibilidade de construção do novo, diz que “[...] o homem que trabalha pode introduzir as propriedades da natureza, as leis de seu movimento, em combinações perfeitamente novas, conceder-lhes funções e formas de ação perfeitamente novas.” (LUKÁCS, 2004, p.71).

³⁵ Este lema é tido como essência da filosofia de resistência ao capital, representando a continuação da luta no interior do assentamento e anunciando as novas contradições a serem superadas pelo coletivo organizado.

Movido pela teoria marxista, ao longo desses anos, o assentamento Conquista da Liberdade é reconhecido por sua ousadia, constatada no desbravamento de reflexões e práticas em torno do projeto agroecológico³⁶, que desafia os sujeitos para além das relações de produção, abrangendo a consciência de seres humanos que, ao se relacionarem com a natureza, relacionam-se entre si, modificando o ambiente em sua extensão social, política, econômica e cultural. A partir de uma perspectiva em que

O trabalhador deve buscar necessariamente um êxito em sua atividade. Porém somente pode alcançá-lo quando, tanto na posição do fim como a escolha de seus meios, se orienta continuamente em direção a captar de acordo com o seu objetivo de ser em si tudo o que se vincula com trabalho, e relaciona-se com ele - com o fim e com seus meios - de acordo com o seu ser em si (LUKÁCS, 2004, p.98).

Para tanto, o processo de sustentabilidade é o carro chefe do contexto de produção da existência desses sujeitos, bem como podemos verificar nos gráficos de análise socioeconômica desta pesquisa (ver apêndice 2). Logo, encontramos em praticamente todos os espaços produtivos o cultivo de grãos, hortaliças, pomares domésticos e a criação de bovinos, suínos, aves etc. Nos lares, observa-se também a cultura de beneficiamento da produção, garantindo às famílias diversidade alimentar o ano todo. A produção leiteira se apresenta como propulsora do equilíbrio econômico da agricultura campesina na região, estando somada à comercialização de culturas sazonais, como o mel, grãos, frutas *in natura* etc., conforme analisamos nas reflexões anteriores.

A forma de organização do trabalho no interior do assentamento se diferencia em dois métodos: produção familiar e cooperado. Estes, mesmo apresentando particularidades, não diferem no conteúdo camponês de organização nuclear e democrática, mantendo em seu eixo organizacional os núcleos de base e grupos de interesse produtivo, garantindo a participação e envolvimento de todas as famílias, afirmativa que nos é possível enfatizar através das análises oriundas do questionário semiestruturado realizado nesta pesquisa (apêndice 2). Isso impulsiona à reflexão de que, no cotidiano desse assentamento, estrutura-se uma política de sustento econômico, social e cultural para além da lógica organizativa assumida pelas famílias no processo produtivo.

³⁶ Ver: KUNZLER, Edinho Carlos. Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

Nessa trajetória histórica, foram muitas as conquistas do coletivo. Entre elas, o espaço de educação formal dentro do assentamento, a organização de espaços de lazer e a aquisição dos meios de produção que viabilizam a sustentabilidade básica das famílias. Durante esse processo, sonhos e projetos foram desenvolvidos e, em sua trajetória, adaptados e manipulados pela lógica estrutural do sistema capitalista, o que resultou na criação de novas contradições a serem superadas num movimento acentuado de complexidade existente no desenvolvimento da formação sociopolítica e cultural de homens e mulheres pertencentes a um movimento de organização popular.

Assim, o reflexo³⁷ das práticas condicionadas à dependência do capital, unido às relações de produção com o exterior do assentamento, deu origem a uma série de contradições que circundam o cotidiano comunitário, sendo estas o cerne da questão dos desafios do coletivo assentado juntamente com o quadro de assistência técnica que acompanha as especificidades de desenvolvimento desse espaço.

Outro fator que se articula as contradições do cotidiano produtivo desse assentamento situa-se nos limites apresentados nos processos de qualificação técnica da mão-de-obra e acesso a tecnologias, uma vez que esses agricultores criam e recriam os saberes populares. Esses saberes, desarticulados dos meios de produção adequados a sua realidade, impossibilitam o desenvolvimento de alternativas de agregação de valor à produção primária e ainda geram uma super demanda da força de trabalho sem remuneração digna.

Assim, dessa imersão no contexto do assentamento, podemos afirmar que esses sujeitos, no desafio de superação desses limites, reorganizam os espaços do assentamento a partir do fomento da problematização coletiva e individual, o que se justifica na própria historicidade da comunidade: do acampamento ao assentamento. Nessa caminhada, criam um movimento no qual, ao mesmo tempo em que ampliam suas percepções de mundo, aprimoram a capacidade de identificar as necessidades e de se reorganizar para lutar pelas possibilidades de supri-las.

³⁷ “O reflexo da realidade, como condição para o fim e os meios do trabalho, se consoma em uma separação, uma dissociação do homem em relação ao seu entorno, um distanciamento que se manifesta claramente na contraposição entre sujeito e objeto. No reflexo da realidade, a reprodução se separa da realidade reproduzida, se cristaliza em uma ‘realidade’ própria dentro da consciência” (LUKÁCS, 2004, p.83).

Esse movimento permite a materialidade das possibilidades de uma existência pautada em ações que, de forma transformadora, encontram as alternativas para a produção de uma nova realidade sob a percepção de que o reflexo da realidade pode ocupar um caráter contraditório, no qual, por um lado, “[...] é o restrito contrário de todo ser - pelo fato de ser reflexo, não é um ser – e por outro, ao mesmo tempo, é o veículo para constituição da nova objetividade no ser social, para reprodução deste em um nível igual ou mais alto” (LUKÁCS, 2004, p. 85).

Assim, as famílias assentadas constroem as possibilidades de transformação da objetividade/subjectividade do coletivo, reorganizando no cotidiano do trabalho suas referências, valores e comportamentos do campesinato vinculados à tecnologia, sempre com o respeito aos princípios de sua organização de origem: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Isso se verifica no cotidiano dessas famílias através da representação dos espaços organizativos da comunidade, tais como a formação do grupo Mãe Terra, que se configura como uma organização feminina entre as famílias do núcleo de produção familiar voltadas ao trabalho comunitário, com foco no desenvolvimento das rotinas de lazer para todas as famílias do assentamento. Ao passo que, atualmente, se desafiam a qualificar seus saberes camponeses, de forma que esses possam potencializar a renda familiar de cada integrante do grupo. Outro espaço fortalecido foi os núcleos de produção, que buscam o aprimoramento nas áreas de produção leiteira e fruticultura e junto ao coletivo juvenil do assentamento, que também se organiza através do grupo denominado Força Jovem, tendo por objetivo principal desenvolver os espaços de problematização e encaminhamento das demandas do setor jovem dessa comunidade.

É importante salientar que a dialogicidade no interior do assentamento aparentemente se organiza de forma fragmentada, mas, se nos voltarmos à realidade camponesa, na qual a produção e o social, as crianças e os adolescentes, os homens e as mulheres caminham juntos, podemos visualizar especificidades entre as diversas categorias encontradas no assentamento, bem como anunciado anteriormente. Porém, a partir de um olhar mais aprofundado, nos é possível compreender o encadeamento entre elas, percebendo-se a dinâmica que se estabelece no *quefazer* destes sujeitos. Nesse movimento, a superação das contradições particulares ao processo potencializa a emancipação do coletivo,

viabilizando o estabelecimento de novos estágios de desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico.

Verifica-se junto a esse coletivo que a identificação/superação dessas contradições se materializa no encontro do trabalho prático/reflexivo da direção do assentamento, da equipe de assistência técnica e dos parceiros institucionais, através dos projetos de extensão das universidades. Sobre a análise particular da assistência técnica é importante salientar que este assentamento desenvolve-se desde os primeiros anos na região com a garantia do conhecimento técnico em seu cotidiano. Tal experiência lhes dá subsídios para fazer análises concretas sobre o desenvolvimento da historicidade deles no contexto dos assentamentos. Podemos articular essa afirmativa ao trabalho de Ferraro e Ribeiro (2001) que, ao analisar as problemáticas da assistência técnica no município de Piratini, registram a seguinte reflexão:

[...] os órgãos do governo, [...] Emater e outras, não tinham uma política voltada aos nossos interesses [...] eram meros fiscalizadores do governo [...] determinados projetos, onde a gente frustrou, quebrou, não tinha assim, estudo de viabilidade. Enquanto isso, nós pecamos, erramos, empobrecemos, investimos numa estrutura pesada, onde não tinha retorno [...] é aquele pacotão. Eu lembro quando nós chegamos a investir na lavoura aqui que já vinha determinado: para ti plantar 20kg de milho, precisava 80 de adubo, e mais uréia, o que veio prejudicando e empobrecendo nosso solo. O pior é isso, que agente não se deu conta [...] graças a Deus, há 3 ou 4 anos atrás, grande parte desse povo começou a despertar: nós estava indo pelo mesmo caminho que nós entramos pela luta da terra, e tava empobrecendo, e temo. Muitos estão nesse caminho, mas eu acho que nós demos um passo além e começamos a abrir os olhos e tamo resistindo com uma proposta diferente de trabalho, buscando a nossa sustentabilidade e a viabilidade econômica numa forma não taxada de que tem que usar esse pacotão, modelo das indústrias, do capitalismo [...] O pobre tem que trabalhar para comer, sobrevivência, o respeito pela natureza e o meio ambiente. Está aí a poluição por todos os cantos. Aqui no assentamento estamos tentando resolver, por diferentes idéias, mas já num contexto geral. Assim, através do MST, movimentos sociais, estamos conseguindo a tornar um agricultor independente, eu acho que nós demos um salto de qualidade, produzir a nossa subsistência, a nossa semente, se tornar um agricultor independente (Assentado Conquista da Liberdade *apud* FERRARO e RIBEIRO, 2001, p. 77-78).

A partir dessas reflexões afirma-se o caminho que esse coletivo foi percorrendo e a responsabilidade de contribuição técnica para o desenvolvimento de outro modelo produtivo, de forma que atenda às necessidades de territórios que se constituem pelas particularidades camponesas, bem como se anuncia a necessidade de projetar os assentamentos, como espaços de autonomia, de interesses populares e contra-hegemônicos, no qual se objetiva a produção de outra existência no campo.

Sobre a raiz dessa perspectiva, voltamos a observar, com clareza, que, para além da organização e conscientização das famílias, a necessidade do subsídio do Poder Público e o rompimento com a lógica que estrutura as ações do Estado são fatores que se entrelaçam nesse projeto como pilares de transformação da realidade. Isso possibilita a compreensão de que a materialização do projeto de reforma agrária, proposto pelo MST, encontra sua essência num processo socioeconômico e político muito além da localidade produtiva, tomando uma dimensão a nível nacional para que se viabilize em âmbitos locais, o que nos direciona para um encontro com a historicidade dos setores públicos, como já analisado nas reflexões anteriores, bem como nos desafia a seguir no desenvolvimento de um exercício reflexivo sobre como se articula a assistência técnica no interior dos assentamentos mediada pelas contradições entre os limites da ação estatal e as reais necessidades de intervenção técnica no contexto da reforma agrária.

2 O CAMPO PRODUTIVO, NA COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, ASSISTENCIA TÉCNICA E O COTIDIANO DO ASSENTAMENTO: PROGRAMA DA CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTOSSUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS RESULTANTES DA REFORMA AGRÁRIA (PAC)

A análise deste capítulo tem por objetivo aprofundar a problemática em torno das atribuições/trabalho do técnico social, no cotidiano da realidade dos assentamentos da reforma agrária, que se articula a uma série de contradições que emergem das relações entre as propostas estatais e a lógica organizativa dos assentamentos do MST, conforme anunciamos no capítulo anterior. Ainda, busca-se o aprofundamento das relações que se estabelecem diretamente no objeto desta pesquisa: as atribuições e o trabalho do técnico social, na historicidade do assentamento Conquista da Liberdade, evidenciando que essas relações desenvolvem-se nos meandros dos movimentos, oriundos dos processos de mediação estatal, no que tange à garantia dos direitos das famílias assentadas, sendo a própria assistência técnica uma dessas garantias. As raízes destas reflexões articulam-se às contradições que se encontram na base das políticas públicas³⁸ voltadas para o desenvolvimento das famílias que constituem a esfera camponesa na realidade do território brasileiro. Assim, nessas reflexões, busca-se o desvelamento de tais contradições no contexto do INCRA/RS e, em particular, a compreensão das mesmas no cotidiano da assistência técnica, articulada às diretrizes do Programa da Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC).

³⁸ Por política pública estamos compreendo como um instrumento administrativo e técnico, utilizado pelo Estado com fins de descentralização fiscal e diminuição dos impactos oriundos do modelo de produção societário, incluindo nessa proposição a variação que se estabelece na intencionalidade governamental, estando esta condicionada à correlação de forças entre as classes sociais e os níveis de subordinação do Estado às políticas globalizadas.

2.1 As diretrizes do trabalho técnico e a vulnerabilidade dos programas estatais

A assistência técnica no território rural brasileiro³⁹ é uma política pública que inicia no advento da Revolução Verde, no período pós-guerra, conforme já anunciado anteriormente. Porém, essa disponibilidade técnica, específica no contexto dos assentamentos da reforma agrária, é um fenômeno que ocorre em meados dos anos 1980, com foco no desenvolvimento produtivo e gerenciamento de crédito, e apresenta em sua historicidade reformulações, que se articulam à correlação de forças entre o projeto do Estado e a luta dos camponeses.

Para o desenvolvimento desses projetos de assistência técnica a Federação, a partir dos anos 1990⁴⁰, diminui os esforços para garantia da assistência técnica e repassou para as esferas públicas de níveis estaduais e municipais a responsabilidade de garantia de suporte técnico para as famílias assentadas. No Rio Grande do Sul essas atividades eram desenvolvidas pela EMATER com o apoio da EMBRAPA na lógica de assistência técnica que compõe os modelos produtivos comprometidos com o desenvolvimento do capital.

Segundo pesquisa realizada, em

[...] diferentes ocasiões e assentamentos os agricultores relataram experiências negativas com a assistência técnica da EMATER, direcionada para a aplicação de pacotes agrícolas, constituídos de venenos, de

³⁹ Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foram iniciados no país no final da década de quarenta, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. A ATER foi implantada como um serviço privado ou paraestatal com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), constituindo-se, então, um sistema nacional articulado com associações de crédito e assistência rural nos estados. Em meados da década de 1970 o governo do presidente Ernesto Geisel 'estatizou' o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de ATER nos estados, as EMATER. Como parte dos programas de ATER daquela época, durante mais de uma década, a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários das EMATER, alcançando até 80% em alguns estados (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007, p. 4).

⁴⁰ Em 1990, o governo do presidente Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, desativando o SIBRATER e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no país. As tentativas de coordenação nacional por meio da EMBRAPA e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar que as EMATER ficassem à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados, além de se ver ampliada a influência dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de ATER. A participação financeira do Governo Federal, desde os anos 90, caiu abruptamente, passando a ser irrisória em relação ao orçamento das empresas de ATER do setor público ainda existentes, que gira em torno de R\$ 1 bilhão por ano. Este afastamento do estado nacional resultou em um forte golpe aos serviços levando a uma crise sem precedentes na ATER oficial, que é tanto maior quanto mais pobres são os estados e municípios (Idem, p.4-5).

sementes híbridas e de adubos químicos que caracterizam a subordinação da produção ao mercado definido pelas empresas de insumos agrícolas (FERRARO e RIBEIRO, 2001, p. 78).

Tais práticas anunciadas pelos agricultores não aparecem na realidade agrária de forma arbitrária, pois no contexto estatal, como já refletido no capítulo anterior, vivíamos uma política de remodelização da agricultura familiar e do papel da reforma agrária assumindo-se, nesse projeto, o foco de inclusão dos pequenos produtores à lógica do mercado e a submissão dos mesmos ao advento do agronegócio, além da implementação das políticas de ajuste propostas pelo FMI. As proposições estatais em resposta ao levante dos movimentos sociais, que articulavam a denúncia das condições da agricultura familiar e dos assentamentos, naquele período, através de atos de resistência pública como ocupações e caminhadas, principalmente em meados/fim dos anos 1990, impulsionaram o Estado à concessão de algumas políticas públicas, dentre elas a elaboração de um novo plano de assistência técnica específica para os assentamentos da reforma agrária.

Nesse contexto se apresenta a reformulação do formato de assistência técnica no território camponês, no qual se evidencia a proposição teórica de rompimento com as práticas de intervenção técnica, pautada em dinâmicas hierarquizadas e condicionadas aos processos de submissão dos produtores à adoção do manejo agropecuário, enraizado nas dependências do agronegócio. Processo que ocorre através da incorporação nos documentos propositivos de assistência técnica o discurso do campesinato organizado. Nesse período é que, segundo Ferraro e Ribeiro (2001, p. 78), se anuncia uma nova experiência de assistência técnica, “implementada através do Projeto Lumiar⁴¹, que foi uma conquista do MST com o apoio de entidades da sociedade civil preocupadas com a violência no campo”. Atualmente esse projeto encontra-se como referência do trabalho de assistência técnica agrícola ou social para os assentados. Ao adentrarmos nessas experiências, situa-se, também, a existência de algumas práticas comprometidas com a gênese do método de Educação Popular⁴²,

⁴¹ O Projeto Lumiar, executado de 1997 a 2000, sob a supervisão do INCRA, de universidades e de representantes do MST, propunha-se a dar assistência técnica aos agricultores assentados na perspectiva de viabilizar a consolidação dos assentamentos. BRASIL. Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projeto Limiar. Brasília: INCRA, 1996.

⁴² Por Educação Popular compreendemos toda prática educativa que se compromete com os interesses de emancipação das classes subalternas (PALUDO, 2001).

estabelecendo, assim, novas relações em torno das problemáticas anunciadas pelos agricultores anteriormente e dando origem a um processo que passa a ser popularmente denominado de assessoria técnica⁴³, fundamentada no planejamento coletivo, sob práticas em que os sujeitos ‘beneficiários’ passam a refletir e propor sobre o trabalho das equipes técnicas.

A consolidação dessas equipes passava pela *interface* entre as categorias produtiva, ambiental e social, o que resultou na necessidade de reformulação das equipes, de forma que o coletivo desenvolvesse uma proposta de intervenção casada com as categorias de trabalho. Assim, na prática, a reformulação do projeto de assistência técnica apresenta-se no fato de que as equipes, que se constituíam apenas por veterinários e agrônomos, passaram a incorporar outras áreas do conhecimento. Essa nova composição é responsável pelo aprofundamento das reflexões em torno das possibilidades de atuação técnica, proposta que se funda com o ingresso de assistentes sociais, pedagogos, sociólogos, engenheiros químicos e de alimentos etc. no contexto do quadro técnico para atuar nos assentamentos, assim como se intensifica com a presença ativa em unidades técnicas em que os movimentos sociais, em especial o MST, tiveram maior intervenção.

Segundo Dias (2004), a extensão rural a partir dessa experiência passa a ser proposta com um caráter mais educativo e as problematizações sobre o método de trabalho para os assentamentos da reforma agrária também passam por um período de aprofundamento teórico/prático. Porém, evidencia-se a desestrutura estatal para o avanço dessa proposta de trabalho devido a fatores como: contexto político, que acenava um processo de mudança sobre o papel do INCRA no desenvolvimento da reforma agrária; conflitos entre os técnicos do Lumiar e os Técnicos do INCRA, que desconsideravam as propostas elaboradas pelas equipes locais; ausência de suporte logístico para a realização de viagens e desenvolvimento do trabalho; baixa remuneração, o que resultava na constituição de uma equipe com pouca experiência de trabalho ou comprometida com o processo de militância etc.

⁴³ A assessoria técnica apresenta-se nas reflexões realizadas na entrevista com o técnico social e também foi referendada na entrevista com a direção do assentamento Conquista da Liberdade, porém não encontramos nenhum registro sobre essa conceituação, sendo evidenciado em nossos estudos, como vamos observar mais adiante, que alguns pesquisadores indicam que o surgimento dessa nomenclatura encontra-se nas reflexões sobre as práticas do projeto Lumiar, o que justifica a substituição da terminologia assistência técnica por assessoria técnica, no ano de 2004, nos projetos propostos pelo INCRA.

Ainda, segundo o autor, estes e outros fatores foram responsáveis por uma série de condicionamentos que levaram à desarticulação do projeto.

Ainda sobre as pesquisas realizadas com o foco na qualidade do trabalho realizado por este projeto, situam-se a instabilidade e a falta de projeção institucional como centros de desmobilização das práticas interventivas. Segundo Dias (2004), por parte dos técnicos, a possibilidade de descontinuidade profissional neste contexto somada à baixa remuneração, à falta de formação continuada para o trabalho etc., justificavam a realização de práticas pouco comprometidas com os sujeitos da reforma agrária; no que toca as famílias, a fragilidade das práticas e principalmente a ausência de comprometimento com o projeto do povo, tanto do Estado quanto dos técnicos, resultam na ausência de projeção de um trabalho técnico efetivo para os assentamentos.

As fragilidades do projeto Lumiar também são abordadas na pesquisa de Dias (2004, p. 528-529) da seguinte forma:

[...] 'a predominância de técnicos das ciências agrárias é uma herança da extensão rural voltada à modernização da agricultura'. O que indica que, embora no campo das intencionalidades, o discurso de legitimação do Lumiar apontasse a necessidade de novos enfoques. A repetição de antigas práticas representava sérios limites às propostas de mudança.
[...] falta de definição de uma metodologia de intervenção que subsidiasse, as equipes, para atuar em realidades bastante distintas, que demandavam, por isso, soluções específicas aos problemas encontrados. Faltou a sistematização de um referencial metodológico que estivesse à altura do caráter inovador proposto pelo Lumiar, principalmente no que diz respeito ao incentivo à participação dos agricultores em todas as etapas do processo de assistência técnica e, conseqüentemente, no próprio processo de desenvolvimento dos assentamentos.

Assim, como assinala o autor, o projeto Lumiar representa a proposição de inovações no campo da assistência técnica rural, porém a ausência de suporte estatal, preparo técnico e efetiva participação das famílias na execução do projeto apresentam-se como elementos de fundo que condicionaram as práticas no contexto dos assentamentos, caracterizando-as em larga escala como experiências condicionadas a uma espécie de 'populismo participativo'. Apesar desta análise, o autor também anuncia que:

[...] o Projeto Lumiar não foi uma experiência apenas permeada de transitoriedade e problemas de formação e execução. A proposta inovou positivamente ao colocar em discussão uma alternativa de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural mais adequados à realidade dos assentamentos rurais, reconhecendo suas especificidades e os limites estruturais do INCRA para trabalhar além dos processos que envolvem a questão fundiária do assentamento. Assim, o Lumiar tanto inovava institucionalmente, quando propôs e colocou em prática, com todos os seus limites, um modelo descentralizado de co-gestão dos serviços de

ATER, quanto no momento em que fez uma leitura peculiar do discurso crítico sobre a missão, os objetivos e os métodos tradicionalmente utilizados pelas entidades públicas de extensão rural, aplicando-a ao seu modo de intervenção social.

Outra contribuição importante foi a tentativa de envolver diversos atores sociais no processo e colocá-los no centro de vários debates sobre as potencialidades e limites da busca de consensos sobre as melhores maneiras de intervir para promover o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Embora esse processo conflituoso e dinâmico quase sempre tenha se resolvido a favor do viés centralizador, peculiar a determinadas organizações públicas e organizações de movimentos sociais, a experiência trouxe à tona a necessidade de que os assentamentos deixassem de ser territórios de determinadas entidades ou organizações (estatais ou não) e passassem a se articular com o conjunto das organizações da sociedade em busca do desenvolvimento de seus atores principais. Um dos pontos positivos destacados em todos os estudos sobre o Lumiar foi a boa avaliação que os agricultores assentados faziam sobre a presença do apoio dos técnicos e o tipo de serviço que lhes era prestado (DIAS, 2004, p. 530).

Segundo esse mesmo autor, o processo de amadurecimento sobre as práticas do Lumiar e as possibilidades de desenvolvimento qualificado desse projeto encontra seu limite na deliberação de encerramento dessa proposta, outorgada pelo Governo Federal no ano 2000 como consequência de denúncias de desvios de verba, sendo somente retomado, como observaremos mais adiante, quatro anos depois, sob a proposição de assistência técnica, de forma atualizada, na lógica de institucionalização a partir de uma proposta defendida e consolidada pelo INCRA.

Ainda no final do governo Fernando Henrique evidencia-se que, através da retomada das ações de denúncia por parte do MST, acirram-se as discussões sobre a reforma agrária e anuncia-se uma nova articulação de assistência técnica rural, por parte do Estado. Essa proposta em parceria com órgãos internacionais retoma a lógica de consolidação dos assentamentos e estabelece novos financiamentos para ATER. Nesse contexto,

[...] com relação à construção de políticas de assistência técnica para os agricultores assentados há, a princípio, uma demarcação aparente entre as propostas construídas pelo INCRA e pelo MDA. Como é assinalado em um documento, o MST afirma precisar: “(...) de uma política de assistência técnica específica, não condicionada à política que o MDA está montando para a agricultura familiar” [...] Uma outra proposta em cena é também articulada no espaço institucional do INCRA, em parceria com Projetos de Cooperação Técnica internacionais, particularmente o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Trata-se do Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos (PAC), aprovado em meados de 2000 e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No atual governo, o programa foi relançado no final de 2003, no Rio Grande do Sul, e vem passando por um processo de reformulação de seus preceitos iniciais, que eram amplamente simpáticos à integração dos assentamentos nos mercados de agricultura familiar nos municípios e regiões (DIAS, 2004, p.19).

A partir desse registro, observamos que, no contexto de 2003, tínhamos no quadro de assistência técnica duas proposições: a ATER, configurada na terceirização do serviço técnico e por isso encontrava-se e encontra-se gerenciada pela iniciativa do Estado articulada com as empresas de prestação de serviço técnico, públicas e privadas, e que tinha a responsabilidade de atender à agricultura familiar e aos assentamentos na dimensão do território camponês; e o PAC, que se organiza a partir de uma parceria com o capital internacional e disponibiliza uma equipe técnica específica para o desenvolvimento do programa, que visa à consolidação dos assentamentos.

A nova configuração do governo, com a presença do Partido dos Trabalhadores na presidência, anuncia outras possibilidades de assistência técnica e os movimentos sociais passam a silenciar diante do governo sob a expectativa de concretização da reforma agrária. Na questão da assistência técnica, no início de 2003, um grupo de especialistas em extensão rural é formado pelo MDA e publicam um documento denominado “Marco de Referência para uma Política Pública de ATER” (DIAS, 2004, p. 519). Sob as diretrizes desse documento, organiza-se uma série de oficinas de trabalho em nível estadual e municipal com a objetividade de construir, coletivamente, uma nova política de assistência técnica.

O resultado desse trabalho materializa-se no documento “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” (PNATER), que em sua introdução registra que

O Brasil vive um momento ímpar na sua história, um momento de consolidação de um governo democrático e popular que abre o caminho para a participação e o controle social sobre as políticas públicas, de modo que se estabeleçam possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral fiquem à disposição da população, particularmente daqueles segmentos até então alijados do processo de desenvolvimento. É neste marco de reconstrução do Estado democrático que as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros), passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003.

Esta nova responsabilidade da SAF/MDA ocorre justamente quando o imperativo socioambiental, as novas exigências da sociedade e os papéis que deve assumir o Estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável determinam a necessidade de implantação de uma renovada e duradoura política de Assistência Técnica e Extensão Rural. A nova ATER nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de

outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007, p.1).

A análise geral desse documento evidencia a intencionalidade de estabelecimento de uma política de ATER pública e comprometida com o desenvolvimento da agricultura familiar. Porém, como avalia Dias (2004), nesse documento a relação entre os termos assentamentos, crédito, assistência técnica e extensão rural não são evidenciados em nenhum momento, o que pode estar indicando que “[...] há priorização de outros atores e temáticas, que colocam em segundo plano os agricultores assentados e os processos de reforma agrária” (DIAS, 2004, p. 522). Essa análise propõe estudos mais aprofundados e indica a possibilidade de um retrocesso na perspectiva de assistência técnica especializada para os assentamentos da reforma agrária.

Ainda nos meados de 2004, apresenta-se articulado às discussões do PNATER o serviço de ATES⁴⁴, defendido e implementado pelo INCRA, que tem como termo de referência a Norma de Execução nº 39, na qual estabelece, entre outras deliberações, a conceituação base de prestação de serviço técnico específico para os assentamentos da reforma agrária:

[...] o conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas

⁴⁴ A terminologia Assessoria Técnica Social e Ambiental, adotada pela superintendência do INCRA, apresenta-se em substituição à terminologia ATER, conforme já anunciado anteriormente. Segundo Dias (2004, p. 523), inicialmente chama a atenção o fato da denominação dada a esse serviço substituir ‘assistência técnica’ por ‘assessoria técnica’ e sugerir ir além da preocupação com os processos produtivos, englobando em sua designação o ‘social’ e o ‘ambiental’. Como não há referências no documento que possam indicar a origem da opção por essa denominação, pode-se inferir que seus formuladores tenham incorporado a percepção de que a assessoria é um processo muito mais complexo do que a assistência técnica, requerendo um maior envolvimento entre técnicos e agricultores. Esse maior envolvimento ocorreria por conta dos seguintes fatores: a) a superação do caráter pontual ou fragmentado do processo de intervenção social característico da assistência técnica, demandando, ao contrário, a construção de procedimentos mais duradouros e contínuos de interação entre técnicos e agricultores; b) a necessidade de estabelecimento de relações de confiança mútua, por isso mais horizontais e menos hierárquicas, entre os atores e os tipos de conhecimento envolvidos; c) uma visão mais holística ou integral do processo de intervenção social que cria demandas que vão além do processo agrícola de produção. Nesse caso, as intenções sugeridas pela nova denominação lançam enormes expectativas sobre a atuação dos extensionistas ou técnicos de campo que prestarão tal assessoria. Como afirmam Furtado e Furtado (2000, p. 38), essa outra visão do processo de assistência técnica e extensão rural passa a demandar um tipo de profissional “que se caracterize como um educador para o desenvolvimento, um sujeito reflexivo e interativo”. Diante da situação da maioria das entidades prestadoras de serviços de ATER, há, portanto, um longo caminho a percorrer para se aproximar deste ideal.

organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004, p. 1).

A *interface* e o diálogo entre as proposições que direcionam as diretrizes da ATES e o PAC foram se desenvolvendo na complexidade das relações entre direção dos assentamentos, INCRA e prestadoras de serviços, somando-se em um grande coletivo de trabalho, permeado de conflitos e disputas, que situam as particularidades características de cada programa. Na especificidade dos técnicos responsáveis pela área social, pontua-se: 1) a demanda de famílias por técnico, pois na ATES cada técnico da área social respondia por aproximadamente 500 famílias e no PAC havia um técnico por projeto, sendo que no caso desta pesquisa um técnico correspondia a 48 famílias; 2) na ATES o trabalho do técnico social era condicionado por uma dinâmica itinerante e no PAC o técnico residia no assentamento de trabalho; 3) na ATES as metas e o planejamento eram realizados como parte do trabalho, o que resultava na sobreposição de comando sobre o trabalho, pois além das demandas do assentamento o técnico assumia as demandas outorgadas pelo INCRA, enquanto no PAC já se tinha um planejamento a ser seguido e se possibilitava a ampliação ou reformulação do mesmo com a garantia do suporte das famílias.

Nesse movimento, tanto os sujeitos que desenvolveram as propostas de ATES quanto do PAC foram responsáveis por problematizações e avanços entre os encaminhamentos referentes a assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária. Atualmente, com o encerramento da assistência técnica do PAC no ano de 2009, os processos de reformulação do programa de ATES se articulam às diretrizes do PNATER, que sustenta a missão e os seus objetivos, na lógica de um processo que vise

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Objetivos específicos;

- Contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e com os valores socioculturais dos grupos envolvidos.
- Potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas, que tenham em conta as

dimensões: ética, social, política, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade.

- Estimular a produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica, a partir do apoio e assessoramento aos agricultores familiares e suas organizações para a construção e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis, e para a otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais.
- Desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas, visando assegurar que os processos produtivos agrícolas e não agrícolas evitem danos ao meio ambiente e riscos à saúde humana e animal.
- Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável.
- Fortalecer as atuais articulações de serviços de ATER e apoiar a organização de novas redes e arranjos institucionais necessários para ampliar e qualificar a oferta de serviços de ATER, visando a alcançar patamares crescentes de sustentabilidade econômica e socioambiental.
- Promover a valorização do conhecimento e do saber local e apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007, p. 9).

Tais proposições e atribuições para assistência técnica são responsáveis pela geração de novas particularidades. Logo, acenam a formação de outras contradições, que desafiam as novas equipes de trabalho, a realização de reflexões e práticas capazes de atender às demandas dos assentamentos sob as atuais atribuições e diretrizes do trabalho técnico. Articulando esta análise à materialidade atual vivenciada pelas famílias, observa-se que já se anuncia insatisfação, por parte dos assentamentos, sobre os atuais contratos de assistência técnica, compreendendo eles que

[...] hoje no atual contrato de assistência que nós temos – é o próprio tempo - a convivência do assistente aqui ou do técnico que tá distante. Então, ele vem com o período determinado só com reuniões marcadas. E daí não dá tempo do técnico conhecer a realidade, eu acho que esse é o principal problema que se tem hoje da assistência, não só da assistência social mas da assistência técnica geral, mas aí é um problema maior de contrato, de entendimento de quem tá contratando, da empresa de quem dá assistência [...] de recurso e de vontade política né... Vontade de dar a assistência adequada de acordo com a necessidade da comunidade assentada. Hoje o tempo de convivência do assistente não dá condições que ele desenvolva um trabalho de acordo com a demanda das famílias (DIRIGENTE B, 2011).

Assim, cabe o registro de que esses novos formatos de contratação de equipe técnica ainda necessitam de reformulações, o que exigiria a continuidade de estudos sobre o desenvolvimento desse processo no cotidiano dos assentamentos, mesmo que se reconheça a vulnerabilidade de uma proposta que se encontra em

processo de implementação, uma vez que esse novo formato se efetiva no ano de 2010 e tem passado por constante processo avaliativo. Como não faz parte da intenção desta pesquisa a análise de tais práticas, concluímos nestas reflexões a presença das diretrizes do projeto Lumiar, na continuidade das proposições dos programas de ATER. Considerando que, mesmo sem registro de tal relação nos documentos oficiais, que é possível afirmar que a exigência de uma metodologia de trabalho participativa, que considere as necessidades do campesinato, as propostas de formação continuada e as exigências de uma equipe interdisciplinar capaz de articular outras entidades ao processo de assessoria técnica, entre outras proposições, ratificam essa afirmativa. Isso também se verifica nas análises futuras, no encontro das raízes dessa dimensão propositiva, no que se refere às atribuições/trabalho da assistência técnica sustentada pelas famílias no cotidiano do PAC. Retomando o foco de análise desta pesquisa, no próximo item objetivamos aprofundar as reflexões sobre o PAC e suas implicações no cotidiano do assentamento Conquista da Liberdade.

2.2 O Programa da Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC)

O fenômeno de análise desta pesquisa encontra-se mediado pelo financiamento e diretrizes de um programa governamental denominado Programa da Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC). A origem desse programa encontra-se exatamente no cerne da consolidação do projeto neoliberal, conforme análise anterior, firmando-se como proposta governamental entre as políticas de consolidação dos assentamentos da reforma agrária no contexto do governo de Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2002). Isso vai se verificando ao longo das reflexões futuras, sob a análise organizativa do PAC.

É importante retomarmos que, apesar de sua implementação ter sido realizada no final de 2004, sob a administração do governo Lula, está contida nesse processo a decisão de manter tal proposta anteriormente organizada, sem alterações no seu teor constitutivo, ficando acordado entre este governo e a direção do MST uma profunda avaliação no final do programa para que se possa melhor compreender os resultados e projetá-lo, ou não, como uma política pública, proposta que, segundo técnico do INCRA, não foi realizada, compreendendo ele que

[...] as pessoas querem que o outro inove, mas não querem assumir as suas inovações, precisamos mudar, mas quando temos um laboratório ninguém assume ele. Daí é que precisamos qualificar esse laboratório e propor coisas novas. [...] Só que é isso, não conseguimos falar, todo mundo que aprendeu não consegue jogar para cima as coisas novas, acabamos sendo impedidos de falar (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

O processo anunciado pelo técnico indica uma prática antiga do Estado, na qual também podemos avaliar no item anterior o cancelamento do projeto Lumiar. Ainda segundo o técnico do INCRA, no contexto federal, a avaliação do PAC é extremamente negativa, pois o objetivo dele era consolidar. “Mas como consolidar diante de uma política de não-consolidação dos assentamentos?” (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011) Essa interrogativa se articula a um raciocínio sobre a intencionalidade política do Poder Público Federal, anunciando que, para ele, a avaliação do PAC é uma questão de vontade política⁴⁵, conforme relato acima. Também encontra-se na fala deste os limites concretos que, em conversa com o superintendente de outro estado, afirma que,

[...] tivemos problemas com o abandono dos técnicos, por que o PAC foi pensado para ter uma grande estrutura técnica em Brasília, com suporte técnico que daria acompanhamento para o desenvolvimento das questões administrativas e técnicas para a estrutura das regionais. Daí Brasília fechou o PAC e deixou para as regionais dar conta do trabalho. Então, quando o PAC foi transferido para o INCRA, pela questão da assistência técnica, a equipe então foi formada por cinco funcionários - um sociólogo, um agrônomo, um veterinário, um engenheiro florestal, e o coordenador do PAC regional, que era um cara que conhecia muito sobre o administrativo, podendo fazer inovações no convênio. Só que quando começamos a solicitar a participação destes no cotidiano do PAC, eles nunca puderam se fazer presente. Foram feitas varias solicitações por escrito e eles nunca foram liberados para fazer o acompanhamento nas Regionais, e nós formalizamos vários pedidos de ajuda. Daí os caras foram saindo – hoje tem um cara na contabilidade, que realmente entende disso, um menino novo, que está vendo as outras pessoas executarem, e ainda tem muito para aprender, e tem mais uma pessoa que é secretária – então, quem pensa o programa são dois. Daí o superintendente me perguntou o que tinha dado errado – e é isso, essa parte de não estruturação do servidor, um convênio muito complexo para ser tocado por poucos servidores, com todas as exigências de um convênio. E, aí ele disse - que o governo não supera essa questão burocrática de duzentos anos – ou é contrato ou convênio – daí sim o PAC poderia ser um espaço de inovação e não foi dado este espaço (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

⁴⁵ Tal afirmativa articula-se à compreensão de Herlein (2006), que denuncia a historicidade de desarticulações sobre as possibilidades do desenvolvimento da reforma agrária, pontuando três entreves essenciais: 1) O poder da burguesia rural nos meandros das tomadas de decisão em esfera federal; 2) a histórica lógica de desarticulação da autonomia dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da reforma agrária e o alto nível de burocratização do órgão; 3) a formação do INCRA que, pelo Decreto Lei nº 1.110, de 09/07/1970, constitui-se como uma instituição resultante da extinção de três instituições responsáveis pela questão agrária - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), constituindo seu quadro de técnicos e dirigentes a partir da adversidade socioeconômica e políticas que caracterizavam cada uma destes instituições.

A partir destas reflexões compreende-se o limite das relações de burocratização impostas historicamente como forma de controle do Estado sobre as possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento dos espaços populares. Acenando que as políticas públicas podem dar bons frutos, porém sem as condições necessárias para que estas se desenvolvam, as experiências ficam inférteis⁴⁶, o que justifica a reflexão sobre os equívocos do processo e as conquistas, que também são resultados do PAC. Assim, o técnico afirma que,

A situação é a seguinte: no início o PAC tinha alguns instrumentos, mas como projeto piloto, é preciso avaliar os equívocos, assim,
 1º não deveríamos ter ampliado para tanto assentamentos em 2004, por que mais vale três num assentamento, do que três assentamentos para um servidor, por que você perde o foco;
 2º deveríamos ter gerado uma discussão sobre consolidação dentro do INCRA, pois aqui não se discute isso – consolidação é titulação – e isso é bloqueado dentro do INCRA;
 3º que a própria gestão criou uma ‘armadilha’, que a única meta física do PAC é a consolidação dos assentamentos, mas tem uma política interna do INCRA que diz que não se vai consolidar assentamentos – daí isso, foi gerado para dizer que o programa não fez nada. Como ele não fez nada? Ele fez casas, escolas, trabalhou a produção, ele mudou a vida das pessoas. E isso não é metafísica (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

O técnico, em seu relato, discorre sobre as possibilidades que se materializaram a partir desse programa, mesmo que não se tenha atingido o objetivo central de consolidação dos espaços da reforma agrária, o que podemos afirmar pela realidade no próprio assentamento Conquista da Liberdade. Ainda sobre as afirmativas acima, é importante resgatar que, para além das conquistas estruturais financiadas por esse programa, é a partir dele que os assentamentos passam a ter a valorização dos saberes técnicos da área social que, como se registra nas reflexões anteriores, ainda encontrava-se como uma área submetida às reflexões de desenvolvimento produtivo, não sendo valorizadas, até então, as problematizações oriundas das práticas dos técnicos responsáveis pela área social nos espaços de decisões mais efetivas sobre os rumos da assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária.

Sob o processo de imersão na historicidade do PAC Piratini, a base dos dados coletados estrutura-se na realização de diálogos com o técnico responsável

⁴⁶ Herlein (2006, p. 178) afirma: Inegavelmente [...] para que as funções do INCRA, no âmbito de sua área de ação, sejam viáveis e passíveis de êxito, falta uma complementação indispensável, que ainda e novamente só os integrantes do Congresso Nacional podem criar e fornecer. Referimo-nos a leis que regulamentem, que possibilitem, que facilitem, enfim, a execução rápida, efetiva e concreta da reforma agrária, e não que a façam emperrar, que a dificultem ou praticamente a impossibilitem, como tem ocorrido até o presente.”

pelo programa, que nos apresenta dados coletados em documentos administrativos e relatos verbais de outros funcionários do INCRA. Segundo o técnico do INCRA,

[...] esse programa PAC começou a ser discutido em 1999. Eu acho que foi assinado o contrato e em 2002 começamos a ter as primeiras experiências. Esse foi um programa que veio do Fernando Henrique, com a intenção de abrir caminhos de saída para os assentamentos – sair do INCRA – que é consolidar, que é transformar os assentamentos em agricultura familiar e eles serem atendidos pelo MDA. Em 2006 eu entrei, e já se tinha feito um período de execução, e meu período de execução é de 2007 a 2010. [...] Então, o PAC em 2002 tinha um assentamento, em 2004 foi expandido para mais 5 projetos de assentamentos – abrangendo um total de 8 assentamentos - e a intenção era colocar toda infraestrutura necessária para os assentamentos. O importante desse programa, é que ele foi muito inovador, pois os assentados decidiram o que fazer e como fazer e decidiram o seu plano de consolidação do seu assentamento (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Desses projetos de assentamento, como anuncia o técnico, na comunidade de análise desta pesquisa, objetivamos os estudos no Programa de Consolidação de Assentamentos – Assentamento Piratini (PCA Piratini), documento que apresenta as diretrizes desse programa e suas estratégias de ação e que, ainda segundo o técnico administrativo (2011), “se pegar o plano hoje, se pegar um PCA, ele continua atendendo às necessidades dos assentamentos que foram discutidas nas reuniões”. Nesse documento encontra-se estruturada a análise conjuntural da comunidade e foi elaborado a partir de um processo coletivo. Em seu conteúdo, podemos observar uma leitura mais abrangente das condições de existência das famílias beneficiadas, num esforço de situar o contexto da comunidade e as possibilidades de apoio e/ou limites do município no processo de efetivação de parceria.

Outro índice descritivo situa-se nos limites sociais e produtivos, nos quais podemos destacar um minucioso estudo sobre a forma de organização interna das famílias, que perpassa por avanços/condicionamentos socioeconômicos, políticos e culturais, compreendendo o desvelamento das prioridades do processo interventivo, o qual resulta no que podemos elencar como delimitação das estratégias de ação, que se traduz na seguinte lógica: desenvolvimento social como sinônimo de reforma e construção de infraestrutura local e capacitação técnica.

No que se refere à reforma e construção de infraestrutura, temos: reforma das casas, construção e reforma de banheiros, sistema de abastecimento de água para o gado, tratamento de esgoto da agrovila, reforma do salão de festas e da creche, construção de galpão e mangueira, reforma de galpão/silo, reforma da mangueira, construção de pocilga, construção de açudes, sistema de distribuição de

água para as famílias individuais, correção de solos, implementação de sistema agroflorestal, apoio ao licenciamento ambiental, implementação e recuperação de estradas e implementação de rede elétrica. No que se propõe explicitamente para a qualificação técnica, o PAC disponibilizou de financiamento para contratação de assistência técnica gerencial (um técnico social com carga horária de 20h e um agrônomo com 40h), assistência técnica especializada e capacitação das famílias no período de 2005 a 2009.

Tal estrutura responde ao que o técnico do INCRA reconhece como inovação na história das políticas públicas, afirmando este que

[...] as linhas de ação do programa foram pensadas e aprovadas pelas famílias, e isso significa que a participação é importante por que é verdadeiro, ou seja, os dados que estão ali no papel são reais, e foi a primeira experiência dentro de uma estrutura estatal de conversar com as famílias – que não costuma fazer isso – e não tem esse viés (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Assim, referindo-se ao PAC, o entrevistado ainda argumenta sobre alguns limites desse programa no contexto da administração pública que acabam sustentando os anúncios já realizados no item anterior, apontando que,

[...] o programa foi muito mal visto pelos servidores, por dois problemas centrais: 1º por que eles foram excluídos das discussões e 2º por que os consultores entraram com uma visão arrogante achando que eles iam resolver todos os problemas da reforma agrária. Então, esse choque está estabelecido. Hoje as pessoas tem um preconceito muito grande com o PAC que não tem explicação, porque o PAC foi tocado por servidores. Mas assim, esse preconceito e essa dificuldade continua, eu atribuo isso ao problema do servidor não estar acostumado a lidar diretamente com a família. E eles não aceitam isso, então na visão do servidor é o prefeito que tem que fazer as coisas. Assim, o convênio deve ser feito com a prefeitura, e na visão do BID a prefeitura é corrupta e tem que ser feito diretamente com o beneficiário. Se for olhar no INCRA, hoje, o programa que dá menos problema é o PAC, por que é o mais fechado e o mais controlado. E ainda assim, é o que é mais atacado na hora da análise da prestação de contas, por que eles querem sempre acreditar nas prefeituras. Então esse talvez seja o grande choque da história do programa (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

O relato acima indica que esse programa tenciona uma série de situações que vão permear o desenvolver de suas propostas, bem como aponta outra contradição, pois ele não consolida um planejamento construído pelos técnicos do Estado, não tendo sua raiz de elaboração na direta historicidade da relação que conduz os diálogos entre os sujeitos do mesmo. Pois, a contratação de consultoria para elaboração do planejamento e a própria ausência da participação dos técnicos do INCRA indicam que a reflexão de “primeira experiência participativa dentro do

Estado” (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011) apresenta-se de forma fragilizada e digna de aprofundamento, pois ela parte de uma proposta governamental, mas num primeiro momento é executada através da terceirização do serviço.

O que acaba por ratificar a afirmativa de que o PAC é um programa que, dentre as suas contradições, se alicerça em um processo de embates políticos e metodológicos, no qual de um lado temos o assentamento organizado e de outro a lógica histórica das ações do Estado, o que novamente apresenta a interrogativa sobre as intencionalidades de um programa proposto pelo Estado, a partir de uma estrutura coerente com as proposições das famílias assentadas, mas que como as outras experiências nesse formato, encontra suas barreiras de contenção na prática da administração pública, como podemos verificar nas reflexões do técnico do INCRA.

Ainda sobre o PAC, na compreensão do técnico do INCRA, ao se referir à importância de desenvolver o plano de trabalho com as famílias assentadas,

[...] se o INCRA fosse chegar lá e disséssemos nós vamos fazer isso! Metade vai achar ruim e metade vai achar bom, agora quando eles decidem – eles vão tocar junto – esse sentido de envolver o assentamento nas discussões é muito bom. Mas esse, também, tira o poder do gestor – de chegar e dizer eu trouxe isso, eu trouxe aquilo – Então, também não é importante isso (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Nessa inserção, nos desafiamos à análise do objetivo geral desse programa, situando que o PAC corresponde a um projeto piloto, que pretende consolidar os espaços produtivos e sociais de forma que se viabilize a emancipação dos sujeitos que constituem os assentamentos resultantes da reforma agrária, como já anunciado anteriormente. Como relata o técnico do INCRA, esse processo é interessante de ser compreendido conjuntamente com a norma que o regulariza, sendo esta a Norma de Execução nº 9 do INCRA, de 6 de abril de 2001, que confere em seu Capítulo II, art. 2º, que a consolidação dos projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária ocorrerá com o atendimento das seguintes ações:

- I - execução dos serviços de medição topográfica, que compreendem o perímetro e as parcelas individuais ou coletivas, cujo início é imediatamente posterior à aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA);
- II - disponibilização de recursos de apoio à instalação, quando for o caso, mediante aplicação de créditos destinados à aquisição de alimentação, ferramentas e outros implementos básicos;
- III - disponibilização de habitação para os beneficiários, através da existência de moradia no projeto, obtida via recursos para aquisição de material de construção, quando for o caso, ou por outros meios e fontes;

IV - disponibilização da infraestrutura básica de interesse coletivo, compreendendo as vias de acesso e internamente às parcelas, meios de acesso ao abastecimento de água para consumo humano e rede tronco de energia elétrica, entre outras consideradas indispensáveis à viabilização socioeconômica e sustentável do projeto; e

V - outorga de título de domínio a pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários, exceto para Projeto Agroextrativista (PAE) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que será mantido o Contrato de Concessão de Uso (CCU), concedido inicialmente aos beneficiários.

Parágrafo único. Os recursos para os investimentos descritos no presente artigo farão parte da programação operacional da Superintendência Regional e a sua execução será fiscalizada em parceria com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), de acordo com o modelo descentralizado de reforma agrária preconizado no Programa Novo Mundo Rural (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2001).

A análise dessa normativa de execução retoma o relato anterior do técnico, que enfatiza como objetivo central do PAC a retirada dos assentamentos da reforma agrária da responsabilidade do INCRA⁴⁷, articulando-os a outras entidades como previsto ainda neste documento, no capítulo III.

Parágrafo único. Publicada a resolução de consolidação, a SD (superintendência) oficiará à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para fins de registro do projeto no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2001).

Por que compreender a lógica de consolidação? O fato que se apresenta neste documento estabelece o cerne da contradição desse programa, pois se compreende na contramão do projeto do MST que, como já anunciamos anteriormente, o movimento não luta pela distribuição da propriedade privada, mas tensiona o Estado para garantir os bens naturais como bens comuns do povo.

A partir dessa contradição é que passamos a nos inserir na totalidade da estrutura do plano de ação, para além das aparências discursivas, articulando-as à devida profundidade política, que situa a historicidade de luta entre as forças ideológicas que sustentam esse programa.

Podemos, assim, avançar na análise a partir dos órgãos financiadores: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Estado. Resgatando as reflexões do capítulo anterior, o PAC tem sua origem a partir das relações de

⁴⁷ Esse processo, articulado às reflexões sobre o histórico de desarticulação da autonomia do INCRA (Herlein, 2006), nos remete a outra interrogativa para estudos futuros: estaria a proposta de consolidação dos assentamentos da reforma agrária vinculada às estratégias de desarticulação dos órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento da reforma agrária? E quais contradições se desenvolvem, nesse processo, no que tange ao cotidiano das famílias assentadas?

submissão de um Estado pautado na cartilha das políticas de pós-ajuste, proposta pelo Banco Mundial, que pretende criar as condições para a consolidação de um Estado fortalecido no projeto desenvolvimentista. A contraponto, temos o MST que, como já citamos, constitui-se como um movimento popular camponês, que luta contra a hegemonia burguesa, pautando, junto à sociedade, reivindicações pela garantia de dignidade de vida no campo sob a responsabilidade do Estado.

Sob um olhar voltado para materialização dos pressupostos ideológicos que se declaram implícitos no processo de implementação do PAC, é importante salientarmos que, se de um lado o BID financia e faz exigências ao Estado, do outro o MST, representado pelas famílias assentadas, gerencia a organicidade cotidiana através da diretividade do trabalho do técnico social junto ao INCRA. Nessa mediação o objeto de estudo deste trabalho estrutura-se no limite das políticas de concessão estatal, sob a finalidade de responder/silenciar às lutas⁴⁸ do povo organizado, desconsiderando as possibilidades de se objetivar através das políticas públicas a diminuição dos impactos do sistema capitalista na realidade camponesa.

Essa afirmativa também se apresenta como um elemento de resposta, ao que o técnico do INCRA avalia quando questionado sobre os níveis de intervenção do BID, no cotidiano do PAC, afirmando o mesmo que,

[...] O BID tentou, não controlar o dinheiro, ele tentou fiscalizar o dinheiro, o que acho estar corretíssimo, o que vocês estão fazendo? Etc... O BID tinha varias propostas, ele tinha proposta e ele fazia a cobrança. E queria ver o resultado, e realmente a cobrança era muito grande. E houve uma desconexão do INCRA com o BID muito grande. Eu fui numa reunião de avaliação de contrato com o BID, depois do fechamento de contrato, e uma queixa muito grande do BID é que o INCRA não fez o proposto, e ainda que o INCRA trocava de interlocutor frequentemente. Assim, eles não conseguiam ter idéia do que realmente estava acontecendo - eu acho que o INCRA não tem cacife para fazer contrato com o BID novamente (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Assim, para o técnico do INCRA⁴⁹, os limites de relação são unilateralmente atribuídos à desorganização do próprio órgão gestor, o INCRA, e, se retomarmos as reflexões anteriores, esta análise também se efetiva no cotidiano de outros projetos, sendo desconsiderado o papel histórico do Estado na mediação do desenvolvimento da questão agrária. Ainda em conversa com os agricultores, as discussões sobre a

⁴⁸ Lutas que ao longo dos anos foram sustentando a denúncia sobre os limites de responsabilidade estatal e apontando a superação deles como base de desenvolvimento de políticas públicas capazes de fortalecer os assentamentos do MST, como um espaço socioeconômico, político e cultural que contemplem as perspectivas do projeto de reforma agrária elaborado pelo povo.

⁴⁹ Idem.

forma de implementação do programa inicia antes de sua aceitação, uma vez que esse processo passou por uma série de indisposições entre a superintendência regional, a empresa responsável pelo planejamento das ações e os dirigentes da associação do assentamento.

Nessa relação, compreende-se a intencionalidade da deliberação do assentamento Conquista da Liberdade, por parte do MST, pois esta não se dá de forma desordenada e, sim, fundamenta-se na própria historicidade produtiva, social e política que as famílias construíram na sua trajetória, enquanto coletivo da reforma agrária, conforme anunciado no capítulo anterior, estando esse assentamento acostumado a organizar sua relação com as políticas públicas a partir de seu projeto de produção da existência camponesa no campo.

Em se tratando de uma ação de intervenção social do Estado no cotidiano do povo organizado, é importante elucidar as suas linhas de ação, nas quais, aparentemente, pontua-se um programa baseado na deliberação de verba com destino à consolidação do assentamento através da participação constante do povo beneficiado. Para isso, a primeira ação do programa consiste na legalização de um coletivo, que constituiria a representatividade do assentamento em forma de associação, passando esse a responder pelo desenvolvimento das ações futuras, bem como pelo agenciamento financeiro do programa.

Assim, legitima-se a Associação Conquista da Liberdade e também nos instiga a reflexão sobre o conceito de participação para o Poder Público, uma vez que a Associação não é uma escolha ou uma possibilidade amadurecida sobre a necessidade do coletivo e, sim, uma imposição estatal, *a priori*, para o desenvolvimento do programa.

Para Rahnema (1992, p.196) “este tipo de política encontra sua raiz conceitual nos processos de ajuste do Banco Mundial”, o que se apresenta bem adequado, uma vez que esse programa se projeta a partir dessa proposta. Pode-se, então, compreender que participação no contexto estatal significa o ato de compartilhar dos objetivos da economia e dos acordos sociais nos limites que se encontram relacionados aos interesses da administração pública.

Desse modo, retomamos os diálogos com o técnico do INCRA já descritos anteriormente, apresentando aí uma nova particularidade entre as contradições do PAC, que se situa nas relações entre as políticas do Estado e as proposições do BID, ficando evidente que, mesmo o Poder Público estando articulado às políticas do

Banco Mundial, na particularidade de suas relações internas, este não rompeu com sua forma de trabalhar com o povo, afirmativa que se ratifica nas seguintes reflexões:

[...] simplesmente o BID não tem confiança no órgão - justamente por que – o coordenador tinha um propósito pessoal, para usar o PAC com função política. [...] Então, isso já apresenta que não era confiável, por que o BID quer resultado, quando ele faz investimento ele quer resultado sim, e o interesse do usuário é fazer outros convênios, e eles queriam isso. [...] Qual é a linha do BID no mundo inteiro? É o dinheiro chegar direto ao beneficiário. E assim, ele procede no mundo inteiro. E por isso, qual é a ideia do PAC? É o dinheiro chegar na mão da associação e dos assentados, para que eles gastem e evite a corrupção, diminuindo a atividade meio. Por que na prefeitura, ou numa coisa assim, é mais licitação e mais dinheiro, então, o dinheiro chega direto e desburocratizado, mas na lei do Brasil isso acaba, por que a dispensa de licitação é até R\$ 8.000,00 e no BID é até R\$ 80.000,00, por isso na visão do BID as obras do PAC deveriam ser feitas com dispensa de licitação, e com três orçamentos, mas isso não foi feito. Mas eu acho também que a desburocratização também é problema, mas devíamos ter encontrado o meio termo. Outro entrave do PAC é o instrumento convênio. No Brasil só temos dois instrumento é contrato ou convênio – e o convênio é um instrumento pesado para uma instituição pequena. Mas o real problema é que o INCRA deveria ter estruturado mais pessoas para fazer gestão e não fez, e mais problema ainda é que o INCRA poderia ter sido a inovação para outros convênios. Poderia ser feitos convênios específicos para entidades menores. É muito legal a compreensão de reforma agrária do Werner⁵⁰ que compreende ela como uma grande associação que recebe muito dinheiro no início e vai recebendo menos no final, mas no Governo brasileiro ela é vista diferente, pouco dinheiro no início e muito dinheiro no final, à medida que vai demonstrando confiança, o que dá errado por que no início os assentamentos da reforma agrária têm muito a ser investido e depois andam sozinhos, exigindo pouco investimento, então ele exigia mesmo uma estrutura diferente entre governo e entidade privada (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

A partir dessa relação desencontrada entre os interesses do BID e o processo de execução do PAC, justifica-se a compreensão dos assentados ao se referir ao PAC como um programa do governo comprometido com a lógica desenvolvimentista, que pouco contribui para o desenvolvimento do que o MST compreende como assentamento da reforma agrária, a não ser pela proposição essencial que contempla essa política, no que tange ao estabelecimento de infraestrutura no interior do assentamento (informação verbal)⁵¹. Tal processo

⁵⁰ O sociólogo e especialista em Movimentos Sociais Inácio Werner é militante na região de Mato Grosso em defesa às vítimas da luta pela terra e também representa o Centro Burnier Fé e Justiça (CBFJ) no Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD). Sobre o CBFJ ver site: CENTRO BURNIER FÉ E JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.centroburnier.com.br/index.php?pg=institucional>>. Acesso em: 16 set. 2011.

⁵¹ Diálogo com o Presidente da Associação Conquista da Liberdade, Piratini, em 2011.

encontra-se fragilizado e inacabado, em decorrência de todos os limites já apresentados anteriormente.

Com essa base de compreensão, pode-se refletir sobre a segunda etapa do PAC, que consiste na deliberação das ações a serem realizadas no programa. Segundo o relato das famílias⁵², o Governo Federal, com o objetivo de elaborar um diagnóstico da comunidade e auxiliar na elaboração do projeto piloto, contratou por meio licitatório uma entidade 'neutra'. Como vencedora tivemos, então, a CENEC Engenharia S.A, que deslocou uma equipe de profissionais do estado de São Paulo para o assentamento Conquista da Liberdade. Assim, a partir de uma dinâmica pautada em grandes assembléias, se deu a constatação da situação das famílias e as demandas mais emergentes no local.

Esse processo resultou na elaboração do PCA já referido anteriormente, em um movimento que nos provoca a reflexão sobre o processo de planejamento mediado por uma terceira entidade, que parte de um contexto totalmente diferenciado – São Paulo – sem nenhuma historicidade com a realidade dessas famílias.

Desencadeando um esforço de análise, pode-se refletir sobre o planejamento como estratégia das políticas de pós-ajuste. Sobre essa temática, Escobar nos alerta sobre o planejamento como uma estratégia essencial das propostas de implementação das políticas norte-americanas, afirmado que

De modo geral, o conceito de planejamento implica a certeza de que mudanças sociais podem ser forçadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas. Com isso, a ideia de que, com a ajuda de um planejamento bem adequado, os países pobres seriam capazes de progredir com uma certa tranquilidade foi sempre aceita como uma verdade incontestável, uma convicção axiomática que não exigia qualquer demonstração pela maioria dos grupos de especialistas no desenvolvimento.[...] Os conceitos e rotinas do planejamento que foram introduzidos no Terceiro Mundo durante e após a Segunda Guerra Mundial não são estruturas neutras através das quais a 'realidade' aparece, inocentemente, e sim resultado de multiplicidade de ações acadêmicas, econômicas e políticas. Sendo um produto da história, esses conceitos e rotinas levam as marcas da história e da cultura que os produziu. Quando utilizado no Terceiro Mundo, o planejamento não só levou consigo essa bagagem histórica, mas também contribuiu profundamente para a criação daquela configuração socioeconômica e cultural que hoje descrevemos como subdesenvolvimento (ESCOBAR, 1992, p.211).

A partir desse fragmento, é possível compreender que o planejamento associado ao processo de participação proposto na lógica do BID e executado nesse

⁵² Relato registrado, em conversas informais com a direção do assentamento Conquista da Liberdade 2011.

programa acena a intencionalidade de uma perspectiva de alcançar resultados efetivos com os investimentos. Nessa linha, também, situa-se a proposição da inserção do quadro técnico, como sujeitos do processo executivo, sob a finalidade de fiscalizar e qualificar o desenvolvimento do planejamento, estabelecendo, assim, uma possibilidade estatal de acompanhamento interventivo no programa, mesmo que esta lógica propositiva, para o Poder Público brasileiro no contexto da reforma agrária, tenha como primeira experiência o PAC. Assim,

[...] o PAC inseriu algumas discussões aqui dentro que antes não tinha, como participação, metodologia participativa e planejamento, por que o PAC é fantástico nisso, tu faz um plano, é claro que o plano terá os seus reajustes, os reajustes tem que ter e eram feitos – e elimina toda uma discussão, já tinha sido gerado um plano, isso evita – o agora é isso? ou vamos fazer aquilo? – e aí os beneficiários vão decidir quando vai acontecer (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Ainda sobre a realização de um plano de trabalho, cabe a reflexão que se de um lado ele compromete o Estado no processo de garantia das ações previstas – o que objetivamente é o que faz com que o PAC encontre-se em andamento até os dias de hoje – de outro engessa as ações, limitando o processo de reorganização das propostas feitas. Assim, há coerência na compreensão do técnico; porém se faz necessário avaliarmos que esse instrumento foi aplicado em 2004, sem previsão de acompanhamento histórico da organização dessas famílias e, como tudo está em movimento, muitas das metas estabelecidas no ano de elaboração do plano hoje já não são mais prioridade de investimento e, ainda, apresentam-se como intervenções estruturais no cotidiano do coletivo, que futuramente deverão ser analisadas em nível qualitativo sobre os impactos socioeconômicos, políticos e ambientais.

Direcionando os olhares para o técnico social, pontuamos as ausências de ações específicas desse profissional no PAC, indicando-nos as possibilidades categóricas que vamos desenvolver no próximo capítulo e que, em linhas gerais, sustentam a compreensão que esse sujeito tem por objetivo desenvolver sua atuação em conjunto com o técnico agrônomo, afirmativa que, na análise sobre o histórico da assistência técnica, encontra-se bem evidenciada. Ainda sobre esse sujeito que se insere no assentamento, cabe salientar a especificidade do processo seletivo que se estrutura na aceitação curricular, por parte da Associação Conquista da Liberdade, que através de licitação contratou a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COOPTEC) para dar conta do processo burocrático que engendra o quadro técnico do programa.

Nessa relação, verifica-se a diferença sobre as políticas de contratação, pois, mesmo sendo por meio de licitação, a Associação estabeleceu relação direta com a valorização de seus princípios organizativos, confiando na relação técnica, não só na aproximação estatal, como também na sua base política, uma vez que essa cooperativa atua comprometida com as linhas de desenvolvimento do projeto de reforma agrária proposto pelo MST.

Sobre a assistência técnica, cabe compreender que sua rotina de trabalho se constitui sob a premissa de moradia, no período de segunda a sexta, no interior do assentamento, sendo disponibilizado automóvel, moradia e uma ajuda de custo, além do salário, para o desenvolvimento do trabalho.

Na complexidade da mediação direta das contradições que fundamentam as relações desse programa, a equipe técnica fica diretamente ligada ao Estado, por ser esse o órgão que gerencia o financiamento da mesma, bem como diretamente inserida no MST, através da intensa vivência proporcionada pela residência no assentamento. Daí que, para a direção do assentamento,

O Estado não pode ter uma relação direta com o Movimento. Ele é responsável pelo seu espaço territorial. Mas, nós temos problemas políticos e administrativos, e de ideias – nós somos um Movimento Social. E, o Estado não atende um Movimento, na verdade ele precisa atender seu povo inteiro. Mas, em relação de trabalho o Estado está preparado para dar uma assistência rural, por exemplo, através da EMATER, aquilo que atende mal e porcamente a agricultura familiar, que não está organizada para exigir a participação do Estado. Então, por isso é importante ter um movimento organizado que sabe onde e como buscar os seus direitos. Então, tem esse impasse direto. Vai bater sempre, por que nós acreditamos que temos direito e vamos buscar e o Estado não está disposto a contribuir né.[...] mas ele precisa entender de que só vai ter desenvolvimento e sustentabilidade da pequena agricultura, não só da família, se tiver assistência verdadeira e direta atendendo lá. Enquanto o Estado estiver voltado para o agronegócio e para as grandes indústrias – a pequena agricultura e os movimentos vão penar - não vão ter assistência direta – então essa briga é maior (DIRIGENTE B, 2011).

A partir dessas prerrogativas, evidencia-se a compreensão dos condicionamentos desse programa para as duas partes diretamente envolvida – técnico do Estado e famílias assentadas. Também se verifica a complexidade das contradições que se estabelecem na execução do PAC, desde as formas de implementação até o gerenciamento do mesmo. Assim, se no percurso do desenvolvimento das metas físicas esse programa encontra-se sobre os limites concretos do Estado, é exatamente nesse contexto que se verifica a possibilidade de transgressão da lógica contida no ponto de partida do mesmo, uma vez que, para além do propósito de consolidação, esse programa insere uma variável altamente

produtiva, que se estabelece na garantia do quadro técnico, no cotidiano do assentamento.

Partindo do princípio que a equipe técnica constitui-se de sujeitos de subjetividade e objetividade política, mesmo estando eles sob a administração direta do Estado, com vistas a fortalecer a lógica do capital internacional, sob a administração do MST, eles podem vir a se transformar em agentes contributivos no projeto de reforma agrária do movimento, comprometendo-se com o trabalho a partir da lógica da emancipação popular, que se constitui como força motriz da organização do MST.

Assim, é no antagonismo dos projetos em jogo, como já refletimos anteriormente, e a partir das lacunas e da improdutividade aparente do PAC que situamos a fertilidade desse solo, quando adubado e gerenciado, sob os princípios históricos que constituem a organização camponesa, bem como, a partir dessas reflexões, anunciamos a necessidade emergente de se sistematizar as experiências de assistência técnica, buscando aproximá-la do projeto do povo, de tal forma que as variáveis ideológicas e utópicas que perpassam essas relações não se apresentem como força de desmobilização do projeto de reforma agrária do MST, mas que se configurem como um elemento de articulação e fortalecimento desse projeto. Para tanto, a continuidade de análise desta pesquisa pauta-se nas contradições que se forjam na historicidade das relações entre o técnico social, as famílias assentadas e o Estado, objetivando refletir sobre as situações limites e, consequentemente, anunciarmos coletivamente as possibilidades de superação.

2.3 As contradições⁵³ no cotidiano do trabalho técnico social: encontros e desencontros entre as perspectivas e possibilidades de trabalho

A análise anterior nos permite a compreensão de duas situações concretas: a primeira indica que o técnico social corresponde a um sujeito que ganha evidência no contexto da reforma agrária, através da exigência do BID, não sendo assim uma proposição delimitada nem do Estado nem do MST; a segunda é que a falta de

⁵³ Cabe registrarmos que por contradições compreendemos a relação na luta dos contrários que constitui os fenômenos, numa relação entre o geral e o particular, entrelaçados à dimensão de ordem socioeconômica, política e cultural, assumindo que toda problemática se enraíza dialeticamente num contexto de contradições universais que no modelo de produção capitalista se expressa no antagonismo da luta de classes e se particulariza no cotidiano das relações de trabalho, conforme já anunciado anteriormente. E, no que se refere à questão agrária, a universalidade das relações do campo situa-se nas relações de exploração e alienação imposta pela burguesia agrária sobre o campesinato e particulariza-se na historicidade das relações desenvolvidas em cada contexto territorial.

diretividade sobre o trabalho desse sujeito acabou por resultar num espaço de disputa ideológica no que se refere às atribuições/trabalho do mesmo.

As imersões a campo para problematizar o objeto desta pesquisa junto aos sujeitos envolvidos no cotidiano dessa labuta anunciam prerrogativas que foram se materializando na experiência do PAC e que apresentam-se – aparentemente – como eixos adormecidos no interior dos espaços que gerenciam o trabalho enquanto ele ocorre. Assim, tanto o técnico do INCRA quanto as famílias assentadas, quando questionados sobre nossa temática de pesquisa, apresentaram a necessidade de realizar um esforço reflexivo, ainda não sistematizado por parte dos sujeitos desta pesquisa. Tal percepção se apresenta contrária à postura do técnico social que, ao expor suas reflexões, depois de afastado do contexto há aproximadamente seis anos, demonstra uma compressão crítica frente às experiências vividas com o coletivo.

Essas impressões indicam a ausência de constância reflexiva sobre a proposição desse sujeito no cotidiano da reforma agrária, marcando-se de forma unilateral a continuidade de análise por parte do técnico, sem um efetivo retorno delas, tanto para o Estado quanto para as famílias, procedimento que inferimos à lógica de desenvolvimento da assistência técnica que, apesar de encontrarmos em suas atribuições o envolvimento com ‘a área social’, não se afirma diretamente como foco de interesse, tanto no contexto do Estado quanto nas demandas dos movimentos sociais. Ainda retomando as reflexões sobre o histórico dos programas de assistência técnica, as equipes de trabalho para o desenvolvimento da reforma agrária sempre tiveram como grande desafio o desenvolvimento produtivo, como unidade dos enfrentamentos políticos, mesmo que ele seja compreendido em duas esferas contraditórias, nas quais para o MST se expressa o projeto agroecológico e para o Estado: a consolidação do agronegócio.

Sob estas premissas é que o técnico social⁵⁴ (2011), ao ser questionado sobre suas atribuições/trabalho no interior do assentamento Conquista da Liberdade, após algumas reflexões, afirma que a ausência de definições sobre essas questões no cotidiano da assistência técnica, dentre outros fatores que vamos debater ao longo deste texto, no que se refere às responsabilidades do técnico, se resume ao fato de que,

⁵⁴ O técnico social entrevistado participou da equipe técnica da regional de Piratini/RS no período de 2004 a 2006, inserindo-se no PAC de 2005 a 2006.

[...] ao longo das experiências de trabalho na esfera social, os técnicos não assumem um compromisso de tencionar a criação de espaços para o debate e construção de uma proposta efetivamente voltada para estas questões, resumimos assim, nosso campo de atuação à condição de “tarefeiros” no processo produtivo. Daí agente faz PRV (Pastoreio Racional Voasim), dias de campo, realiza o serviço burocrático etc., e não damos conta de desenvolver e aprofundar conceitos, e muito menos de construir espaços de educação, de cultura, de lazer. Não assumimos um papel importante neste contexto que é o de intelectual na história do trabalho (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Sobre a questão do técnico social assumir ou não a função de intelectual em sua prática social, apresentamos as reflexões de Gramsci, sob a afirmativa de que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p.18). E, ainda sobre esse autor, observa-se que, quando se assume essa função, é preciso considerar as implicações históricas das relações que compreendem a formação desse sujeito, considerando que a formação de intelectuais se dá na tradição da complexidade de uma sociedade pautada nas relações do capital. Assim, entre a posição diversa dos intelectuais, essa sociedade forma sujeitos, tradicionalmente, para atender às suas necessidades de desenvolvimento.

Compreendendo essas reflexões gramscinianas e retomando à afirmativa do técnico social, evidenciam-se experiências que indicam a prática de técnicos sociais no contexto do PAC que assumiram sua função intelectual, indicativo que se apresenta na entrevista com o técnico do INCRA ao afirmar que essa nova figura no quadro de assessoria técnica é responsável por uma série de problematizações e tencionamentos que até então não eram realizados no âmbito da reforma agrária. Assim, o técnico do INCRA avalia que

[...] o técnico social foi um grande incômodo, porque o PAC obrigava ter o técnico social, e isso faltava, porque mesmo no tempo da assistência técnica econômica, social e ambiental (ATES) – a área social não tinha. Então o PAC chegou e incomodava tanto o INCRA, quanto a empresa que prestava assistência técnica, por que era um elemento novo que provoca discussões que não tinha antes (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Ao analisarmos estas duas contribuições reflexivas, situamos uma fragilidade sobre o movimento histórico desse sujeito no contexto da assistência técnica, pois ao articula-las com análise anterior, contrário ao que se afirma no marco do desenvolvimento da assistência técnica se registra que, mesmo de forma ‘oculta’ aos documentos dos programas de ATES/ATER, evidencia-se grande contribuição desses sujeitos no processo de desenvolvimento do método de trabalho das equipes técnicas. Ainda em entrevista com o técnico social podemos observar

que essa afirmativa procede quando ele se manifesta sobre a inserção do técnico social na reforma agrária, afirmando que

Não é verdade que o técnico social e o desenvolvimento da área social inicia com o PAC, esse programa estabeleceu a nomenclatura desse sujeito por obrigatoriedade do BID. Meu primeiro contrato de trabalho foi com a ATES, minhas atribuições já estavam relacionadas com o desenvolvimento social das famílias. O que se tinha era um não-reconhecimento do nosso trabalho de todos os lados, primeiro por parte da equipe, que se constitui na maioria por técnicos da área produtiva e depois pelos próprios dirigentes que achavam que desenvolvendo o produtivo o social estava resolvido, compreensão que também era do Estado e que se sustentava nas próprias contradições internas do MST, que não abria espaço para discussão sobre as fragilidades do movimento (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Apresenta-se no encontro entre as reflexões do técnico social e do técnico do INCRA o reconhecimento de que o PAC anuncia em sua especificidade de programa um movimento efetivamente provocador, no qual se intensifica a atuação do técnico social e se permite a ampliação da compreensão sobre ele, tanto por parte do Estado que passa a reconhecê-lo como agente interventivo, quanto por parte do técnico que ganha espaço institucional de trabalho. Retomando Gramsci (2001, p.20), ao afirmar que as relações entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, “[...] mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’.

Assim sendo, outro fator que se estabelece nesta pesquisa é que os técnicos sociais no contexto da reforma agrária são contratados pelo Estado, o que corresponde a uma série de questões que se apresentam na condição de sua prática, fator que não o desvincula da categoria de intelectual, mas nos direciona a refletir sobre as relações dos intelectuais e as famílias assentadas, sob as possibilidades de trabalho mediado pela intencionalidade delas de se articularem tecnicamente a sujeitos que assumam a organicidade de suas aspirações socioeconômicas, políticas e culturais.

No esforço de compreendermos esse processo no cotidiano do assentamento, buscamos na sistematização dos achados desta pesquisa a evidência de que mais de 23 famílias assentadas que responderam ao questionário semiestruturado em 2011 afirmam que ainda não têm certeza sobre as atribuições/trabalho do técnico social, o que indica o não-reconhecimento desse intelectual como parte desse grupo social. Situação que se apresenta vinculada às

justificativas das famílias sobre esse desconhecimento, sendo isso atribuído a dois fatores: primeiro, a ausência desse técnico no cotidiano das famílias, o que evita a aproximação e a consolidação de uma relação de confiança entre os sujeitos; segundo, a resistência das famílias em dialogar sobre as problemáticas sociais no interior das relações individuais e coletivas do assentamento.

Sob essa realidade, reafirma-se a existência de um movimento reflexivo e prático que encontra unidade entre a relação INCRA e técnico social, mesmo que não se evidencie o domínio ideológico direto do Estado sobre esse sujeito. Inferimos que essa relação apresente-se decorrente das atribuições burocráticas outorgadas pelo INCRA, conforme anúncio do técnico, e, em especial, do processo de elaboração e posse dos relatórios de atividade, pois eles não são elaborados juntamente com as famílias, ficando sob responsabilidade direta dos técnicos, e se concentram no acesso direto das prestadoras de serviço e do INCRA.

Adentrando um pouco mais no universo do cotidiano, sob o desafio de aprofundamento das expressões das famílias assentadas, os dirigentes, quando questionados sobre essas relações entre técnico, famílias e INCRA na rodada de entrevista coletiva relatam que é difícil definir as atribuições/trabalho desse técnico, porque ele tem a responsabilidade de trabalhar com as coisas que são mais complexas e acreditam que antes de se estabelecer essas proposições tem-se a certeza de que

[...] ninguém conta os seus problemas ou fala da sua vida, se não tem uma convivência, uma relação afetiva, uma confiança. Tu tens que exercer essa confiança entre um e outro, para as pessoas contar, né? É como alguém chegar e perguntar: quanto é que você ganha? Ou o que você vai fazer da tua vida? Tu não vai contar para quem você não tem confiança. E como você que mexe na estrutura do assentamento e nas coisas das famílias, se as pessoas não tiverem confiança? Ninguém vai se abrir contigo e ninguém vai fazer. Então, é isso, no trabalho do técnico, entra muito essa questão do tempo (DIRIGENTE A, 2011).

Sob a análise do técnico social, essa problemática anunciada pelas famílias e reiterada pela direção do assentamento apresenta-se superficialmente no esforço de análise histórica, pois o mesmo pontua que;

[...] um dos grandes problemas no trabalho do técnico social, é que ele não faz parte do contexto da reforma agrária. Isto é, chegamos de fora, pois o movimento, pelo menos na época, ainda não tinha seu quadro técnico formado, então os técnicos sociais eram sempre vistos como alguém que estava de passagem, um sujeito sem credibilidade de contribuição no projeto de reforma agrária. Daí uma negação do trabalho, tanto por parte das famílias quanto por parte da direção do MST, essa negação gerava uma resistência às propostas que eram feitas, e ainda não permitiam enraizamento do trabalho. Por outro lado o Estado não sabia qual era o

papel desse profissional, tanto é que admitia a contratação de qualquer técnico para desenvolver essa área, assim, na história de contratação de um profissional para área social desde o Lumiar as equipes são compostas por assistentes sociais, graduados em licenciatura, engenheiros químicos, farmacêuticos etc. E, no meu caso sociólogo (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Esta análise também indica que, para além da aproximação das famílias, existe uma fragilidade diretiva, enquanto totalidade organizativa do MST, isto é, a ausência das instâncias de direção estadual e nacional desse movimento no processo de formação deste técnico social. Essa afirmativa também se articula à compreensão do técnico social, quando questionado sobre a formação para o trabalho. Assim descreve o técnico:

Se o movimento, enquanto organização diretiva, estivesse disposto a construir com a gente, teríamos formação e suporte para o desenvolvimento das nossas atribuições. Teríamos espaço de formação específica para o desenvolvimento do trabalho, mas como ele só acredita no intelectual orgânico, que se forma nas suas escolas, o técnico que vem de fora acaba tendo que abrir espaço para trabalhar, a partir de seu próprio esforço, situação que resulta na condição de trabalho junto ao agrônomo. Assim, rapidamente nossa atribuição se limita ao desenvolvimento da área produtiva e o social acaba por se resumir em ações pontuais que pouco contribuem para o desenvolvimento político e organizativo das famílias (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Ao refletirmos sobre essas percepções em torno do trabalho do técnico social, evidencia-se o distanciamento entre as perspectivas a serem assumidas no encontro entre a assistência técnica da área social, a direção do MST e as famílias assentadas. Se de um lado o técnico é um sujeito que se insere no assentamento, segundo o técnico, “de fora para dentro”, de outro a negação do diálogo resulta na impossibilidade do encontro e da proposição de um trabalho efetivamente coletivo, conforme as reflexões anteriores e, por consequência, nega a função do trabalho intelectual, que para Gramsci (2001, p. 25) “é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual.”

Nesta análise também se avalia a presença do que Gramsci (2001) anuncia como autoposição por parte dos intelectuais, que em suma corresponde a uma falsa crença de ‘independência’, como se eles fossem dotados de tamanha autonomia que suas reflexões e práticas encontrassem-se acima da história e das contradições sociais que constituem essa história. Em resposta a essa autoposição, também se indica, nesta pesquisa, a necessidade de compreensão das expectativas do camponês para o intelectual. Sobre essa relação Gramsci afirma que

No campo o intelectual [...] possui um padrão de vida médio superior, ou pelo menos diverso daquele do camponês e representa, por isso, para

aquele camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição ou de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não pode deixar de estabelecer com os outros senhores. A atitude do camponês diante do intelectual é dúplice e parece contraditória: ele admira a posição intelectual, e em geral do funcionário público, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada. Não se compreende nada da vida coletiva dos camponeses, nem dos germes e fermentos de desenvolvimento nela existente, se não se leva em consideração, se não se estuda concretamente e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, esta ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende (GRAMSCI, 2001, p.23).

Certamente, os sujeitos do MST não se compreendem mais nessa linearidade apresentada por Gramsci; porém não estão descartados os desdobramentos desse pensar originário na subjetividade de camponeses que, de excluídos da terra, passam pela formação da luta para retornar ao campo sob a condição de assentados, premissa que pretendemos aprofundar no desenvolvimento deste texto.

Retomando a reflexão anterior do técnico social (2011), observa-se que outro ponto a ser analisado encontra-se na polarização da formação base desse técnico quando ele assume o desenvolvimento da área social no contexto de um movimento social, suscitando uma questão para pesquisas futuras: “se o trabalho do técnico social é um trabalho essencialmente educativo, político e transformador, no contexto da reforma agrária, qual a formação base adequada para o desenvolvimento dessa atividade?” (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Nesses desencontros de perspectivas, formação, historicidade e contradições cotidianas, o técnico social problematiza a função do técnico tanto da área social quanto produtiva sob a análise teórica que sustenta a própria organização do MST, afirmando que

Se para uma leitura marxista/freiriana o técnico no interior dos assentamentos apresenta-se como um sujeito inconcluso, que na prática social desenvolve-se enquanto sujeito no contexto histórico, sob a direção do coletivo, nas relações estabelecidas com o técnico da área social parece que esse processo é desconsiderado e negado a esse sujeito, pois minha formação é sociologia, fui formado para fazer pesquisa, daí quando entro para a assessoria técnica, nos assentamentos, me deparo com a necessidade de desenvolver um processo educativo. Sim, eu tinha que ser um educador, mas eu não aprendi a educar, aprendi a fazer pesquisa. O que não significa não dar conta do trabalho, mas é fundamental para que o trabalho aconteça que os sujeitos estejam abertos para as contradições existentes na realidade do trabalho – e uma das contradições é essa. Daí o problema, tempo para aprendermos a trabalhar, bem como tempo para que as famílias se abram para o trabalho, pois o foco do movimento sempre

esteve no desenvolvimento da produção. E numa discussão de produção onde entra o social? E quando o social questiona o processo, suas provocações são negadas (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Para melhor compreendermos a provocação do técnico social, afirma-se na página institucional do MST⁵⁵ que

A assistência técnica – pela qual lutamos e buscamos construir – precisa romper com a cultura de dominação historicamente aplicada pelos programas do Estado. Defendemos que os trabalhos devem potencializar a cooperação, a agroecologia e a organização interna das famílias assentadas, promover a construção do conhecimento em conjunto com os trabalhadores/as (prática-teoria-prática), levando em consideração as condições sociais e culturais de cada região onde é desenvolvido o trabalho (REGINA, 2011).

A partir dessa citação indica-se a centralidade de militância para além da formação básica, sob o foco de rompimento com a lógica do profissional que assume uma postura de intelectual que tenta conciliar os interesses do Estado e das famílias, como já argumentamos anteriormente, desafiando a assistência técnica ao comprometimento com o projeto do Movimento e com o desenvolvimento de um método educativo, como princípio do trabalho. Ainda sobre as atribuições do técnico no contexto da organização popular, Freire (1983) afirma a importância deste se compreender como educador no processo de desenvolvimento de determinada realidade, a partir de uma proposta de conscientização coletiva, na qual ele se insere como educador que, ao ensinar, aprende no contexto do trabalho com o povo, encontrando o diálogo como meio de desnaturalização da realidade, provocando reflexões em torno das situações limites que condicionam o desenvolvimento do projeto do povo e as reais possibilidades de superação destas na realidade objetiva. Assim, Freire adverte que

Não é, de um lado, processo mecanicista, em que os homens sejam meras incidências dos fatos; de outro, o resultado de puras ideias, de alguns homens, forjadas em sua consciência. [...] Pelo contrário, como um tempo de acontecimentos humanos, a história é feita pelos homens, ao mesmo tempo em que nela vão se fazendo também. E, se o *que-fazer* educativo, como qualquer outro *que-fazer* dos homens, não pode dar-se a não ser 'dentro' do mundo humano, que é histórico-cultural, as relações homem-mundo devem constituir o ponto de partida de nossas reflexões sobre aquele *que-fazer* (FREIRE, 1983, p.51).

A partir desta reflexão freireana, afirma-se a necessidade de amadurecimento da consciência dos sujeitos no cotidiano das relações técnico social e famílias assentadas no desafio de superar a fragmentação existente no

⁵⁵ REGINA, Nivia. O papel da assistência técnica nos assentamentos. 2010. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: set. 2011.

discurso que se manifesta, a partir de uma base teórica esvaziada da materialidade prática, como possibilidade de encontro de homens e mulheres que se reconhecem em diferentes processos de aprendizado e de amadurecimento de suas leituras de mundo. Por outro lado, o técnico social, como mediador do processo, tem como atribuição encontrar as possibilidades de intervenção nessa realidade, de forma que se evidencie, coletivamente, tal contradição.

Nesse movimento, retomamos as inquietações do técnico social ao provocar em sua entrevista o seguinte questionamento: “Como pode avançar o trabalho do técnico social, se o papel deste é evidenciar os conflitos, quando não se quer evidenciar o conflito?” (TÉCNICO SOCIAL, 2011), o qual ainda aponta a linha do processo de mediação como algo por ser superado na compreensão do trabalho afirmando que

Se pensarmos bem, a função do técnico social é ser realmente um mediador, daí os problemas: mediador de quê? de quem? e como?, pois para o Estado devemos compreender nosso planejamento a partir das proposições deste, o que por vezes acaba negando as reais demandas das famílias e ainda assumimos um papel de aproximação entre a relação direção do assentamento e INCRA; já para a direção do assentamento nosso planejamento deve contemplar as necessidades imediatas das famílias assentadas e nossa responsabilidade é de fortalecer as relações entre o coletivo local (Direção e famílias). No meio desta polaridade, ainda tem o técnico que, se consegue trabalhar, articula sua prática a uma proposição teórica, então, se assume uma linha marxista, trabalha como um técnico militante que se insere na luta e assume todas as demandas do assentamento. Resultado: viramos quase um ‘super-homem’, que entende de tudo e assume tudo, e se assume uma linha pós-moderna, trabalha na linha da subjetividade, que particularmente tive experiências interessantes com colegas que trabalhavam sob esta base teórica, mas compreendo também que estas práticas acabam por entrar em conflito com a proposição do próprio movimento (Idem).

Em resposta a esse questionamento e articulando essa reflexão sobre o papel mediador do técnico social, cabe retomarmos Freire quando se refere à importância de compreendermos o trabalho educativo e sua dimensão na totalidade das relações, tendo como princípio fundamental o amadurecimento da consciência do técnico sob o desenvolvimento de sua práxis social que, se pretende ser revolucionária, deverá compreender-se reflexiva (FREIRE, 1987). Assim, conclui este autor que, somente a partir do pensar do povo, e junto com ele, pode-se avançar/superar as contradições no cotidiano do trabalho, sob a afirmativa de que

[...] não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo, se não penso. Mas, não penso automaticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros ou para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é

mágico ou ingênuo, será pensado o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las, na ação e na comunicação (FREIRE, 1987, p.101).

Assim, como nos apontam as reflexões de Freire, o trabalho do técnico social encontra seu ponto de partida no estabelecimento de uma práxis social capaz de identificar as contradições que constituem o contexto social dos assentamentos da reforma agrária. A pergunta realizada pelo técnico, bem como a contradição sobre o processo de mediação nos assentamentos, constituem-se como pontos de partida para as reflexões sobre a proposição de suas atividades.

Ainda sobre as reflexões do técnico social, evidencia-se que

Quando conduzimos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os assentados, tivemos uma boa experiência sobre as atribuições/trabalho do técnico social, pois construímos um espaço de discussões sobre a realidade e as pessoas se abriram para o debate. Também, verificamos que este foi o primeiro espaço que o técnico da área produtiva ficou na condição de assessoria para o técnico da área social e os dirigentes não tinham a condução do diálogo. Daí cabe as reflexões sobre as seguintes questões: foi desenvolvido outro curso de alfabetização? O setor de educação se desenvolveu? O setor de cultura promoveu algum avanço? (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

A partir dessas interrogações, é possível compreender que as possibilidades do trabalho também estão intimamente articuladas ao amadurecimento da consciência crítica do MST enquanto movimento, em sua totalidade, levando-nos a evidenciar alguns aspectos da análise sobre a formação e desenvolvimento dele, os quais se situam na raiz de sua formação: os desdobramentos que se apresentam na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo através do rompimento com os processos de exploração e alienação dos camponeses no contexto agrário. Indica-se, assim, que, mesmo o movimento estabelecendo, ao final dos anos 1980, o avanço sobre a compreensão do sentido mais amplo da luta da classe dos trabalhadores, demarcando o enfrentamento direto ao modelo produtivo do capital, ele ainda se constitui na contradição histórica formativa de sujeitos que se compreendem no mundo sobre os condicionamentos dessa sociedade, conforme já apresentado nas reflexões contidas neste texto.

Aponta-se a análise de Freire (1987) ao referir-se sobre os pólos de contradição na luta pela libertação da classe trabalhadora. Segundo o autor,

O problema está em como poderão os oprimidos, que 'hospedam' o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram

'hospedeiros' do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora (FREIRE, 1987, p.32).

Sobre esta questão Freire, ao posicionar-se sobre as problemáticas da luta pela reforma agrária, no mesmo livro, adverte que, sem a superação dessa contradição, o oprimido pode, pretendendo a libertação, identificar-se com o seu contrário – o opressor. “Desta forma, por exemplo, querem a reforma agrária, não para se libertarem, mas para passarem a ter a terra e, com esta, tornar-se proprietários ou, mais precisamente, patrões de novos empregados” (FREIRE, 1987, p. 33).

A partir dessas contribuições, podemos retomar o anúncio realizado anteriormente pelo técnico social sobre as contradições internas do MST, a considerar dois aspectos de sua história: a formação deste que se forja sob a contraposição da opressão que constitui a questão agrária no Brasil; e a abrangência nacional com que esse movimento se articula num curto espaço de tempo. Reconhecendo nestes elementos conteúdos que precisam ser criticamente observados com maior intensidade, visando a reflexão coletiva sobre o movimento de desenvolvimento da consciência e os limites que indicam necessidade de superação, em busca de coerência socioeconômica, política e cultural dos agricultores.

Tal processo se apresenta claro na consciência de seus dirigentes uma vez que o Dirigente A, ao refletir sobre a prática da assistência técnica, anuncia:

[...] uma vez eu estava num evento sobre agroecologia, e estavam discutindo sobre como desenvolver o trabalho técnico sem desrespeitar a cultura do assentado, daí parei para ouvir um pouco, e eles resolveram me perguntar sobre como eu achava que deveria ser. Aí eu disse: Ora, os assentados são filhos de pequenos agricultores que perderam a terra por que aprenderam o manejo do agronegócio, entraram no rolão do pacote químico, ou são trabalhadores que passaram metade de suas vidas na roça trabalhando para o patrão, então qual é a cultura dos assentados? Aprenderam a usar produtos químicos para desenvolvimento da monocultura. Essa é a nossa cultura do trabalho na roça! Mais agora somos assentados, formamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, não devíamos ter mais o compromisso com essa cultura, então é preciso transformá-la! E como transformar respeitando eu não sei, o fato é que este deve ser o trabalho da assistência técnica, pois, se respeitar o que eu aprendi trabalhando na roça, nós vamos continuar fazendo o mesmo de sempre. Quando fizemos trabalho de base para organizar o povo, a consciência é pequena, na luta vamos amadurecendo um pouco, aprendemos a ver o mundo de outra forma, mas quando chegamos no assentamento o trabalho de consciência precisa continuar sendo feito. Daí que se vocês chegarem aqui e não desrespeitarem essa cultura do patrão, muitos de nós vão demorar para entender a lógica. E é isso que acontece quando vemos muitas famílias saírem dos lotes, voltarem para cidade e,

por falta de oportunidade, voltarem para os acampamentos (DIRIGENTE A, 2011).

Com esse depoimento retomamos o conceito de práxis no cotidiano dos assentamentos no processo de formação dos sujeitos camponeses agora assentados. Esse conceito não se enraíza em qualquer relação de prática/teoria, mas assume o compromisso com uma práxis social revolucionária, o que retoma a conhecida concepção leninista de que “sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário” (LÊNIN *apud* VÁSQUEZ, 2007, p. 295).

O conceito de práxis se funda no exercício dialético de ação-teoria-ação, de forma tão articulada que a ação não se expressa em atividade, mas em prática que se realiza localmente, sem perder a dimensão de totalidade da realidade. Esse elemento conduz o processo histórico de formação da consciência e, por isso, não está dado, mas alude à centralidade do movimento formativo dos sujeitos que lutam sob a bandeira do MST, afirmativa que se ratifica em Ribeiro, M. (2010), ao constatar que o MST, mesmo em processo de construção, configura-se como sujeito histórico de transformação social. Tal procedimento, em pesquisa realizada por Ciandrini (2010), apresenta-se em constante aprimoramento, constatando a autora que, tanto a questão ambiental quanto todas as demais que vão sendo incorporadas pela organização, fazem parte de um amadurecimento da leitura de mundo crítica dos sujeitos camponeses, em resposta às exigências de cada tempo histórico. Nesse processo afirma Ciandrini:

Em 1988, a nova constituição brasileira insere o conceito de função social à propriedade (Art. 5º) e com isso cresce o MST. Ganha força, também, em decorrência de ser um ator das denúncias feitas sobre as tensões e conflitos existentes no meio rural e lutar pela inclusão da reforma agrária na pauta das discussões políticas. Assim, a organização do movimento se distribuiu em setores que foram se formando com base nas necessidades que iam surgindo durante a própria luta. Estes setores buscam alternativas ao regime governamental tradicional, tentando direcioná-lo para a perspectiva do campo. São eles: Formação, Educação, Produção, Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais, Gênero e Direitos Humanos (CIANDRINI, 2007 *apud* CIANDRINI, 2010, p. 37).

Destacamos a inclusão de outros aspectos da luta pela terra, as reivindicações por uma reforma agrária que contemple não apenas a redistribuição fundiária, mas que também proporcione condições favoráveis aos pequenos produtores e suas famílias, desencadeando um processo de desenvolvimento integral - moradia, educação, vestuário, transporte, saúde, etc. Ou, seja a luta pela terra é associada à melhoria das condições para uma melhor qualidade de vida, não só no âmbito material mas também social, o que evidencia a preocupação com a formação integral do *novo sujeito social* (CALDART, 2004 *apud* CIANDRINI, 2010, p. 37-38, grifo do autor).

Para o Sem-Terra a terra tem um significado muito maior do que “um pedaço de chão”, pois ele busca não apenas a terra que lhe provém o alimento, mas também condições reais de trabalho, de vida, cidadania. Esta é a formatação original do movimento que, entre demandas políticas, econômicas e sociais, vai se formatando.

Neste momento, no entanto, observamos que as questões relativas à natureza/meio ambiente ainda não se apresentam em seu discurso. Devemos entender que o legado deixado pelos acontecimentos históricos relativos à questão agrária, assim como a atuação de outros movimentos do campo, dos quais o MST é herdeiro, não priorizava as questões ambientais, na forma como as compreendemos hoje. [...] A princípio, a natureza do movimento é política, o compromisso da luta é com a transformação social baseada no enfrentamento do sistema produtivo/econômico, buscando alternativas contra-hegemônicas de desenvolvimento do/no campo (CIANDRINI, 2010, p. 38).

Diante desse processo de tomada de consciência crítica, quando referimo-nos aos limites internos do MST, estamos frente às contradições que nele se superam e se reestruturam, como também as que emergem tanto na complexidade de suas ações, mediadas pela dialogicidade com a realidade social, quanto de suas rearticulações necessárias como atualidade de resposta ao movimento da história socioeconômica, política e cultural. Esta análise representa o desafio de desvelamento das relações camponesas, apontado por Gramsci (2010). Assim, o estudo e aprofundamento sobre as subordinações dos camponeses aos intelectuais fazem parte deste desafio e direcionam os avanços/limites da práxis com maior ou menor intencionalidade revolucionária.

Porém, para além dos limites históricos do movimento, e longe da pretensão de colocarmos o técnico social na condição de dirigente das famílias assentadas, cabe retomarmos a reflexão sobre o espaço de atuação, bem como nos anuncia o técnico social, em entrevista, ao refletir sobre a importância da experiência da EJA, conforme já descrito anteriormente, apresentando-se nesta análise novo fator do trabalho, que se entrelaça aos elementos para consolidação de relações efetivamente coletivas e dialógicas. Ainda nesta reflexão, o técnico adverte sobre os desafios que foram sendo enfrentado no processo de consolidação desses espaços.

No que se refere às possibilidades de se efetivar espaços adequados ao trabalho do técnico social, nos é possível situar que um diferencial no contexto do PAC encontra-se na permanência do técnico social 20h semanais junto às famílias, porque, além de residir no local, posiciona-se muito mais próximo da Direção do assentamento. Outro fator favorável nesse programa localiza-se na prestadora de serviço que é a COOPTEC, como já dito anteriormente, contrário ao que se

apresenta atualmente na realidade dos assentamentos, pois apesar do técnico social ter sido inserido no PNATR, ele se insere a partir de um novo contexto, numa modalidade itinerante, compreendendo suas competências no delimitar de um técnico para 250 famílias, o que, segundo técnico do INCRA, é resultado das discussões desse técnico, no período do PAC, no interior da estrutura estatal. Ele ainda reconhece que

O projeto básico da assessoria técnica - que deveria ter sido lido, e não foi lido por quase ninguém - tem uma linha na qual tentamos dar um rumo para a questão do técnico social, tentando descrever qual o espaço do técnico social. Mas o fato é que precisamos aprofundar o debate sobre esse técnico, e o INCRA não quer discutir o problema do técnico social. Bom, quando se tem problema sabemos que precisamos respeitar o tempo para sistematizar todo o problema. Mas aqui, ninguém quer debater sobre o técnico social. No PAC tinha uma servidora, para pensar a questão do técnico social, ela é lotada em Brasília e ficou doente por dois anos, e não tivemos alguém para colocar no lugar dela. Hoje ela está na divisão do PAC em Brasília, mas nem sabe o que se tem sobre essa questão. Em resumo, o INCRA não está debatendo sobre o técnico social (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Conforme referido anteriormente, tal projeto básico regia até final de 2010 a assessoria técnica na totalidade dos assentamentos, como também foi responsável pela fragilização da autonomia que antes existia na modalidade de assistência técnica no período do PAC, bem como explícito anteriormente pelo técnico do INCRA, nesse projeto descrevem-se os primeiros passos para dar rumo ao espaço dessa modalidade de assessoria que passa a ser compreendida de forma articulada às ações do técnico da área produtiva, tendo as seguintes atribuições:

1. Desenvolver ações de conscientização da importância da documentação pessoal e dos contratos firmados entre os beneficiários e o INCRA, com vistas à manutenção da situação de regularidade junto aos órgãos da administração pública;
2. Trabalhar a redução da pobreza rural fortalecendo a noção de cidadania e suas implicações nos direitos e responsabilidades sociais, incluindo ações de valorização da documentação do indivíduo, da família e da unidade produtiva como instrumentos de inclusão social;
3. Estimular a compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos, com focos de atenção à saúde, à segurança e ao lazer, buscando a consolidação da unidade familiar;
4. Conscientizar quanto à importância de uma boa alimentação para a manutenção da saúde, através do estímulo à instalação de horta caseira agroecológica e ao consumo de seus produtos, compostos por plantas medicinais, condimentares e olerícolas;
5. Encorajar mudanças nos hábitos e na compreensão das atitudes diárias como mecanismos de promoção do saneamento básico a baixo custo, manutenção da segurança dos alimentos consumidos, provimento de água potável segura através do acesso a fontes de água limpa, redução da incidência de doenças e infecções, em especial as zoonoses, através de educação sobre os mecanismos de disseminação de doenças e seu controle;

6. Estimular nas famílias a prática da coleta seletiva do lixo, o correto encaminhamento dos resíduos orgânicos através da compostagem, o destino adequado dos materiais não degradáveis e cumulativos (plásticos, metais, entre outros);
7. Trabalhar a gestão da unidade produtiva, conscientizando sobre a necessidade de manutenção de registros e anotações como instrumento de monitoramento e avaliação das diversas atividades produtivas;
8. Garantir a participação da comunidade e a utilização de metodologias participativas nas ações a serem desenvolvidas;
9. Encorajar os grupos a melhorarem suas comunicações e atividades, tornando-os eficazes no trabalho e na ação conjuntas;
10. Incentivar os membros da comunidade a compartilharem seus conhecimentos e experiências e a aprenderem mutuamente, melhorando a manutenção de registros e anotações como instrumento de monitoramento e avaliação das diversas atividades produtivas e de crédito;
11. Estimular o desenvolvimento de microempreendimentos como forma de ocupação rural, geração de renda e agregação de valor à produção, fortalecendo iniciativas de associação, cooperativismo e negociação coletiva;
12. Promover a compreensão do propósito de um grupo, introduzindo técnicas de planejamento, execução e monitoramento da evolução das propostas de desenvolvimento coletivo e comunitário;
13. Promover contato com grupos para intercâmbio de experiências, potencializando a formação de redes de cooperação entre as famílias assentadas, para inserção em cadeias produtivas;
14. Utilizar a Articulação Territorial de ATES como instrumento de inclusão social e regional, pela integração com as ações de outras entidades públicas ou privadas afins aos temas propostos nos objetivos da ATES;
15. Integração com as Escolas e o Programa Municipal de Saúde da Família (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2008).

Mas por quê trabalhar essas atribuições articuladas ao PAC? O sentido é que nesse documento, como já dito anteriormente, registram-se como atribuições da área social (técnico social) as análises realizadas sobre o trabalho que foi desenvolvido ao longo dos cinco anos, que caracterizam o período de abrangência desta pesquisa. Também permite-nos situar a raiz que permanece entre as reformulações dos projetos de ATER, constituindo-se neste uma linha ‘imaginária’ que sustenta os vícios de uma assistência técnica formatada na perspectiva da autoridade, articulada a indicativos teóricos que fundamentavam as práticas do Lumiar, aos avanços sobre as práticas tanto do PAC quanto da ATES sob a revisão do INCRA e evidentemente às particularidades que caracterizam o projeto nacional de assistência técnica proposto pelo atual governo.

Assim, mesmo com os processos de avaliação e reorganização do projeto de ATER, as diretrizes continuam praticamente as mesmas, isto é, em documento ainda prevalecem essas diretrizes e, na prática, anunciam-se algumas modificações (informação obtida em conversas informais com técnicos sociais atuais). É possível

afirmar que, não só pela análise desses itens, mas como técnico social no período de elaboração do registro dessas atribuições, as mesmas correspondem efetivamente a uma profunda leitura dos relatórios e dos diálogos sobre o trabalho social nas comunidades assentadas, sistematizados pelos técnicos da área social. Cabe enfatizar que naquele período se observava um esforço por parte da equipe técnica do INCRA que se mostrava presente e, na medida do possível, interessada em contribuir com a superação das lacunas que delimitavam o desenvolvimento dessa área.

Porém, a ausência de continuidade das reflexões sobre esse documento, principalmente no âmbito do processo de materialização das atribuições, nos permite evidenciar que o debate sobre a assessoria técnica social ainda não atingiu os processos de como fazer esse trabalho no cotidiano das famílias assentadas, o que atribuímos às reflexões já realizadas nesta pesquisa sobre o papel que o Estado assume diante das demandas do povo, não podendo este ser reduzido à intencionalidade de uma determinada equipe de ‘boa vontade’ que assume o gerenciamento da *interface* entre técnicos e famílias assentadas, pois mesmo que aparentemente ela exista, os sujeitos que constituem o Estado dificilmente poderão, através dessa instituição, superar a função de controle e comando que os distanciam da organização do povo. Neste sentido Gramsci adverte que

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os ‘intelectuais’ são ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante da vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; e 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído em favor de toda sociedade para previsão de momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p.21).

A partir dessa referência é que devemos, enquanto intelectuais, refletir no âmbito do como fazer o trabalho mediado pelas correlações de força entre Estado e MST, pois, ingenuamente ou não, o debate sobre as atribuições do técnico no contexto da administração pública, bem como no interior das prestadoras de serviço e seus intelectuais, não perpassa a questão essencial da matriz ideológica que

caracteriza o Estado como comitê gestor da intencionalidade da burguesia⁵⁶, o que também se apresenta como pano de fundo da resistência de alguns servidores do INCRA para com uma proposta como o PAC e ainda se afirma nas reflexões do técnico do INCRA, quando questionado sobre a interferência da intencionalidade histórica do Estado para com o povo organizado, relatando este:

[...] não acho que o Estado é antagônico aos assentamentos. Por que quem coloca o sujeito na terra, quem financia a produção é o INCRA, quem coloca assistência técnica também é o INCRA. Então não vejo o Estado como antagônico, se é, temos problemas nos diálogos entre o Estado e os assentamentos. As regras do INCRA são claras, tem um contrato que é claro, mas eles querem mais, querem pegar o dinheiro e não pagar, querem ter terra e arrendar. E na verdade é que o INCRA deve cobrar sim. E isso pode ser o antagônico, mas não penso que seja isso, o técnico social deve ser um mediador disso (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Qual o limite dessa compreensão? Primeiro, no contexto de um Estado que, em linhas gerais, representa a força do povo no poder – afinal a regência aparente é do Partido dos Trabalhadores (PT) – é complexa a análise de intencionalidade desse governo⁵⁷. Segundo, o limite da compreensão individual do técnico, descolada da totalidade da instituição que ele representa, é o que se articula à fragilidade de uma análise quantitativa, de forma positivista, na qual se desconsideram os fatores qualitativos que traduzem os índices sistematizados pelo governo, afirmativa que podemos avaliar na lógica da própria pesquisa realizada pelo INCRA sobre a avaliação da qualidade dos assentamentos, anunciada anteriormente, na qual se verifica uma sistematização da conjuntura assentada na aparência dos resultados quantitativos, na dualidade de uma leitura que indica o desenvolvimento do projeto de reforma agrária do Estado sobre as categorias ‘antes e depois’ da vida das famílias assentadas. Isso ainda se justifica nas próprias reflexões do técnico do INCRA (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011) quando aponta que “o grande potencializador dos assentamentos é a assistência técnica, mas o INCRA só se preocupa com a infraestrutura, ele é um órgão de engenharia com o lema: nós vamos construir e nós vamos executar.”

⁵⁶ Ainda sobre essa referência, situamos as reflexões de ex-funcionário do INCRA, Jacob (MATTZA, 2006, p.57): “O INCRA depende de uma política governamental consistente contra o latifúndio e os Movimentos Sociais pela Terra dependem do aval da sociedade para avançar em sua estratégia de luta. Entretanto, ambas as bandeiras tremulam contra as desigualdades sociais, e ambas incomodam aqueles que se locupletam e se ufanam em privilégios feudais. O INCRA e os Movimentos Sociais pela Terra, a meu ver, são as sementes que hão de frutificar vigorosamente se a política da reforma agrária se fizer verdadeiramente eficaz, e se, principalmente, a dinâmica institucional do INCRA prevalecer contra a violência no campo.”

⁵⁷ Para maior aprofundamento sobre essa análise ver SADER, Emir. A nova Toupeira: os caminhos da esquerda Latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

Reforça-se essa compreensão também ao adentrarmos no quesito metodologia/método, em diálogo com o técnico do INCRA, momento em que o mesmo registra:

[...] em relação a metodologia o INCRA não sabe cobrar em nenhum campo, nem no produtivo que dirá no social. Mas, se no campo produtivo o INCRA não sabe o que fazer, imagina a situação com os técnicos na área social. Sobre o técnico social, no projeto básico a gente esperava que a sua função fosse construída com o povo do campo, e essa questão passou por várias salas aqui dentro, mas a construção foi a nível inicial. Se o povo do campo está construindo alguma proposta, não chegou aos nossos ouvidos e acho que não estão, porque a cada ano temos menos exigência no processo de contratação deste serviço (TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 2011).

Qual o abismo desse processo? Afirma-se explicitamente nas reflexões dos sujeitos desta pesquisa o princípio da proposição do diálogo entre povo organizado e os técnicos do cotidiano da reforma agrária como centralidade no processo de superação de suas contradições para a realização do trabalho, sendo essa uma das categorias para garantia de qualidade de assistência técnica, mas a proposição da possibilidade do estabelecimento do diálogo entre o INCRA e as famílias significa desconsiderar o próprio movimento histórico que condiciona as relações entre os pólos da contradição geral.

Tal compreensão também constitui os elementos que sustentam a afirmativa sobre o desconhecimento das propostas de atribuições/trabalho oriundas das reflexões realizadas pelas comunidades de assentados, mesmo que elas se apresentem em âmbito desorganizado. Ainda, sinaliza-se que se o Estado não sabe trabalhar direto com os técnicos, que são em primeira instância seus prestadores de serviço, como desenvolver a habilidade de trabalhar direto com as famílias, quando em sua prática essa função se fragiliza na ação que desconsidera as necessidades delas no comando de suas atribuições?

Ainda sobre essas relações entre Estado, técnico e famílias, o técnico social anuncia que

[...] quando o técnico não tem clareza do seu papel, ele acaba assumindo outras demandas que não são dele e deixa de fazer as mediações que são necessárias para o desenvolvimento dos assentamentos. Também, assumimos a relação de empregado temporário do Estado, que nos condiciona a estabelecer outras relações de trabalho, pautadas na instabilidade financeira, na autonomia relativa etc. (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Para além dessa problemática de indefinição metodológica, na reflexão do técnico, ainda percebemos o anúncio sobre a fragilidade dos debates dos técnicos junto ao órgão financiador, pois na materialidade das relações são estes que assumem ou não o espaço de mediação entre as proposições do Poder Público e as reais necessidades das famílias beneficiadas, sendo essas proposições contempladas ou não em seu planejamento de trabalho. Essa atribuição não se encontra definida em nenhum documento, mas é possível de ser evidenciada na prática desses sujeitos, tanto na negação das necessidades das famílias quanto na ausência dessa consciência na elaboração dos relatórios de trabalho ou no silenciamento frente às práticas de desmobilização da organização do povo por parte do Estado.

Nesse contexto, para a equipe de direção do assentamento, sobre o cotidiano atual do técnico social, a rotina de trabalho se diferencia do que se tinha nas experiências anteriores, sendo que antes o técnico fazia parte da comunidade, era sujeito no coletivo, e se responsabilizava pelo trabalho. A direção compreende que

[...] havia na relação do PAC um diferencial, as pessoas estavam aqui dentro, faziam parte, hoje é alguém que vem de fora [...] às vezes o que ele esta preparado para fazer é a meta posta para ele, é cada tempo fazer uma visita e vê se esta bem, responder um questionário, organizar uma reunião do clube de mães é isso e ponto. Era essa a meta posta para o técnico, e ele respondeu aquilo. O que eu acredito com certeza que hoje não poderia se ver isso como trabalho de extensão rural de um técnico social nem de um técnico da área produtiva (DIRIGENTE A, 2011).

[...] no PAC a dinâmica era outra, o técnico tinha convivência, ele teve condições de apalpar e conhecer os problemas que se tinha, então a partir daí tu cria um cronograma de trabalho e começa a propor e participar no/do desenvolvimento do assentamento e das famílias. Então a dinâmica é outra. Eu acho que nesse período se conseguiu ter evoluções no assentamento por ter condições dos técnicos que participavam aqui, por ter um olhar diferenciado, por ter uma convivência no assentamento, e aí a partir daí se abre as possibilidades de trabalho dentro do assentamento (DIRIGENTE B, 2011).

A partir desses relatos evidencia-se outra contradição, pois enquanto o Estado acredita que no delimitar das atribuições e metas a serem cumpridas o técnico social dará conta da superação das situações limites dos assentamentos, as famílias assentadas afirmam que somente quando esse sujeito se compreender na lógica estrutural e cotidiana da comunidade assentada poderá passar a contribuir no projeto de desenvolvimento pensado e materializado pelo povo organizado. Assim, não é nem o Estado nem o técnico quem define as demandas do seu trabalho, mas é o técnico que organiza as demandas do povo, na correlação de forças com o

Estado, a partir das possibilidades que se apresentam dentro dos assentamentos, e é então que esse coletivo vai desenhar as estratégias de ação a serem desenvolvidas pelos sujeitos do assentamento.

Encontra-se aí a não-diretividade da ‘mão’ do Estado, como também se anunciam as possibilidades de triunfo do projeto do povo para a assistência técnica. Claro que não se desconsideram, nessa afirmativa, os limites já citados anteriormente pelo próprio histórico dos programas de ATER e pelas famílias assentadas, mas também é nas reflexões dessas famílias que podemos anunciar a necessidade de repensar as alternativas sobre as reais possibilidades de trabalho neste novo contexto, pois, ao refletir sobre a existência de contribuição técnica pontual no interior do assentamento, o Dirigente A (2011) avalia que

[...] hoje tem muitas pessoas que vêm de fora e vêm há cinco ou há dez anos, e têm uma relação de convivência de solução dos nossos problemas, de outras áreas produtivas que se interliga com o social, e tu tem uma relação com elas, por que elas acabam fazendo parte, ajudando a intervir na nossa organização e na nossa produção.

Adentrando neste relato nos questionamos: Quem são esses profissionais? Que categorias se apresentam na atuação desse trabalho que permitem uma relação pontual e efetiva no contexto dos assentamentos da reforma agrária? O que nos é possível afirmar, a partir das entrevistas, é que se encontra no cotidiano dos assentamentos uma seleção de técnicos em cujo trabalho firma-se uma atuação histórica junto às demandas do povo e que não se encontram na condição de intelectuais funcionários do Estado, pelo menos na visão dessas famílias. Isso também se verifica nas reflexões do técnico social ao referir-se sobre as diferenças nas relações que as famílias travam com os ‘amigos do MST’ e os técnicos do MST, afirmando este que:

Quando se é amigo do MST as relações são outras, são maravilhosas, principalmente quando as contribuições são pontuais, pois as famílias parecem não questionar o trabalho, e por isso credibilizam a atividade. Mas, quando se está dentro, quando se é técnico no cotidiano, as famílias apresentam uma avaliação bem fechada sobre as possibilidades de trabalho do técnico social e desconsideram as possibilidades de qualificação do técnico (TÉCNICO SOCIAL, 2011).

Essa afirmativa se articula coerentemente à simpatia presente nas reflexões da direção do assentamento na entrevista coletiva (2011). Assim, quando o Dirigente A se refere à presença dessas pessoas no interior do assentamento, ele se refere a sujeitos que trabalham sob as mais diferentes áreas do conhecimento e que se

encontram vinculados a instituições, como universidades federais, centros de pesquisa e ONGs, bem como a estruturas de prestação de serviço autônomo. Estando estes sujeitos, envolvidos no contexto do projeto socioeconômico e político que enraíza a luta dessa comunidade e que objetiva a emancipação do povo – a emancipação da classe trabalhadora – como horizonte que articula e une os sujeitos na historicidade do comprometimento com o desenvolvimento humano.

Nessa proposta, indiferente das condições do ambiente em que se materialize o trabalho, tanto no campo quanto na cidade, ele se constitui por categorias que ultrapassam as dinâmicas espaciais que condicionam a conjuntura local da organização do povo, materializando-se no movimento histórico das possibilidades de organização dos sujeitos responsáveis pelo processo de intervenção e transformação da realidade vivida. Nessas relações o diferencial situa-se essencialmente na leitura de mundo do coletivo e na capacidade dele de aprimorar-se a partir de um intenso trabalho de ação-reflexão-ação.

Isso exige postura política, compreensão de classe, intencionalidade utópica, tanto por parte do técnico quanto por parte da comunidade, a ponto de as práticas de trabalho se potencializarem, na medida em que todos forem se compreendendo na mesma diretividade, no mesmo projeto, de forma que as ações se desenvolvam num processo de fortalecimento desse projeto do/no assentamento. Nessas relações, as categorias de vivência, confiança e afetividade, referidas anteriormente, se encontram no fazer do cotidiano e indicam que o horizonte não se materializa na intenção de participação do técnico na comunidade, mas, sim, na percepção da comunidade sobre a prática social do técnico. A partir dessa compreensão, essas categorias apresentam-se como resultados e não como ponto de partida do trabalho.

Nessa premissa os assentados afirmam que a realização de metas não se sustenta quando elas são unilateralmente organizadas e conseqüentemente condicionadas a uma avaliação sob a ótica quantitativa, pois em seu projeto de vida a análise central situa-se na qualidade da ação realizada, o que passa, necessariamente, pela possibilidade dessa ação estar ou não articulada ao projeto agroecológico que sustenta a organicidade dos coletivos assentados, conforme refletido no capítulo anterior.

Assim, é possível neste trabalho afirmar que um técnico social que não se compreenda capaz de superar os limites do contexto histórico dos condicionamentos resultantes desse modelo societário capitalista e dependente, assumindo junto às

famílias assentadas a luta pela concretização de um projeto de reforma agrária, pautada na humanização dos sujeitos que constituem a realidade camponesa, terá dificuldade em desenvolver sua prática enquanto técnico social nos assentamentos.

Ainda sobre o projeto do povo, para a assistência técnica é importante que se compreenda a fragilidade de registros teóricos sobre ele, mas isso não invalida a existência do mesmo, ficando evidente em nossas análises que as famílias assentadas sabem do que precisam e, mais do que nunca, necessitam de técnicos capazes de potencializar as articulações desse projeto. Tal afirmativa também está presente na entrevista do técnico social ao refletir que “O MST sabe qual nosso papel no desenvolvimento de seu projeto de reforma agrária. O problema encontra-se no fato de que eles não apostam na gente como sujeitos nessa e dessa construção” (TÉCNICO SOCIAL, 2011). Essa realidade justifica a necessidade de avançarmos, no próximo capítulo no esforço de sistematizar as reflexões a respeito das atribuições/trabalho do técnico social como educador nos processos de desenvolvimento humano vivenciados junto às famílias assentadas, sobre a compreensão de ampliarmos os anúncios realizados até o presente momento.

3 O CULTIVO DA EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO HORIZONTE DO TRABALHO TÉCNICO

Estabelecidas no capítulo anterior as contradições que engendram o trabalho social, neste capítulo o desafio reflexivo situa-se no processo de aprimoramento sobre as categorias que sustentam o horizonte filosófico e político do trabalho do técnico social, na realidade dos assentamentos da reforma agrária, objetivando o aprofundamento da estrutura teórica/prática, que se encontra alicerçada na proposição desse técnico como um educador nos processos de resistência e de luta dos camponeses contra a lógica do capital. Com esta intencionalidade, o movimento das reflexões a seguir desenvolve-se na prerrogativa de: 1) situar a categoria central que une os sujeitos do/no campo; 2) desmistificar as categorias metodologia/método no processo dialógico entre as famílias assentadas e 3) anunciar a práxis social como elemento fundamental no processo de transformação dos espaços da reforma agrária.

3.1 A emancipação popular como categoria central no encontro entre os sujeitos do/no campo

Como já apresentamos nos capítulos anteriores, o trabalho da assistência técnica sempre objetiva o desenvolvimento das necessidades básicas, comprometido com as possibilidades de dignidade nas relações de existência humana, que em nosso foco de pesquisa significa o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural das famílias assentadas. Esse processo se apresenta inquestionável quando se contratam os conhecimentos técnicos para contribuição no cotidiano popular, mas cabe aqui aprofundarmos essa categoria 'desenvolvimento' e compreendê-la na complexidade do movimento do povo organizado, nas bases que motivam o encontro entre os sujeitos do campo,

enquanto sujeitos que lutam pela vida, no duro enfrentamento de relações que sustentam a ‘morte’.

Tais relações, como já apresentamos anteriormente, condicionam a sociedade, negam a historicidade dos sujeitos e os desumanizam. O povo, que constitui a classe trabalhadora, que reside na periferia do sistema capitalista, que constrói e reconstrói os falsos avanços dessa sociedade que exclui, aliena e explora, só encontra sentido no fazer e no pensar transformador se ele estiver articulado à novidade, a qual não se materializa na ausência da fé, da humildade, da amorosidade, da crença incondicional da possibilidade de resgate de sua humanização negada.

Daí que podemos encontrar a valorização do corpo em luta, do esforço do trabalho coletivo, do engrossar das trincheiras no campo, da resistência dos camponeses no processo de construção de um espaço diferenciado que se caracteriza pela produção agroecológica, que não se limite a uma relação de equilíbrio no manejo produtivo, mas que estabeleça um equilíbrio socioambiental, que busque uma relação do que historicamente constitui a categoria de emancipação humana (MARX, 1989) ou libertação popular (FREIRE, 1987).

Tais categorias carregam em sua raiz a transformação dessa sociedade, o rompimento com os processos que condicionam as possibilidades dos homens e das mulheres de se constituírem como seres humanos, de forma tal que o ser agricultor, o ser operário, o ser artesão, o ser empresário etc. já não constituirão os pontos de partida que engessam as relações sociais, a partir do que Marx (1989) vai apontar como a formação do ser genérico, do ser cidadão, do ser humano em toda a sua totalidade, a partir de um processo que Freire (1987) anuncia como a superação das contradições do opressor-oprimido no pensar e no agir dos homens e das mulheres.

Marx (1989) reflete sobre a necessidade de superarmos o processo histórico de emancipação política e enquanto classe trabalhadora comprometermo-nos com a materialização da emancipação humana. Qual a diferença?

A primeira compreende o amadurecimento da sociedade civil pautada em premissas e necessidades individuais, numa lógica de amadurecimento unilateral, que resulta na impossibilidade de formação de uma sociedade capaz de romper com a estrutura do capital e efetivamente se reorganizar num nível intelectual e prático, de forma que contemple outras relações entre homem e natureza.

Isto é, nas palavras de Marx (1989, p.14), “a diferença entre o homem religioso e o cidadão é a diferença entre o comerciante e o cidadão, entre o jornaleiro e o cidadão, entre o proprietário de terras e o cidadão, entre o indivíduo vivo e o cidadão”. Isso difere da emancipação humana, que compreende a totalidade de transformação dos homens/mulheres em seres genéricos, num movimento de resgate da comunidade, de forma que seja possível romper tanto com os elementos materiais (propriedade privada), quanto com os elementos espirituais (cultural e religioso) que sustentam a atual lógica da sociedade civil, consistindo na “[...] expressão da separação do homem da sua comunidade, de si mesmo e dos outros homens” (MARX, 1989, p.15).

O encontro da assistência técnica social com as famílias assentadas situa seu exato ponto de convergência entre os sujeitos que, para além do seu trabalho, compreendem-se numa mesma busca, sob um mesmo objetivo, a partir da mesma palavra a qual, segundo Freire (1987), não é neutra, como também pode ser outra, que não a palavra emanada pelo povo, constituída de som, de história, de teoria, de cultura e de utopia. É neste sentido, que a direção do assentamento, ao anunciar o trabalho do técnico, afirma:

[...] respeitando o tempo e o espaço de cada assentamento, tempo de organização, a forma de organização, estágio político de conhecimento das pessoas é que o técnico tem que se enquadrar no que ele vai fazer. É que as necessidades de contribuição geralmente vão ser diferentes de um grupo e de outro, mas, na verdade, eu acredito que ele tem que ser um fomentador da discussão do assentamento, e não o único responsável (o assentamento vai fazer se tocar de fazer), mas um fomentador da discussão tanto política como a discussão organizacional das famílias, desde a questão do lazer, e todas as outras questões. [...] A tarefa do técnico social é de ser fomentador, dos aspectos que às vezes a gente acaba não enxergando, eu acredito que acaba sendo um olhar de fora sobre os problemas que a gente convive, e muitas vezes você se acostuma com ele, e eles emperram o avanço. Então, eu acredito que o técnico social tem essa tarefa de ajudar a enxergar e ajudar a construir discussões e organização que ajudem a superar esses problemas ou pelo menos ajude a enxergá-los, então eu acredito que essa é a principal tarefa, por isso que as pessoas na verdade precisam conhecer quando vão trabalhar aqui, porque às vezes as nossas maiores necessidades não são as do vizinho ali (DIRIGENTE A, 2011).

A partir dessa reflexão, podemos encontrar o sentido e o caminho a ser seguido pelo técnico, quando o dirigente se refere a necessidades de cada coletivo assentado. Ele não questiona o horizonte que constitui a intencionalidade do MST, mas afirma que as comunidades assentadas encontram-se em diferentes estágios no processo de emancipação, indicando que uma das atribuições do técnico situa-se na capacidade de compreensão particular de cada cotidiano. Tal processo enraíza-

se no esforço de encontrar as situações limites que, segundo Freire (1987, p.94), “se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa senão adaptar-se.” E, nesse movimento, o técnico com o olhar de fora, capaz de fazer a síntese dessas contradições junto ao coletivo, estabelece um processo histórico de maturação da consciência do povo, construindo, assim, as condições necessárias para a superação das mesmas, articulando ao que Freire (1987) vai categorizar como inédito viável. E, para os assentamentos do MST, essa categoria se materializa nos passos que se direcionam para a emancipação popular, na libertação do povo, compreendendo-se na complexidade do antagonismo que sustenta esse movimento, no qual também indica o papel do técnico como organizador desse processo, se estiver consciente de que

a libertação desafia, de forma dialeticamente antagônica, oprimidos e opressores. Assim, enquanto é, para os primeiros, seu ‘inédito viável’, que precisam concretizar, se constitui, para os segundos, como ‘situação limite’, que necessitam evitar (FREIRE, 1987, p.94).

Esse movimento está articulado à superação da emancipação política, que se consolida na conquista dos direitos dos homens, que nesta pesquisa situa e justifica a formação dos assentamentos. Não apenas pela distribuição de terras, mas também pela necessidade dos sujeitos se encontrarem organizados em comunidades. Os direitos políticos, segundo Marx (1989, p.22), “[...] só podem exercer-se quando se é membro de uma comunidade. O seu conteúdo é a participação na vida da comunidade, na vida política da comunidade, na vida do Estado.”

Para Marx (1989), ao considerarmos a garantia desses direitos do homem egoísta como uma possibilidade de associação humana, é necessária a compreensão de que assim se estabelece o acirrar da desigualdade social, acentuando-se a legalidade dos antagonismos que se geram na estrutura das relações do sistema vigente. Sob esse acirramento das desigualdades sociais é que se projeta o encontro do povo, na busca pela contra-hegemonia, no caminhar rumo ao ser genérico e na possibilidade de construir as condições necessárias para a emancipação humana.

Na análise em questão, o autor faz a crítica sobre as proposições de emancipação judaica, fundamentando que essa se limita apenas aos interesses dos

judeus, a contraponto da amplitude que consiste a necessidade de emancipação da sociedade do real antagonismo político que se estabelece na ordem social capitalista, ou seja, o “sistema econômico que sustenta a prática de escravidão do poder político submisso ao poder do dinheiro” (MARX, 1989, p.35). Esse poder não encontra a humanidade em sua força motriz, mas estabelece o egoísmo e o individualismo como necessidade prática entre os seres humanos.

Assim, se compreende em Marx que

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico, e quando estiver reconhecido e organizado as suas próprias forças, como forças sociais de maneira a nunca mais separar de si, esta força social como força política (MARX, 1989, p.30).

A partir dessa compressão afirma-se que a emancipação popular não se limita à emancipação da classe trabalhadora, mas compromete-se com a emancipação da sociedade humana, essência que estabelece a raiz da emancipação popular como via contra-hegemônica, em um movimento que desarticula os interesses individuais articulando os interesses da humanidade. Tal processo é indicado como o caminho para emancipação humana, que não poderá se estabelecer de outra forma que não seja por meio da transformação dos seres humanos de objetos a sujeitos sociais. Esse fenômeno se viabiliza na criticidade do *quefazer* social, a partir de uma práxis política e coletiva, sendo essa capaz de aprimorar historicamente a leitura de mundo de cada trabalhador.

Partindo desse princípio é que, no cotidiano do MST, a emancipação se realiza em dois espaços: no âmbito das ações de denúncia da desigualdade social (luta) e nas ações educacionais reflexivas, que se projetam num processo de princípios e relações os quais se estabelecem na práxis cotidiana da organização da classe trabalhadora, sob a necessidade de romper com as vicissitudes que se ‘cristalizam’ na formação do povo desumanizado.

Nesse contexto, a emancipação popular se constitui num movimento educativo e dialógico por assim compreender toda práxis de transformação histórica. A reflexão sobre formação humana na comunidade assentada, a partir de uma perspectiva efetivamente emancipatória, vincula-se à problematização sobre as categorias que engendram a produção da vida da classe trabalhadora em todas as dimensões na sociedade capitalista, construindo, assim, elementos intelectuais e práticos para o desenvolvimento de um projeto de produção da existência

camponesa que não se sustenta na exploração da natureza e na segmentação do trabalho, mas que se fortalece na consciência das famílias, enquanto sujeitos de uma mesma condição: ser humano, e não ser objeto. Seres reflexivos, sujeitos de uma ação coletiva que compreende uma proposta de transformação do *status quo*⁵⁸.

Parte-se, então, da complexidade de homens e mulheres que, ao se situarem no mundo, se encontram enquanto força de mudança, com qualidades que se diferenciam no contexto histórico, no qual tempo e espaço se configuram como historicidade de conhecimentos e experiências que se desvelam e se completam na relação cotidiana.

Entrelaçado nesse refletir, o desenvolvimento econômico é um fator de análise intrínseco no trabalho do técnico social e como anuncia o Dirigente B (2011): “[...] tu só vive se tiver produção para manter essa vida”. Tal afirmativa evidencia a complexidade da formação de sujeitos genéricos, que ainda se percebem na luta pela garantia de sanar as necessidades condicionadas pela estrutura biológica que constituem o sustento da existência humana. Isso desencadeia uma contradição existente nos assentamentos, pois o econômico resulta na garantia do alimento, da vestimenta, da casa e da reprodução humana, mas, também, o econômico configura uma realidade ilusória estabelecida num contexto de ordem global e produtiva, situando, assim, a força do capital em articular e desarticular a classe trabalhadora.

Logo, o papel de organização que deve ser assumido pelo técnico social perde o sentido revolucionário se o trabalho limitar-se ao desenvolvimento econômico dos assentamentos, pois a transformação das relações humanas significa transformar a complexidade das questões ambientais e cultural, sem dissociar-se do político e do econômico, que acabam por delimitar enraizamentos que se correlacionam ao contexto global. Essa engrenagem condiciona os sujeitos às relações do capital em que, segundo Fernandes,

A hegemonia cultural da burguesia tende a se universalizar. Isso torna mais difícil esclarecer muitas questões. Horizonte intelectual burguês penetra – através da educação, da aculturação e do inculcamento, das influências da televisão, da imprensa, do rádio e das instituições-chaves da ordem – todas as sociedades capitalistas do centro e da periferia. O universo mental burguês se consolida, enquanto outros universos mentais – como o dos

⁵⁸ O *status quo* sustenta uma sociedade que, segundo Marx e Engels (1978, p. 94), é “[...] A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, [a qual] não aboliu os antagonismos de classe. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. [...] No entanto, a época da burguesia possui uma característica: simplificou os antagonismos de classe. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam - a burguesia e o proletariado.”

operários e seus aliados orgânicos – se enfraquecem. Por isso, decreta-se ‘o fim’ da história, das ideologias e, naturalmente, também o das utopias, como se a civilização capitalista estivesse no clímax de sua evolução e suprimisse tanto outras civilizações contemporâneas quanto às alternativas de mudanças progressivas e revolucionárias postas pela própria civilização capitalista (FERNANDES, 2006, p.396).

Esse cenário também se apresenta no contexto dos assentamentos da reforma agrária, mas, em contraponto a hegemonia cultural, também se ratifica, nesse mesmo contexto, a historicidade humana em sua busca ontológica pelo ‘*ser mais*’, responsável pelo surgir do movimento histórico organizativo do povo. Ao se encontrarem uns com os outros, em sua negação humana resultante do condicionamento mercantil, buscam o fortalecimento da ideologia e da utopia de mudança. Materializam-se nesses espaços alternativas concretas de enfrentamento ao condicionamento das relações de exploração e exclusão do capital, que se inicia nos acampamentos e que toma novas configurações sob a reorganização dos oprimidos quando já assentados, a partir de um movimento em que, ao identificarem os vícios do opressor em si, comprometem-se com uma nova organicidade, de forma que essa potencialize a libertação de si, ao mesmo tempo em que busca libertar a humanidade.

3.2 O técnico social e a polarização metodológica: um desafio coletivo na construção teórica/prática do trabalho social

Assim, como já refletimos anteriormente, todo trabalho comprometido com a emancipação dos sujeitos que constituem a comunidade assentada não se viabiliza sob uma proposta para o camponês, mas, necessariamente se desenvolve no pensar e no fazer do e com o povo do campo. Nas análises sobre as considerações acerca do método de trabalho do técnico social, segundo as famílias que responderam o questionário (ver apêndice 01), o método de formação da organização do povo consiste na retomada da proposta educativa que os levou a assumir a luta. Assim, anunciam as famílias nas respostas ao questionário semiestruturado, que “o técnico chega, se apresenta, fica nas casas - para conhecer a realidade das famílias. Vai para os grupos - para compreender a forma que a gente se organiza. Levanta as demandas e junto com o grupo organiza as prioridades do trabalho. Depois se afasta e busca encontrar o que o a gente ainda não viu. Encontra o problema e coloca para o grupo, mesmo que no momento para as famílias a proposta pareça distante da compreensão.”

Ainda sobre a centralidade do método de trabalho no processo de análise da entrevista coletiva, com a direção do assentamento, se compreende que

[...] no método tem que estar inserido a pesquisa dos problemas para aparecer às demandas, e se colocar as metas, porque para fazer qualquer coisa tem que ter metas, que vão ser desenvolvidas durante o período. A partir disso, o método e o preparo do técnico para fazer isso é fundamental, porque escrever é fácil, e até dizer o método, mas se o técnico não tiver preparo - ele tá lidando com pessoas, se ele não souber como fazer isso ele não vai demandar coisas possíveis de serem feitas, nem fazer a pesquisa no assentamento, por que ele não vai responder à articulação necessária para solucionar os problemas (DIRIGENTE A, 2011).

A partir dessas palavras é que se anuncia o entendimento de método por parte das famílias assentadas e que, resgatando a historicidade registrada nos capítulos anteriores, o método a que esses assentados se referem compreende-se nas estratégias do trabalho popular, que estabelece o movimento das proposições e intervenções junto à comunidade de trabalho. Esse movimento se enraíza na compreensão de metodologia como a “[...] coerência com que se devem articular os objetivos a alcançar, os métodos, os procedimentos e as técnicas ou instrumentos utilizados em relação ao marco teórico que dá origem aos objetivos buscados” (HURTADO, 1993 *apud* PALUDO, 2010, p.264).

Por ser coerente com o processo de emancipação popular, o técnico social deve se compreender como agente articulador e educador no contexto da comunidade, com a clareza de que sua função não o coloca como autoridade da ação transformadora, mas o desafia enquanto sujeito no processo de problematização da ação das famílias que se articula à subjetividade/objetividade das mesmas, mediada pela realidade dentro e fora do assentamento. Nesse sentido, Freire (1983, p. 28) diz que

no momento em que um assistente social [...], se reconhece como ‘agente da mudança’, dificilmente perceberá essa obviedade: que, se seu empenho é realmente educativo libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele.

Freire nos apresenta, em seu livro *Comunicação e Extensão* (1983) elementos de análise para compreendermos a posição dos assentados sobre a possibilidade de desenvolvimento do trabalho do técnico social nas condições de preparo técnico, como na fala do Dirigente A (2011): “[...] se ele não souber como fazer isso ele não vai demandar coisas possíveis de ser feita, nem fazer a pesquisa

no assentamento”. Nesse processo se articula a clara compreensão de que o trabalho desse técnico não é só dele, mas, sim, de todas as famílias assentadas.

Partimos dessas afirmativas para refletirmos sobre a importância de rompermos com a polaridade metodológica no trabalho desse profissional, pois as estratégias poderão ser desenvolvidas de acordo com o terreno e as necessidades particulares de cada coletivo, mas, como já dito anteriormente, toda ação/reflexão deverá ser, necessariamente, coerente com a objetividade da luta dos trabalhadores camponeses.

Isso exige o rompimento com a compreensão do trabalho na perspectiva de extensão. Vale lembrar que, para Freire, extensão “indica um processo associado à manipulação, exercido com práticas de transmissão ou doação messiânica de saberes, incluindo a persuasão de populações à aceitação de propagandas” (FREIRE, 1983, p.13), o que se apresenta contrário à perspectiva de comunicação, pois ao anunciá-la como efetivamente um ato educativo, no qual só é verdadeiro quando encarna a busca permanente de seu ser que fazem os homens, uns com os outros no mundo em que e com que estão, mais nos desafiamos ao desenvolvimento das ações técnicas, sob o princípio de romper com a historicidade das ações de ‘domesticação’ (FREIRE, 1983).

Isso nos possibilita afirmar que o trabalho do técnico social abrange a perspectiva da Educação Popular quando se compromete com o rompimento das condições de alienação, exploração e marginalização da classe trabalhadora, estabelecendo como princípio fundamental o desvelamento da realidade social e o amadurecimento crítico da leitura de mundo dos camponeses. Tais articulações, segundo os dirigentes, representam a essência do trabalho do técnico social, que se traduz na linguagem do povo como trabalho de consciência.

[...] Esse trabalho de consciência é o trabalho de mais demanda, de preparo do técnico, porque ele só vai trabalhar esse meio, a partir do momento que ele conhece a comunidade que ele está inserido nela, e a partir daí tem condições de fomentar o conhecimento do povo, no resgate da cultura e do conhecimento daquele povo. Talvez um caminho é descobrir a cultura do povo, no nosso caso, que viemos de mais de 30 região diferentes, cada um vem com uma cultura diferente, e é por isso que é difícil criar uma cultura só aqui na região. Cada um gosta de uma coisa e é pouca coisa que várias pessoas gostam junto. Por exemplo: cada um gosta de um esporte diferente, e tu não pode seguir só um. Então, é importante o técnico conhecer e a partir daí ele conhece as culturas diferenciadas, ele vai conseguir, trabalhando essas culturas e criando um sistema de vida e criando uma outra cultura. Mais cedo ou mais tarde essa comunidade vai criar uma nova cultura: a sua identidade, porque ela vai agregar todas que existem e criará outra cultura e a participação do técnico social é importante

nesse processo para que consiga com que essa integração chegue mais rápido (DIRIGENTE B, 2011).

A partir dessa reflexão é possível afirmar a essência do trabalho social, que se pauta na intencionalidade crítica da construção de uma nova sociedade ou, nas palavras do Dirigente B, “na construção de uma nova cultura – a sua identidade”. Essa cultura não é a do latifundiário, mas, sim, a cultura do povo organizado, que por ser excluído e marginalizado, desafia-se nos assentamentos à reorganização da cultura camponesa, passando através da luta a reencontrarem-se como sujeitos de sua humanização no cotidiano dos assentados.

Ainda, sobre as reflexões apresentadas por esse dirigente, situa-se o papel de organizador do técnico social nesse processo, isso porque, como já refletido anteriormente, nem Estado nem técnico mudam a realidade assentada se a mudança não for assumida pelas famílias, pelos sujeitos que projetam e desenvolvem o assentamento. Daí que a objetividade da ação de mediação do técnico situa-se na maturação das reflexões sobre a realidade do ambiente de trabalho, por meio da práxis que se desenvolve através do diálogo, que é um instrumento que, a partir de uma reflexão freireana (FREIRE, 1987; 1983), só acontece na ‘humildade’ da compreensão de que somos seres inconclusos e por isso em constante processo de aprendizagem; no movimento que se fortalece na ‘esperança’ de uma nova ordem produtiva; na ‘fé’ de que essa somente poderá ser construída por aqueles que vivenciam a desumanização do trabalho, no seu mais alto grau de expropriação da vitalidade humana: a força de trabalho. Sob essas premissas é que se articula a força motriz do diálogo na amorosidade, sentimento que se materializa na capacidade de resistência contra-hegemônica, na coerência entre discurso e prática social e no compromisso que cada sujeito assume quando se encontra criticamente no e com o mundo.

Tais elementos de constituição teórica/prática se articulam como ferramentas de fundamental importância para a viabilidade de um trabalho capaz de superar as possíveis contradições no desenvolvimento da luta e na constituição dos assentamentos como espaços de resistência à lógica do modo de produção do capital, possibilitando ao profissional da área técnica, social ou produtiva a compreensão de que

[...] é normal o povo se acomodar. Comodismo, nesta sociedade, é do ser humano. Então o trabalho é de tirar a pessoa individualmente ou a comunidade daquele comodismo, daquela estagnação que ela se colocou

achando que chegou no ponto que se queria. É um trabalho que tem que se fazer, fomentar a consciência, a organização, no sentido que a pessoa vá evoluindo enquanto ser humano. Essa é a tarefa importante e a mais difícil. [...] As vezes tu vai ver isso só com o tempo. Tu não mede. Mas o importante é que tu faz. Por isso, a importância do acesso ao lazer e às questões culturais, que hoje é tão difícil o acesso, e quando se tem é pouco e/ou deturpada. É preciso que as famílias reflitam sobre o que está acontecendo. Sobre a história do lugar e do mundo onde eu moro. As famílias precisam refletir sobre coisas que são importantes para se conhecerem e se localizarem, porque sem isso, acabam ficando perdidas (DIRIGENTE A, 2011).

Essa compreensão sobre as possibilidades de comodismo, conforme expresso pelo Dirigente A, articula-se à própria proposição de método compreendido pela comunidade, o que expressa conjuntamente a necessidade de se trabalhar a partir do que a comunidade entende como processo de 'evolução humana', situando que, mesmo diante de uma possível 'acomodação' das famílias, em determinado tempo histórico, não será a submissão das mesmas a uma lógica de trabalho pautado em práticas assistencialistas que satisfará o povo organizado. Daí que é possível compreender o fato de que as famílias que responderam ao questionário desta pesquisa (ver apêndice 01) apontam os limites do trabalho do técnico social em dois aspectos: resistência da comunidade ao trabalho do técnico social (42% das famílias) e metodologia/método do trabalho (24% das famílias).

Sobre esses dados e ainda articulando às reflexões realizadas anteriormente no item 3.1 desta pesquisa é que os conceitos de antidiálogo, de falsa esperança, de sectarismo, de manipulação, que compreendem as múltiplas recorrências das ações assistencialistas que, historicamente, são realizadas junto às comunidades, já não se sustentam mais.

Tal realidade acaba por ratificar a necessidade de aprofundamento e qualificação de propostas que se fundamentam nas bases da organização popular que, tendo como critério de verdade a prática social, desenvolvem o método de transformação das situações-limites que os acorrentam aos condicionamentos da desumanização e que movimenta as categorias de construção do conhecimento sob as bases da Dialética Materialista e Histórica.

[...] é importante enfatizar que a dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa 'doutrina' ou numa espécie de *suma teológica*. Não pode constituir-se numa camisa-de-força fundada sob categorias gerais não historicizadas. Para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente (FRIGOTTO, 2000, p. 73).

Isso estabelece a unidade do trabalho com as comunidades numa complexa coerência entre postura política, método de construção do conhecimento e práxis transformadora da realidade (FRIGOTTO, 2000).

As categorias citadas por Frigotto (2000) se situam no movimento histórico, encontrando sentido prático na totalidade global das relações humanas que, no caso do objeto de estudo, ultrapassa as relações diretas de produção de existência camponesa e alcança as relações de produção da existência global. A negação dessa realidade desencadeia uma proposta de trabalho que recai sobre o assistencialismo burguês que, intencionalmente, ao longo do desenvolvimento das relações sociais, constitui-se como o responsável pela diminuição dos impactos causados pela reprodução e adequação mecanicista da humanidade aos modelos sistêmicos estruturais, resultantes do fortalecimento dos processos de sustentação da exclusão, alienação e marginalização das massas populares.

Porém, ao comprometer-se com uma leitura de mundo crítica, capaz de denunciar as reais condições que constituem os antagonismos e contradições que permeiam o cotidiano de trabalho, assume-se uma posição intelectual de emancipação dos trabalhadores, estabelecendo, assim, a diretividade necessária para que as reflexões e ações coletivas se constituam como processos de superação das contradições que se apresentam na realidade, reorganizando o ambiente para além das cercas que, em nosso estudo, circundam os assentamentos do MST.

Essa diretividade amadurece na relação com o povo, com as organizações populares, ao passo que os sujeitos de intervenção se constroem coletivamente a partir de uma perspectiva freireana de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”⁵⁹ O movimento se apresenta importante no processo de aproximação entre os técnicos sociais e as famílias assentadas. A partir dessa perspectiva, o método de trabalho atinge uma dimensão educativa que, junto ao povo, estrutura-se num processo capaz de evidenciar a superar as contradições situadas nas problemáticas que circundam a proposição interventiva, possibilitando o planejamento e o

⁵⁹ A partir de uma concepção libertadora, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador ‘bancário’, supera também a falsa consciência do mundo (FREIRE, 1987, p.75).

desenvolvimento do mesmo a partir do encontro com o povo, superando a crítica que o Dirigente B faz ao trabalho técnico atual, afirmando que:

[...] Para se tentar resolver o problema, a assistência técnica desenvolve o planejamento do que vai ser executado. Daí a pergunta: quem que planeja para a assistência técnica? É quem está lá em cima. E fica outra pergunta: Mas, quem tem a demanda? Então se hoje quem é responsável pra fornecer essa assistência não olhar para a realidade de quem demanda, não vai ter condições de fazer um trabalho que vá gerar impacto e desenvolvimento, com nenhuma comunidade que seja! Nem de assentado, nem quilombola, nem pequeno agricultor etc. (DIRIGENTE B, 2011).

Na relação apresentada pelo dirigente, o coletivo não define o trabalho; logo, o trabalho não se objetiva na realidade assentada. Mas se a proposta for ao encontro do que vem sendo anunciado pelos dirigentes e pelas famílias, a lógica das relações muda, transformando a verticalidade autoritária contida nos planejamentos do trabalho técnico, num processo horizontal e coletivo, no qual se estabelece a mediação dialógica criadora, constituindo-se num intenso movimento prático/reflexivo, consolidando as categorias que sustentam a essência da perspectiva do método popular de prática-teoria-prática.

Assim, em poucas palavras, a intencionalidade que se estabelece na clareza do método de trabalho situa o princípio de toda historicidade das relações com as comunidades, estabelecendo um movimento dialógico capaz de consolidar um coletivo constituído pelos sujeitos da intervenção que se desafiam a compreender criticamente a realidade, num exercício de quantificar e qualificar as estratégias de ação que objetivam a consolidação de seu projeto de assentamento.

A partir daí é que o desenvolvimento do trabalho do técnico social não se materializa na ingenuidade das relações sociais, sendo necessário ao técnico, ao adentrar numa comunidade assentada, superar na complexidade teórica/prática as possibilidades de polarização metodológica, pois sob essa fragilidade a intencionalidade das estratégias de ação articula-se entre as possibilidades concretas de emancipação ou manipulação (assistencialismo) - extensão ou comunicação (FREIRE, 1983). Isso encaminha-nos a reflexões sobre a tomada de decisão política do profissional e de sua disciplina teórica, o que acarretará na competência reflexiva dele, sobre sua práxis social, que, como já dito anteriormente, enraíza-se no cotidiano do assentamento a partir de uma intencionalidade emancipatória.

Quadro 1- Quadro comparativo entre as categorias que constituem análise de desenvolvimento do método de trabalho junto às comunidades na proposição de ações de cunho manipulador ou emancipatório.

Intencionalidade	Coletivo	Dialogicidade	Estratégia de ação
Manipulação (manutenção da realidade)	Hierarquizado (relações de verticalização sobre a comunidade)	Impositiva (o pensar científico desconectado do <i>quefazer</i> coletivo)	Assistencialista (estratégias imediatistas e desarticuladas à realidade local)
Emancipação (transformação da realidade)	Horizontalizado (Igualdade de relações e protagonismo da comunidade)	Criativa (o <i>quefazer</i> coletivo cria o pensar científico)	Transformadora (estratégias de desvelamento da realidade local e potencialidade das possibilidades de intervenção da/pela comunidade)

Fonte: Quadro sistematizado por Thaís Saggiomo, a partir de Freire (1983; 1989)

A objetivação sobre a proposição do trabalho, a partir desse quadro, encaminha o pensar do técnico sobre o movimento da práxis popular no *quefazer* social cotidiano, na totalidade das possibilidades de mediação entre as ferramentas de intervenção técnica e científicas e as condições históricas que se estabelecem na subjetividade e objetividade local. Tal processo se materializa permeado pela gradativa complexidade do diálogo que amadurece e se torna instrumento criativo ao longo das relações entre os sujeitos que buscam, efetivamente, compreenderem-se como protagonistas de seus processos emancipatórios.

Assim, nesse processo, evidenciamos a não linearidade da práxis do técnico social, resultando no desenvolvimento de uma metodologia que se polariza entre as contradições do/no contexto de trabalho, o que permite afirmar a necessidade de compreensão, tanto por parte das famílias quanto do técnico, de que os sujeitos envolvidos nesses contextos também são/estão sujeitos à ideologia do sistema o qual combatem. Ainda, a situação objetiva interfere nos processos, como no caso do desenvolvimento dos planejamentos, o que ratifica a compreensão de que é na correlação de forças que o método se desenvolve.

Sendo assim, se de um lado cabe ao técnico social a definição política e metodológica do seu trabalho, do outro cabe às famílias assentadas tensionarem tanto o técnico quanto o Estado para que essa definição aconteça. Para tanto, faz-se

necessária a compreensão dos sujeitos que constituem o coletivo de trabalho sobre a consciência de que os processos emancipatórios são fenômenos permeados de contradições e que a disputa cotidiana entre os contrários, que situam a intencionalidade da direção da ação, em seu sentido emancipatório ou assistencialista, deverá garantir em seu ponto de partida o posicionamento crítico e, logo, caminhar rumo ao amadurecimento, no esforço prático e reflexivo, dos sujeitos que se encontram coletivamente na organização do povo.

3.3 A práxis social como eixo central no desenvolvimento das comunidades assentadas

Após toda proposição reflexiva realizada nesta pesquisa, a sustentação da práxis social como eixo central para o desenvolvimento dos assentamentos apresenta-se como um dos resultados dos diálogos tanto com as famílias quanto com a direção do assentamento no esforço de situar-se a partir de uma teoria coerente com a lógica filosófica, econômica e política, que compreendem esses espaços, encontrando nessa categoria de práxis social que, por compreender-se no cotidiano dos assentamentos do MST, não pode ter outra intencionalidade que não a revolucionária, sendo a síntese da totalidade do movimento que vem se desenhando em torno das atribuições/trabalho do técnico social a partir de uma centralidade educativa e organizativa.

Sob essa afirmativa é que articulamos a necessidade de evidenciar junto às três esferas que delimitam os sujeitos que constituem o objeto desta pesquisa – Estado, técnico e famílias assentadas - a radicalidade conceitual que engendra a categoria de práxis social revolucionária. Assim, o primeiro movimento é situá-la na coerência teórica deste trabalho, isso porque a práxis social atualmente é compreendida por muitas vertentes teóricas, o que nos instiga a estruturar nosso ponto de partida que reside na conceituação dela como uma categoria de análise histórica e social. Para Kosik (1976, p. 205),

no processo ontocriativo da práxis humana se baseiam as possibilidades de uma ontologia, isto é, de uma compreensão do ser. A criação da realidade (humanossocial) constitui o pressuposto da abertura e da compreensão da realidade em geral.

Na qualidade de um processo ontocriativo, exigência que se apresenta como conteúdo nas falas dos assentados, e como lacuna na compreensão do técnico do INCRA, pode-se afirmar que encontramos na práxis social a consistência de um

movimento capaz de construir conhecimentos que se fundam no *quefazer* social. Como esses conhecimentos são eminentemente oriundos do movimento das relações entre homens e mulheres e a natureza, seu ponto de partida não se sustenta na idealização da realidade, mas se intensifica no desvelamento dessa, exatamente como ela se apresenta no momento do agir e do pensar sobre a ação, de tal forma,

[...] em suas relações dialéticas com a realidade, que iremos discutir a educação como um processo constante de libertação dos homens. Educação que por isso mesmo não aceitará nem o homem isolado do mundo – criando este em sua consciência - nem tampouco o mundo sem o homem – in-capaz de transformá-lo (FREIRE, 1983, p. 50).

Esse princípio coloca a categoria de práxis social na centralidade do trabalho do técnico social como potencialidade do desenvolvimento dos assentamentos, uma vez que essa não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade (KOSIK, 1976). E, por assim se compreender, não se vulgariza na intencionalidade de toda e qualquer atividade humana, mas se origina na potencialidade criadora. Assim,

Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis [...]. Nesse amplo sentido, atividade opõe-se a passividade e sua esfera é a da efetividade, não a do meramente possível. Agente é o que age, o que atua e não o que tem apenas possibilidade ou disponibilidade de atuar ou agir. Sua atividade não é potencial, mas sim atual. Ocorre efetivamente sem que possa ser separada do ato ou conjunto de atos que a constituem. A atividade mostra, nas relações entre as partes e o todo, os traços de uma totalidade. Vários atos desarticulados ou justapostos casualmente não permitem falar de atividade, é preciso que os atos singulares se articulem ou estructurem, como elementos de um todo, ou de um processo total, que desemboca na modificação de uma matéria-prima (VÁZQUEZ 2007, p. 219).

A partir dessa conceituação é possível apontar possibilidade de superação das lacunas recorrentes no trabalho social pois, como dito anteriormente, a insatisfação das famílias assentadas consiste na ampla proposição de atividades desarticuladas às reais necessidades das mesmas e dos desencontros ideológicos entre os técnicos sociais e a lógica organizativa do MST, o que ainda se combina com a ‘apatia’ do Estado ou a não intencionalidade dele para com a efetivação de uma política pública que realmente responda ao projeto de reforma agrária que sustenta a luta dos camponeses organizados. Assim avançamos nas reflexões sobre as possibilidades de articulação deste trabalho a outra lógica organizativa, que compreende a realização de estratégias ou atos que

[...] não só são determinados casualmente por um estado anterior que se verificou efetivamente – determinação do passado pelo presente – mas também pelo que ainda não tem uma existência efetiva e que, no entanto,

determina e regula os diferentes atos antes de desembocar em um resultado real (VÁZQUEZ, 2007, p.220).

Esse movimento prático indica a necessária leitura sobre o histórico papel do Estado e dos condicionamentos resultantes da essência ideológica que fundamenta sua prática política, bem como a leitura sobre a historicidade de luta da própria comunidade assentada e sua totalidade na realidade do MST como sustentação crítica para o desenvolvimento da práxis coletiva nos assentamentos, situando neste exercício os condicionamentos do passado que determina as contradições do presente no coletivo de trabalho, como caminho investigativo, para o encontro das possibilidades de transformação do que ainda não tem uma existência efetiva, mas que já se apresenta como resultante de uma materialidade e regulada por diferentes acontecimentos passados.

Essa análise se articula ao esforço de rompimento com matrizes políticas ideológicas assumidas em práticas historicizadas no desenvolvimento dos modelos de produção da existência camponesa, o que também retoma o que Marx pontua como processo que se estabelece na constituição de práticas comprometidas com a busca pela humanização genérica dos homens e mulheres, como cidadãos, constituindo-se de forma compatível com os interesses reais e conscientes de uma organização da classe trabalhadora. Assim,

O progresso histórico se caracterizará, entre outras coisas, por uma superação dessa não-intencionalidade. Os homens que no passado produziram não-intencionalmente a escravidão, o feudalismo e o capitalismo se propõem hoje, conscientemente, à destruição das relações capitalistas de produção e a instauração do socialismo (VÁZQUEZ, 2007, p. 221).

Assim, mesmo que a compreensão sobre a realidade atual esteja condicionada aos limites do projeto desenvolvimentista do capital, que no campo se expressa no desenvolvimento do agronegócio e, por isso, apresente-se hegemonicamente uma única via de desenvolvimento para a produção da existência no campo – que consiste na opressão do povo para o aceite da lógica estrutural – cabe aqui o resgate histórico, no qual situa-se a lógica do trabalho contra-hegemônico fundamentado nas premissas da organização dos trabalhadores como a força motriz do movimento da classe trabalhadora, mesmo que aparentemente as condições objetivas impostas pelo sistema vigente acenem limites concretos para o desenvolvimento de uma proposta de trabalho do técnico social, enraizada na perspectiva categórica de práxis social revolucionária. Também, nos é possível

anunciar que, exatamente por ela se desenvolver no desvelamento da realidade, na ação de aprimoramento da leitura de mundo dos sujeitos, se apresenta como um elemento real entre as possibilidades de transformação e desenvolvimento tanto dos espaços que resultam da luta pela reforma agrária quanto dos sujeitos que nela se encontram enquanto força de mudança social.

Concluimos assim que o resgate dessa categoria na intencionalidade de direcionar a lógica do trabalho do técnico social não parte do abstrato teórico, mas articula-se ao movimento que engendra a própria luta do MST que na atualidade configura-se como um enfrentamento à determinação do passado-presente, tanto nas ações de denúncia e repúdio ao agronegócio como no fortalecimento do projeto de agroecologia (STEDILE, 2011). Essas ações se estabelecem na essência da práxis social, exatamente pelo movimento de rearticulação de um processo capaz de fortalecer e ampliar as possibilidades do encontro dos trabalhadores a partir da prática dos sujeitos que se posicionam conscientemente frente à realidade, sejam esses acampados, assentamentos, desempregados etc.

CONCLUSÕES

As considerações da análise final deste trabalho se apresentam sob a consciência de que a problemática do cotidiano do trabalho social nos assentamentos não se esgota nesta pesquisa. Assim, o movimento reflexivo realizado nesta pesquisa, com vistas a compreender que contradições existem no trabalho técnico social mediado pela correlação de forças entre Estado e MST, a partir da experiência vivenciada pelos sujeitos do assentamento Conquista da Liberdade, estrutura-se como instrumento contributivo para outras propostas investigativas.

Assim sendo, compreende-se que a questão agrária, na atualidade brasileira, constitui-se na lógica de dependência socioeconômica, política e cultural dos países desenvolvidos, permanecendo nas políticas de Estado o fomento da produção rural, sob o incentivo à monocultura da produção primária, condicionada aos interesses do capital globalizado. Assim, a análise do movimento histórico ratifica que do modelo agroexportador ao agronegócio, transformam-se as formas do manejo produtivo sem que se tenha alterado a centralidade de exploração da força de trabalho e da natureza nem da exclusão dos trabalhadores camponeses do campo.

Observa-se também que esse projeto de desenvolvimento rural se apresenta como o cerne da formação dos movimentos populares do campo, acirrando o estabelecimento da luta pela reforma agrária no país, conferindo ao Estado a garantia desse projeto que se antagoniza quanto aos interesses do campesinato e do grande empresariado que gerencia o agronegócio.

Ao adentrarmos na particularidade do estado do Rio Grande do Sul, observamos as raízes que condicionam o contexto da reforma agrária a nível nacional e ainda a particularidade dos enfrentamentos que foram travados pelo MST frente à reorganização do capital estrangeiro no pampa gaúcho – sob a lógica dos

desertos verdes. Tal processo apresenta a fragilidade dos assentamentos e consequentemente demanda a organização, bem como a assistência técnica, a proposição do trabalho pautado na criação de novas articulações sociais e produtivas, que se traduz em esforços de desenvolvimento do projeto de agroecologia como forma de resistência ao agronegócio.

Tal proposição acaba por encontrar-se no limite da municipalidade dos assentamentos, sendo que, no caso desta pesquisa, evidencia-se a realidade do município de Piratini, que desvela a ausência de uma política de reforma agrária articulada entre os poderes federais, estaduais e municipais, bem como o difícil acesso às políticas públicas que são de direito do trabalhador camponês, não só enquanto assentado, mas enquanto direto de todo pequeno agricultor brasileiro.

Na especificidade do assentamento Conquista da Liberdade compreende-se a luta de resistência desse coletivo, sob reais conquistas internas, tanto em nível de infraestrutura quanto de consciência coletiva e individual, avanços que não se encontram fora dos limites que se apresentam nas contradições socioeconômicas, políticas e culturais entre camponeses que se percebem no e com o mundo, no enfrentamento da luta pelo direito à vida no campo. Evidencia-se também que a superação da contradição que sustenta a luta dessas famílias não se materializa no atual modelo de desenvolvimento econômico e produtivo e que os problemas e contradições manifestados no processo de luta e de consolidação do assentamento, que conduzem à transformação da condição de camponeses excluídos da terra em assentados da reforma agrária, se constituem de fatores que necessitam ser desvelados junto ao coletivo como possibilidade de superação, tendo como eixo central o desenvolvimento da consciência coletiva na totalidade das relações que se particularizam na realidade das famílias.

No que se refere à particularidade das políticas públicas, evidenciamos um movimento desta como instrumento de avanço do desenvolvimento do capital e desarticulação dos camponeses organizados. Observa-se que a assistência técnica, da sua implementação no contexto de um desenvolvimento industrial dependente até o atual formato de política pública, apresenta-se como um projeto em disputa no contexto rural, que se articula entre a intencionalidade do Estado e dos movimentos organizados no campo. Nesse histórico, registra-se para pesquisas futuras a interrogativa: No contexto da questão agrária brasileira, as políticas públicas em

resposta à correlação de forças entre Estado e os movimentos sociais apresentam-se como conquistas ou concessões?

Ainda sobre a assistência técnica para os assentamentos, enquanto política do Estado ela apresenta um fator particular, pois, ao encontrarem-se efetivamente no cotidiano dos assentamentos, as equipes se constituem como uma esfera de possibilidades tanto de fortalecimento do projeto de reforma agrária outorgado pelo órgão financiador como a partir da convivência com as famílias assentadas apresentarem-se como intelectuais que se desafiam à transgressão dessa atribuição, assumindo politicamente o trabalho com base na gestão das famílias e da direção do assentamento.

Outro fator oriundo dessa análise situa-se na centralidade do papel do técnico social atuar como um educador e organizador no processo de desenvolvimento das comunidades assentadas, afirmativa que não deriva da elaboração ou intenção do Estado, mas que se materializa nas práticas da primeira experiência de assistência técnica gerenciada pela organização dos camponeses – sob a consolidação do Projeto Lumiar. Esse indicativo orienta a declaração de que a organização dos camponeses devem pautar seu foco de luta por uma assistência técnica de qualidade sob dois movimentos: o teórico/prático, que tem o foco na dialogicidade a ser construída no cotidiano das famílias, e no burocrático, estabelecendo a disputa na delimitação da elaboração dos contratos e dos documentos que sustentam as diretrizes do trabalho técnico, encontrando nesse enfrentamento uma via oficial de comprometimento do Estado para com a intencionalidade do movimento.

No desvelamento das contradições das atribuições/trabalho do técnico social compreende-se que o não-conhecimento sobre a história da reforma agrária e do papel que cada sujeito assume resulta no desenvolvimento de práticas arbitrárias que se esvaziam no cotidiano das famílias assentadas. Ainda sobre esses sujeitos, situamos que: 1) o papel do Estado, enquanto comitê gestor dos interesses da burguesia, dificilmente desenvolverá, por si só, a efetivação de um convênio que realmente atenda às demandas das comunidades assentadas no sentido de seu comprometimento se apresentar coerente com a perspectiva da emancipação humana; 2) as famílias assentadas, mesmo ao se desafiarem na resistência contra a lógica do capital, no compromisso de desenvolver um espaço diferenciado no interior dos assentamentos, precisam se perceber num processo de constante amadurecimento de sua leitura de mundo, oportunizando-se a criação de novas

relações no cotidiano do trabalho, que, nesse caso, encontra-se em assumir a diretividade das atribuições/trabalho do técnico social; e 3) o técnico social, como sujeito que efetivamente se constitui de fora para dentro do cotidiano dos assentamentos, deve apresentar-se capaz de ir além da simpatia para com o movimento e assumir definitivamente o compromisso de contribuir, enquanto educador, no processo de aprimoramento dos espaços de reforma agrária, não se limitando ao desenvolvimento de um discurso esvaziado da prática mas, no amadurecimento de sua práxis problematizadora, que mediatizada pela realidade socioeconômica, política e cultural dessa sociedade, busque tornar-se revolucionária.

Ainda sobre os achados desta pesquisa, cabe a compreensão, tanto das famílias quanto do técnico social, de que a redução do papel do Estado, numa leitura aparente sobre a ação do INCRA regional, sob o foco da equipe técnica administrativa que dialoga com os assentamentos no estado, resulta na superficialidade da consciência sobre as raízes que sustentam a intencionalidade das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas famílias. Isso acaba por fragilizar a ação do movimento frente à luta por uma assistência técnica adequada, não sendo evidenciado que, como agentes do Estado, seja a atuação local ou federal, esta encontra-se, nesse modelo societário, sempre articulada aos interesses de uma política comprometida com o capital.

Compreende-se também, a partir da leitura dos dados dessa pesquisa, a necessidade de revisão e aprofundamento da leitura marxista tanto da comunidade quanto do técnico social, sob a pena de cristalização de interpretações teóricas/práticas limitadas a dimensões superficiais ou até mesmo mecânicas sobre a realidade, apresentando-se, como pano de fundo, as possibilidades de reorganização da práxis social revolucionária como um movimento necessário ao encontro entre técnico e famílias assentadas, enquanto sujeitos que lutam e trabalham sob a mesma bandeira – a construção de um novo projeto societário.

Nesse movimento poderá emergir o anúncio de que, para além do produtivo, o social ainda precisa ganhar espaço como área de conhecimento a ser explorada no interior das problematizações do MST, encontrando-se nela o sentido organizativo, educativo, cultural e político, que se articulam à produção como bases para resistência e multiplicação do projeto agroecológico, pois, sem elas, não há

experiência produtiva que se sustenta na ofensiva das relações que a se propõe a expansão do projeto do agronegócio.

Assim, o técnico social e as famílias assentadas “não precisam inventar a roda”, mas reinventá-la, no sentido de reencontrar-se com os elementos teóricos/práticos que os qualificam enquanto sujeitos históricos do processo de transformação social. Esses elementos se manifestam na educação popular como método de trabalho do povo; na categoria de emancipação humana como sentido de encontro e de fortalecimento do coletivo; e na práxis social como movimento de formação/ação histórica que toma abrangência coletiva e individual, tanto para o técnico quanto para as famílias assentadas.

Por fim, esta pesquisa afirma ser possível estabelecer sobre o projeto de reforma agrária do MST as atribuições/trabalho do técnico social que, em suma, articula-se a um papel de educador e organizador na comunidade assentada, para além dos condicionamentos de sua contratação, cabendo a ele, no exercício do trabalho, o compromisso com a desnaturalização das ‘verdades’ que vão se apresentando falsamente intransponíveis na trajetória dos sujeitos camponeses; o resgate da esperança que, em meio a tantas desventuras, vai se perdendo ao longo da estrada e o acender da chama da indignação que se apaga, ou enfraquece, frente à historicidade de desarticulações e cooptações dos projetos.

Concluimos assim que as atribuições/trabalho do técnico social não se sustentam a partir de uma leitura de técnico super-homem, que nada mais é do que a exigência de um técnico idealizado, pois seria desconsiderar as condições materiais desse sujeito, mas sinaliza-se a efetivação do trabalho a partir da compreensão de que ele, ao constituir-se como técnico/educador, passa a intervir na realidade como sujeito que assume o compromisso de junto com os camponeses evidenciar as contradições e coletivamente encontrar as alternativas de se caminhar por estradas que indiquem possibilidades reais de transformação que se oportunizam na e pela materialidade do tempo histórico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORTOLOTI, Flávia da Silva. Faces da reforma agrária de mercado: o caso do Banco da Terra Rei do Alface, em Londrina/PR. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagos/MG, ano 6, n. 9, p. 61-76, mai. 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Copyright, 1983.

BRASIL (Colônia). Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória INCRA 35 anos**. Brasília: MDA; INCRA, 2006.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Programa Luz para Todos**. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 10 set. 2011.

_____. Norma de Execução nº 39 de 30 de março de 2004. Estabelece critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo: Brasília, DF, 04 mai. 2004, Seção 1, p. 53.

CAMPANHOLE, Adriano. **Legislação Agrária: estatuto da terra e legislação complementar, código florestal e leis posteriores**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

CARTILHA DE TRABALHO DE BASE DO MST. A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: Maxprint, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem- Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, Ricardo; AGGEGE, Soraya. Extrema-unção: Levantamentos revelam que os gastos com distribuição de terras caem a cada governo petista enquanto a concentração se mantém como na ditadura. **Carta Capital**, São Paulo, n. 657, p. 22 – 28, 29 jul. 2011.

CIANDRINI, Fernanda. **A natureza do/no MST**. 2010. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

_____. **O sujeito Ecológico e o MST**. Pernambuco: CEFETPE, 2007. Monografia, Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, 2007.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set/dez 2004.

ESCOBAR, Auturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento do poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

EVELYN, Guilherme; LOYOLA, Leandro. Stédile: “A reforma agrária está esgotada. **Revista Época**, 02 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2007/07/388181.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação no Campo**: campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008, p. 39-66.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (O Mundo, hoje; 24).

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987. (O Mundo, hoje; 21).

FERNANDES, Florestan. PT: Os dilemas da organização. In BOGO, Ademar (org.) **Teoria da Organização Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)**: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000. 180 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante**: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HERLEIN, Natálio Belmiro. A saga e as glórias nos seus 31 anos. In: BRASIL. Ministério da Desenvolvimento Agrário. **Memória INCRA 35 anos**. Brasília: MDA; INCRA, 2006, p. 176-184.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Norma de Execução nº 9 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo: Brasília, DF, 11 abr. 2001, Seção 1, p. 201.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Rio Grande do Sul. **Projeto básico visando à licitação para a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES) e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: INCRA/RS, 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/projeto_basica.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

_____. **Informações sobre os assentamentos no estado do Rio Grande do Sul** [dados internos]. 2011. Acesso em: 16 set. 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUNZLER, Edinho Carlos. **Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS**. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, 1995.

LUCAS, Rosa Elane Antória. A escola de assentamentos de Reforma Agrária na Cidade de Piratini. In: FERRARO, Alceu Ravanello; RIBEIRO, Marlene (Orgs.). **Trabalho Educação Lazer: Construindo políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2001. (Coleção Desenvolvimento Social, 2).

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, György, **Ontología del ser social: el trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2 ed. Petropolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 2 ed. Tradutor: Artur Morão. [s.l]: LusoSofia:Press, 1989.

MATTZA, Antônio Fernando. INCRA, 35 anos em vida. In: BRASIL. Ministério da Desenvolvimento Agrário. **Memória INCRA 35 anos**. Brasília: MDA; INCRA, 2006. p. 49-59.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretária de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2007.

NOSSA proposta de Reforma Agrária Popular. MST, 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7708>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

PALUDO, Conceição. Metodologia do trabalho popular. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed, rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

RAHNEMA, Majid. Participação. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento:** guia para o conhecimento do poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERRARO, Alceu Ravanello; RIBEIRO, Marlene. Perspectivas para a produção nos assentamentos de Piratini. In: _____; _____. **Trabalho Educação Lazer:** Construindo políticas públicas. Pelotas: Educat, 2001. (Coleção Desenvolvimento Social, 2).

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, Trabalho e Educação:** Liberdade, autonomia, emancipação: Princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo e NOBILE, Rodrigo (coords.). **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SADER, Emir. **A Nova toupeira:** os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In HADDAD, Sérgio, WARDE, Mirian Jorge, e TOMMASI, Livia (organizadores). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** 2ª edição - São Paulo: Cortez, 1998

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** O debate tradicional: 1500 – 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Latifúndio:** o pecado agrário brasileiro. 2 ed. São Paulo: MST, 2003.

_____. O MST muda o foco: a prioridade agora, diz Stedile, é a agroecologia. **Carta Capital**, São Paulo, n. 657, p. 27, 29 jul. 2011. Entrevista concedida a Soraya Aggege.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987

TROTSKY, Leon. **Histoire de la révolution russe.** Paris: Seuil, 1962.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de ciencias Sociales-CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

APENDICÊS

APÊNDICE 1

Questionário de pesquisa - UFPEL/FAE - Mestrado em Educação/Thaís Saggiomo - 2011

Identificação família:

Família (Nº) MPF () Coopava ()

Tempo acampamento/assentamento:

Responsável pelos dados: pai () mãe () todos () solteiro (a) ()

Formação/ escolaridade:

adultos	série	crianças	série	adolescentes	série

Produção

Leite	Pomar	Grão	Apicultura	Horta	animal	outro

Tecnologias

maq. lavoura	maq. beneficiamento	maq. prod. Leiteira	Controle de pragas

outros: _____

Cursos

Artesanato () Culinária () Saúde () Gênero ()

Produção () Meio ambiente () Agroecologia ()

Relações coletivas () Formação Política ()

Participa de algum grupo? Qual?: _____

Benefícios

Aposentadoria () Bolsa família ()

outro: _____

Saúde:

Doenças/ tratamento

trabalho	tratamento	hereditária	tratamento	ocasionais	tratamento

Atividades de Lazer**Adultos**

Futebol () Bolão () Festa () Bingo ()

Jantar () Futebol feminino () Jogo de carta ()

Outra: _____

Jovens

Futebol () Bolão () Festa () Bingo ()

Jantar () Futebol feminino () Jogo de carta ()

Outra: _____

Crianças

Futebol () Bolão () Festa () Bingo ()

Jantar () Futebol feminino () Praça ()

Outra: _____

Questionário de pesquisa - UFPEL/FAE - Mestrado em Educação/Thaís Saggiomo - 2011

Atribuição/trabalho do Técnico social

Área de atuação do técnico social:

Formação/ escolaridade () Produção () Tecnologias ()
Cursos () Benefícios () Saúde () Lazer ()

Outra: _____

Na opinião da família, a partir da experiência com técnico social,
para que serve esse técnico no assentamento?

Que problemas são enfrentados pelo técnico social para realização do trabalho?

Na opinião da família qual e como deveria ser o trabalho do técnico social?

Os dados coletados por este instrumento de pesquisa, não serão utilizados para outros fins que não estejam vinculados ao processo de análise de dados da pesquisa "As atribuições/trabalho do técnico social na realidade camponesa: um estudo de caso no Assentamento Conquista da Liberdade". Processo que exige a ciência de todos os sujeitos da pesquisa de que estas respostas serão sistematizadas junto aos demais 47 questionários (de igual teor), fechando a totalidade das 48 famílias que constituem o assentamento Conquista da Liberdade.

Autorização:

Eu, _____, autorizo a publicação do conteúdo contido
neste documento de pesquisa, para os devidos fins anunciados acima.

Apêndice 2

Sistematização dos dados coletados a partir dos questionários fechados, realizados com 36 famílias do assentamento Conquista da Liberdade - no período de Janeiro de 2011.

Participantes:

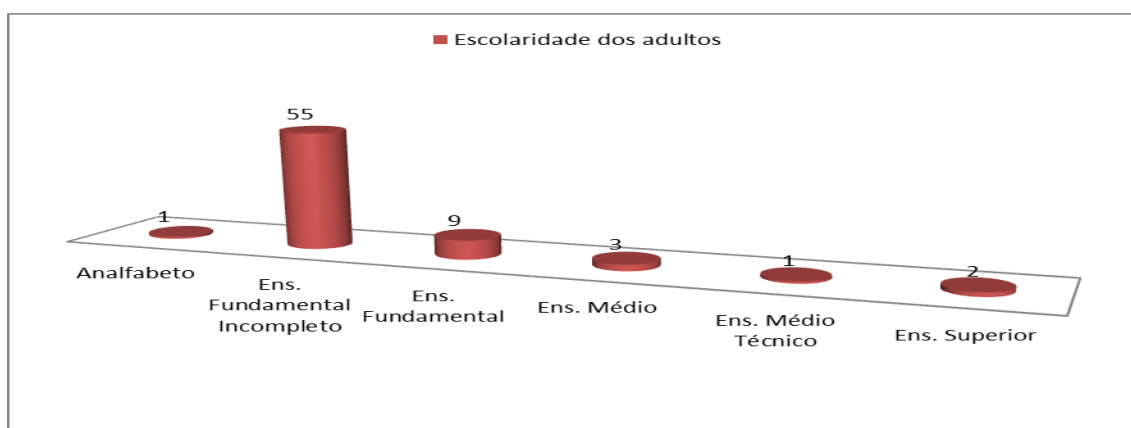
Total de Famílias organizadas no modo de produção individual – 19 famílias

Total de famílias organizadas no modo de produção cooperativa – 17 famílias

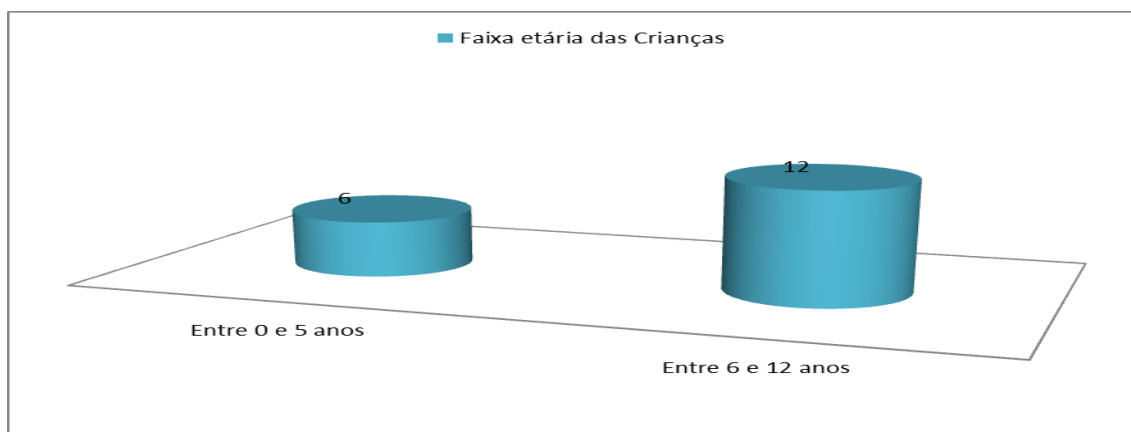
5 famílias com menos de 11 anos assentada e com menos de 2 anos de acampamento/ 31 família com 19 anos assentada com aproximadamente 2 anos e seis meses de acampamento.

Caracterização do nível de escolaridade das famílias envolvidas:

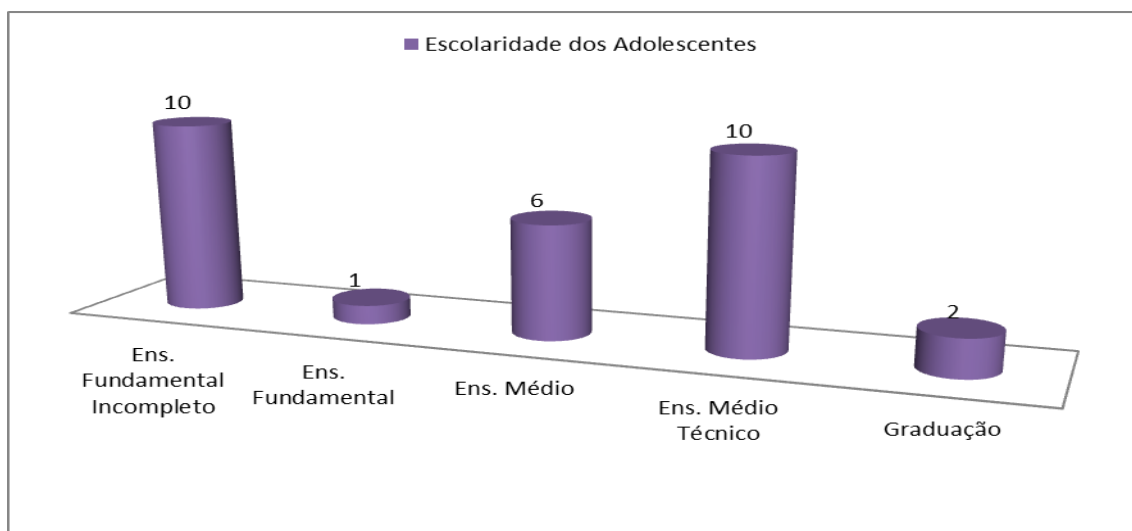
Adultos:



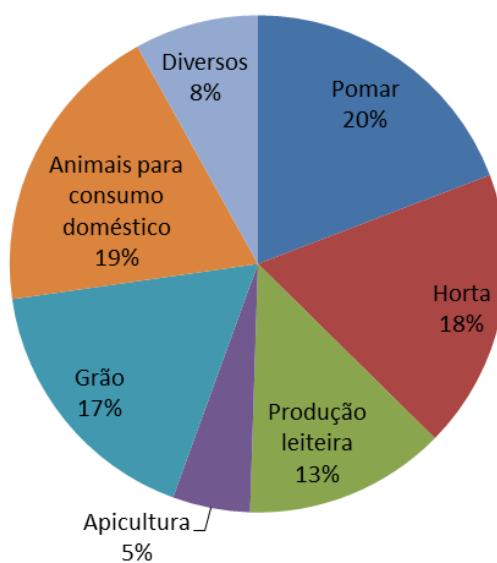
Crianças:



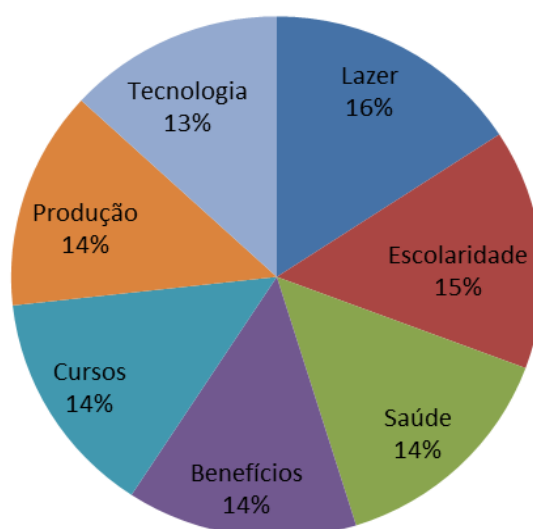
Adolescentes:



Linhas e meios de Produção:



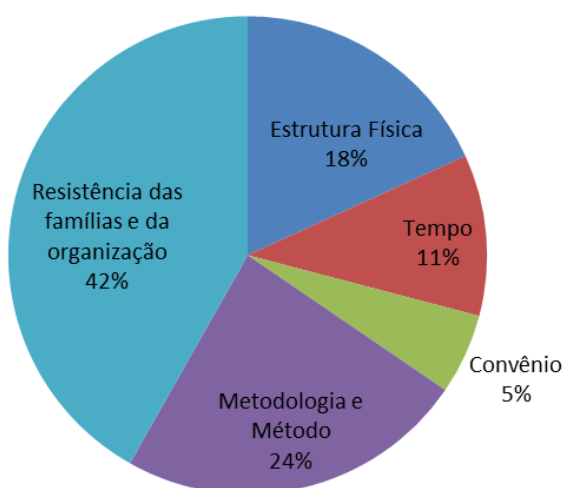
Áreas de possível atuação do técnico social segunda as famílias.



Sistematização dos dados quantitativos:

1ª questão: na prática para que serve - um articulador social – atua nas áreas informais e formais do assentamento – objetiva o desenvolvimento do assentamento compreendendo a complexidade da articulação entre o social e produtivo.

2ª questão: quais os limites do trabalho –



3ª questão: Método – categorias emergentes

